

# Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>3</b>
1.1. Enquadramento geral .....	3
1.2. Enquadramento teórico .....	4
1.3. Integração e contributo do processo participativo .....	18
1.4. Metodologia de trabalho .....	33
<b>2. Diagnóstico da situação actual .....</b>	<b>46</b>
2.1.1. Conceitos de educação cívica .....	46
2.1.2. Principais obstáculos à educação cívica .....	48
2.1.3. Principais potencialidades para a educação cívica .....	51
2.1.4. Acções de educação cívica promovidas.....	52
2.2. Breves dados sobre a educação .....	54
2.2.1. Níveis de instrução .....	54
2.2.2. Taxa de analfabetismo .....	57
2.2.3. Instituições de ensino .....	57
2.3. Breves dados sobre o acesso à cultura.....	59
2.3.1. Ocupação dos tempos livre e práticas culturais .....	59
2.3.2. Utilização das bibliotecas .....	61
2.3.3. Despesa publica com actividades culturais .....	62
2.3.4. Espectáculos públicos .....	63
2.4. Alguns dados sobre a informação .....	63
2.4.1. Acesso à informação .....	63
2.4.2. Níveis de informação .....	70
2.5. Alguns dados sobre participação pública .....	75
2.5.1. Processos de participação pública disponíveis .....	75
2.5.2. Participação pública no RMEU .....	77
2.5.3. Participação pública da Avaliação de Impacte Ambiental do IC2.....	78
2.5.4. Participação nas Associações de âmbito local.....	79
2.5.5. Participação ao nível do universo escolar .....	91
2.5.6. Apresentação de queixas ou reclamações .....	95
2.5.7. Participação no processo de Agenda 21 Local .....	98
2.5.8. Formas de participação na vida política e social .....	104
2.5.9. Participação nas eleições .....	105
2.5.10. Participação nos Sindicatos.....	105

2.5.11. Acções promovidas para resolver os problemas ambientais.....	107
2.5.12. Comportamentos individuais no dia-a-dia .....	108
2.6. As instituições .....	115
2.7. Relação dos cidadãos com o ambiente .....	120
2.8. Percepções quanto às acções necessárias .....	122
2.9. Públicos a privilegiar .....	122
<b>3. Estratégias gerais .....</b>	<b>124</b>
3.1. Conceitos, valores e comportamentos a promover .....	124
3.2. Estratégias operacionais .....	125
3.3. Métodos de actuação .....	126
3.4. Acções concretas .....	127
3.4.1. Investir em campanhas de informação/ sensibilização .....	127
3.4.2. Disseminar informação útil .....	127
3.4.3. Promover o associativismo .....	127
3.4.4. Investir nas estruturas .....	128
3.4.5. Promover o sentimento de pertença.....	128
3.4.6. Incentivar a participação útil do cidadão.....	129
3.4.7. Aproximar o cidadão da cultura .....	129
3.4.8. Criar uma “task force” na educação .....	130
<b>4. Plano de acção – rumo a um “Concelho dos Cidadãos e para os Cidadãos” .....</b>	<b>131</b>
4.1. Análise SWOT da situação actual .....	131
4.2. Pressuposto ao Plano de Acção.....	132
4.3. Eixos estratégicos de intervenção .....	132
4.4. Acções a implementar .....	133
4.5. Outras sugestões de acções a implementar .....	165
4.5.1. Criação de uma federação de associações.....	165
4.5.2. Criação do Gabinete da Agenda 21 Local.....	165
4.5.3. Reorganização de mecanismos de recepção e procedimentos quanto a reclamações e/ou pedidos .....	166
4.5.4. Promoção do associativismo localizado .....	166
<b>5. Bibliografia.....</b>	<b>167</b>

# 1. Introdução

## 1.1. Enquadramento geral

No âmbito da implementação do processo de Agenda 21 Local no Concelho de S. João da Madeira, que se iniciou em Abril de 2003, foi encetado um processo de participação pública baseado essencialmente em questionários à população e na dinamização de reuniões específicas para discussão das prioridades para o Concelho (no seio do Fórum Participativo da Agenda 21 Local). Desse processo de participação pública resultou a conclusão de que a educação cívica é um aspecto estratégico para o Concelho de S. João da Madeira.

A consulta alargada à população através de questionários permitiu concluir que 5% dos indivíduos que responderam apresentavam directamente a educação como uma questão prioritária (a sexta prioridade numa listagem de mais de 25 questões). Indirectamente foram efectuadas várias referências à “falta de espírito cívico” ou à “falta de civismo” como problemas específicos. No Fórum Participativo a questão da educação cívica é apontada como prioritária por 14,3% dos participantes (foi o terceiro tema mais votado).

Neste contexto elaboramos este relatório “Educação Cívica – Diagnóstico e Plano de Acção”.

Este relatório não pretende ser um “Manual de Instruções para a Educação Cívica em S. João da Madeira” mas tão-somente analisar a situação actual e sugerir um conjunto de acções que podem ser implementadas no curto e médio prazo no sentido de contribuir para um maior nível de conhecimento dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres em comunidade e envolvimento real na vida democrática do Concelho.

O horizonte temporal deste relatório é de 2 anos, sendo que as acções propostas no Plano de Acção se deverão implementar até 2006. Outras recomendações serão efectuadas para uma implementação num espaço temporal mais alargado não definido à partida.

## 1.2. Enquadramento teórico

### 1.2.1. Agenda 21 Local

O desenvolvimento sustentável tem sido alvo de um interesse e discussão crescentes na última década, em particular desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 e que ficou conhecida como a Cimeira da Terra. Este encontro, que contou com a presença de quase duas centenas de países, representou uma inflexão importante no discurso político mundial pois estabeleceu definitivamente que o desenvolvimento socioeconómico não é antagónico nem deve ser dissociado da protecção do ambiente. Antes disso, em 1987, fora apresentada uma das definições mais utilizadas do conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório “O Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (presidida pela norueguesa Gro Brundtland) onde é visto como “o desenvolvimento que responde às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras responderem às suas próprias necessidades”.

O desenvolvimento sustentável pressupõe assim a procura de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar riqueza e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo (incluindo o combate às desigualdades sociais e à pobreza), sem comprometer a qualidade do ambiente e sem provocar o esgotamento dos recursos naturais, de forma a assegurar que as gerações futuras tenham um ambiente pelo menos tão bom quanto o usufruído actualmente. Trata-se sem dúvida de um conceito apelativo e ambicioso mas que não pode deixar de levantar dúvidas na passagem à prática devido à diversidade de esferas envolvidas para além da mera protecção do ambiente (Fidélis, 2001).

A “Agenda 21” foi um dos documentos mais importantes aprovado na Cimeira da Terra pelas nações que representavam mais de 98% da população mundial. É um plano de acção global que pretende dar resposta aos problemas económicos, sociais e ambientais do final do século XX e do século XXI. A Agenda 21 constitui-se como um guião prático para que a humanidade possa definir a sua acção para o século XXI, de uma forma menos impactante para com o meio ambiente.

A Agenda 21 dedica um capítulo à “Agenda 21 Local” no qual se reconhece que, sendo as autoridades locais o nível de governação mais próximo do cidadão, estas têm de assumir um papel vital na criação das condições para formar e mobilizar os cidadãos para o desenvolvimento sustentável no terreno (Seitz, 1994). A Agenda 21 Local (A21L) consiste então num processo participativo através do qual se procura o consenso entre as autoridades locais e os diversos parceiros da sociedade civil. O objectivo principal é preparar e implementar um Plano de Acção de curto e longo prazo dirigido aos problemas e prioridades locais, no qual se integram as preocupações de protecção ambiental, de prosperidade económica e de equidade social da comunidade. Devido ao carácter fortemente participativo de que este processo está imbuído, cada cidadão ganha assim a responsabilidade de participar na definição do futuro do seu Concelho ou região, contribuindo também para uma democracia mais representativa.

A A21L visa constituir-se como instrumento indutor de uma consciência *glocal*, isto é, marcada pela interacção e interdependência de várias lógicas territoriais de acção. Apesar de partir do território próximo e envolvente, cedo os processos que estruturam a A21L permitem uma aguda tomada de consciência de que as grandes questões do desenvolvimento sustentável exigem transformações coordenadas a níveis mais vastos. O local não significa, por isso, acantonamento, paroquialismo ou bairrismo, mas antes um ponto de intersecção de escalas de intervenção (Lopes, 2004; comunicação oral).

### **1.2.2. Agenda 21 Local e ambiente**

Um dos principais conceitos que a maioria dos cidadãos associa imediatamente à Agenda 21 Local ou mesmo ao desenvolvimento sustentável é “a protecção do ambiente”. Esta associação não deixa de ser verdadeira mas é limitada, pois o desenvolvimento sustentável integra obrigatoriamente outras componentes, nomeadamente a económica e social. No entanto, a componente económica é geralmente aquela que tem merecido uma maior atenção por parte de governos e instituições ao longo da história, sendo seguida da social, pelo que há agora que integrar as três vertentes de uma forma mais equitativa: a economia, a sociedade e o ambiente devem ser encarados como os três vértices de um triângulo equilátero. No centro desse

triângulo está uma sociedade desenvolvida, isto é, geradora de riqueza, mas também justa para todos os seus cidadãos e que não consome da Terra mais do que esta pode dar, nem emite mais do que a Terra pode absorver.

Na verdade, o desenvolvimento sustentável tem um cariz integrado que, segundo muitos autores é o desejável para o Homem, pois não existe uma hierarquia das necessidades humanas. Dito de outra forma, o económico, o social, o político, o cultural e o simbólico só funcionam, numa óptima de mudança social efectiva, de forma intrinsecamente interligada. Não há uma estratificação por «níveis» ou «camadas». Durante o século XIX e boa parte do século XX, as correntes tradicionais de pensamento (quer de pendor liberal, quer de orientação marxista) realçaram, quase sempre, a predominância do económico. Contudo, desde finais dos anos 60 que se fala na emergência dos «valores pós-materialistas» (preocupação com o ambiente, a cultura, as novas formas de subjectividade, a realização pessoal, a qualidade de vida...) a par de um recuo da constelação «materialista» (segurança económica, sobrevalorização do quantitativo...) (Inglehart, 1997). Na verdade, ambas as orientações coexistem, sem hegemonia de uma delas (Lopes, 2004; comunicação oral).

Neste contexto, um processo de A21L passa por desenvolver mecanismos de envolvimento da comunidade na definição de um plano para o desenvolvimento sustentável, integrando os aspectos de sustentabilidade social e ambiental necessários a uma sociedade verdadeiramente desenvolvida.

### **1.2.3. O papel dos cidadãos no desenvolvimento sustentável**

De acordo com a Agenda 21 (Capítulo 8) um dos pré-requisitos fundamentais para atingir o desenvolvimento sustentável é a existência de uma participação pública alargada nos processos de decisão. Inclui-se aqui a necessidade dos indivíduos, grupos e organizações participarem directamente nos diagnósticos de situação e terem informação para participar nas decisões que possam ter o potencial de afectar as comunidades onde moram ou desenvolvem actividade profissional (Sitarz, 1994).

#### **1.2.4. Contexto e mecanismos da participação dos cidadãos**

Um dos princípios fundamentais da Constituição nacional diz que “a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização políticas democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependências de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (Artigo 2º). No Artigo 25º refere-se ainda que “a todos são reconhecidos os direitos à capacidade civil e à cidadania”. Ou seja, a possibilidade de cada cidadão participar na construção cívica é vista como algo desejável e a estimular.

Em particular no que diz respeito ao ambiente e desenvolvimento sustentável, surge no Artigo 66º da Constituição da República Portuguesa a seguinte referência: “Todos têm direito a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. Diz ainda que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e participação dos cidadãos (...) promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana (...)”.

Podemos concluir que a Constituição salvaguarda para o cidadão um conjunto de direitos, mas também consagra “o dever de o defender” (ao ambiente sadio e equilibrado) e “o envolvimento e participação dos cidadãos”. Ou seja, o ambiente sadio e, consequentemente, a sustentabilidade, é um direito mas também é um dever imposto pela Constituição.

Hoje em dia, os cidadãos gozam já de um conjunto de instrumentos de participação política, como a eleição de órgãos representativos, a petição para a adopção de leis (o direito de petição está previsto na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, alterada pela Lei nº 6/93 de 1 de Março) e o referendo. Visa-se assim possibilitar a intervenção dos particulares na definição das opções genéricas relativas ao destino geral da comunidade. Contudo, o direito de participação como condição essencial de uma verdadeira democracia material não se esgota na participação política indirecta, exigindo formas de participação directa

(Sendim, 2002). O associativismo, o voluntariado, a partilha de ideias, o abaixo-assinado, a reclamação, entre muitas outras, são formas de participação directa na comunidade.

A ideia de participação directa, útil e efectiva expressa um princípio fundamental: as decisões tornam-se mais inclusivas e representativas e aumenta a criatividade na resolução de problemas (UNDP *et al*, 2003). Além disso é um excelente método para recolher informações adicionais importantes e comprometer os participantes com novos comportamentos (a probabilidade da ocorrência de mudanças comportamentais, em particular no que diz respeito às questões ambientais, aumenta se as pessoas forem sistematicamente sensibilizadas e informadas) (Connor, 1994).

Embora a participação pública já seja tão antiga quanto a democracia em si, não tem uma definição única. Uma definição possível é a de Connor (1972): “a participação pública num processo de planeamento é um processo sistemático de educação mútua e cooperação que fornece uma oportunidade aos cidadãos afectados pelo projecto em causa, aos seus representantes e aos técnicos, de trabalhar em conjunto na construção de um plano”. Este plano irá reflectir, de uma forma democrática, os valores, conhecimentos, experiências e a melhor opinião no momento. Este plano será compreendido e apoiado pela maioria das pessoas envolvidas ou influenciadas por este. (Connor, 1994).

### **1.2.5. Passividade cívica**

Hoje em dia há um evidente alheamento cívico. Esse alheamento é visível não só à escala local, mas também nacional e global. Vivemos maioritariamente em estados democráticos, defendemos a disseminação da democracia mas, como cidadãos, temos esquecido que a vida democrática tem benefícios, mas também tem exigências.

Os cidadãos não podem ignorar as regras de funcionamento do sistema político e social onde se inscreve a vida quotidiana. Infelizmente, isso tem acontecido num crescendo e não tem faltado somente o conhecimento das regras de funcionamento do sistema, mas a participação dos cidadãos a todos os níveis.

Eventualmente isto acontece por motivos históricos e culturais profundos que ainda prolongam os seus braços até aos dias de hoje: o exercício de direitos de cidadania



continua muitas vezes a ser visto entre nós com cepticismo e desconfiança. Com cepticismo porque as pessoas não sabem, em regra, os direitos que têm ou, quando sabem, não acreditam normalmente na sua capacidade (ou na das instituições) de correcção das disfunções. E com desconfiança porque, quando alguém exerce um direito de cidadania a sua atitude é vista, em muitos casos, como sendo motivada pela necessidade de defesa de um obscuro interesse “privado”.

O problema aqui é o da responsabilidade na esfera pública. Cada um de nós dispõe actualmente de meios de tutela ao seu direito ao ambiente e a uma sociedade justa e equilibrada. Deste modo, a melhoria concreta das condições em que vivemos – por exemplo, a quantidade e a qualidade das áreas verdes existentes nos espaços urbanos, a adequação das opções urbanísticas, a defesa do património natural e cultural, entre outros aspectos – em poucas palavras, a diferença entre a realidade existente e a desejável, depende, fundamentalmente, da nossa vontade e é também da nossa responsabilidade (Sendim, 2002).

Infelizmente, no que diz respeito ao exercício da sua cidadania, os portugueses em geral têm denotado uma grande passividade. Quando confrontados com um conjunto de possibilidades de participação na vida política e social do país praticadas nos últimos 5 anos, 80% responde “votar em eleições” e 54% diz “manter-se informado sobre questões sociais e políticas”. Apenas 8% afirma participar em discussões públicas (Almeida *et al*, 2001), cerca de 10% afirma ter contactado, nos últimos 12 meses, um político ou representante do poder central ou local, cerca de 2% afirma ter participado numa manifestação e menos de 5% assume ter assinado uma petição (European Social Survey, 2002/2003), só para citar alguns números.

Infelizmente, os jovens – muitas vezes encarados como o motor da sociedade - vivem também esta passividade cívica. Num recente inquérito aos jovens portugueses (Pais & Cabral, 2003): 86,1% dos inquiridos nunca foi voluntário em projectos sociais; 82,1 nunca participou numa associação juvenil ou estudantil; 85,4% jamais participou noutra tipo de associações; e finalmente, 91,8% nunca participou em acontecimentos políticos.

### 1.2.6. As causas da fraca participação

Várias causas para os baixos níveis de participação cívica dos portugueses podem ser apontadas. Muitas radicam no período pré-democrático em Portugal. Antes do 25 de Abril de 1974 o fraco desenvolvimento do sistema escolar, a restrição ao associativismo e a desinformação eram características dominantes. Após o 25 de Abril, de acordo com Luísa Schmidt (2004) há um conjunto de dados que justificam os baixos níveis de participação dos portugueses em geral na vida política e social. Por um lado, dois terços dos portugueses (independentemente da idade, sexo, classe e instrução) acham que o poder em Portugal é exercido de forma autocrática em vez de participativa e democrática; por outro, 56% dos portugueses acham que a sua opinião pouco ou nada conta para as decisões tomadas. Por último, dois terços afirmam que as pessoas têm medo de mostrar que discordam das decisões dos governantes (sobretudo à escala local). Outras razões podem igualmente ser apontadas: baixos níveis de qualificação cultural e falta de confiança nos políticos (*In Pública*, 25/04/2004) são sem dúvida parte do leque. A questão da confiança surge com especial relevância quando quase 80% dos portugueses afirmam desconfiar dos políticos (European Social Survey, 2002/2003). Além dos políticos também as instituições são alvo de desconfiança. Em Portugal, à semelhança do que ocorre a nível global, os cidadãos estão insatisfeitos com as instituições (Carter *et al*, 2002 *in* Vasconcelos *et al*, 2002). O Poder Local é uma das instituições mais penalizadas. Por exemplo, apenas 5% dos portugueses afirma confiar nas autarquias em relação a questões de cariz ambiental. (EORG, 2002).

No que diz respeito à educação e à “qualificação do ser humano”, dois números ilustram bem a nossa situação: 78,3% dos portugueses empregados não ultrapassou a escolaridade mínima obrigatória; 80% dos empresários portugueses têm no máximo o 9º ano (*In Pública*, 25/04/2004). Mas o dado mais assustador é o facto de mais de 50% dos portugueses afirmar que não quer aprender mais (*In Pública*, 25/04/2004). Este último dado denota uma séria falta de auto-consciência e auto-crítica essenciais para o crescimento individual e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

Há ainda outras causas para os baixos níveis de participação. Por um lado há uma fraca visibilidade dos efeitos produzidos pelos projectos de intervenção cívica em que os

cidadãos se envolvem (Santos, 2003), o que induz desmotivação e um sentimento difuso mas intenso de inutilidade. A este respeito, Boaventura Sousa Santos (2003) afirma mesmo que “a relação directa da participação com os resultados é factor crucial na sustentabilidade da democracia participativa”, tanto mais que “a gestão eficaz das acções de participação é complexa, pois envolve vários factores: frequência, organização e duração das reuniões; facilidade de acesso aos locais de reunião; relação positiva entre o investimento na acção de participação e seus resultados” (Santos, 2003). Por outro lado, há um aumento ao nível local, nacional e global, da percepção subjectiva de que se reduz o “campo simbólico e material” dos projectos alternativos em presença (Cabral, 2003) e uma desmobilização cognitiva cidadã, devido a um forte sentimento, partilhado, em particular, pelas classes mais desfavorecidas e pelos grupos sociais menos escolarizados, de grande distância face ao poder (Cabral, 1992).

### **1.2.7. Ensinar os cidadãos a praticar a cidadania**

Apesar dos dados pouco animadores apresentados nas linhas anteriores, o investimento na cidadania (nas suas componentes de aumento da informação e promoção da participação) é essencial. Não podemos comportar-nos como “derrotistas”, ou seja, não podemos assumir que se o cidadão não participa é porque não tem conhecimentos para o fazer ou porque não está interessado em actuar. Nas palavras de Júlio Oliveira, um cidadão de S. João da Madeira, numa participação em um evento organizado pela Agenda 21 Local de S. João da Madeira: “O cidadão ainda acha que a sua voz não conta. Os políticos começam pela primeira vez a perguntar o que as pessoas acham, o que é visível no próprio processo de Agenda 21 Local. É uma atitude de humildade e diálogo muito positiva. Mas os cidadãos precisam de tempo para começar a participar. Os políticos também devem ter um pouco de paciência com os cidadãos, dando-lhes tempo para que os hábitos de participação cívica se instalem.”

Assumindo que a participação pública não é um fenómeno geneticamente herdado, a chave de actuação passa pela educação: “Nasce-se cidadão, mas um cidadão esclarecido forma-se” (*In* Giollito, 1993). A educação cívica propõe-se assim participar na edificação desta “cidadania esquecida”. Concorre para a apropriação de competências

para o exercício da cidadania em sociedades democráticas, permitindo criar uma consciencialização que se traduza em atitudes, comportamentos e capacidade para tomar decisões contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida. A educação cívica tem como finalidade formar cidadãos conscientes, activos e solidários, ou seja cidadãos críticos e não sujeitos passivos (Giollito, 1993).

A cidadania começa com um cidadão informado - porque não basta dar-lhe voz, é também necessário contribuir para a informação e educação, que desemboquem numa vontade popular informada.

No que diz respeito à informação do cidadãos, a Constituição da República consagra no seu artigo 268º o direito fundamental de acesso à informação determinando que "os cidadãos têm (...) direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas". No nº 1 do mesmo preceito, vem a prever-se o acesso à informação procedimental esclarecendo-se que "os cidadãos têm o direito de serem informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas".

O direito de acesso à informação assume, assim, uma dimensão estruturante no direito do ambiente, aspecto que é reconhecido quer pelo direito internacional quer pelo direito comunitário. No direito comunitário deve-se ter em conta a Directiva nº. 90/313/CEE transposta pela Lei n.º 65/93 de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8/95 de 29 de Março e 94/99 de 16 de Julho. No âmbito do direito internacional merece especial revelo a Convenção sobre o acesso à informação, a participação do público no processo decisional e o acesso à justiça em matéria de ambiente assinada em Aarhus em 25 de Junho de 1998.

### **1.2.8. Os limites da educação cívica**

Segundo Jacques Delors, os quatro pilares da educação são: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser; e aprender a viver juntos. Estes pilares são também os

que suportam a educação cívica, pois a cidadania só é possível reunindo no indivíduo estas quatro competências base.

A questão chave que nos temos vindo a colocar é a dos temas a privilegiar dentro da educação cívica. Colocando a questão de um modo mais concreto: havendo um tempo limitado para falar sobre o assunto a um determinado grupo, por exemplo, uma hora de aula, que temas deveriam ser impreterivelmente abordados? E que diferença nesse tratamento se a sala estivesse repleta de crianças, de jovens, ou de adultos?

De acordo com bastantes autores alguns dos conteúdos privilegiados para integrar numa abordagem à educação cívica são a prevenção do tabagismo e da toxicodependência, a educação sexual e a educação para o consumo, para a protecção do ambiente e para uma alimentação saudável (Beja Santos, 2004; comunicação oral). Outras pessoas referem a conduta durante a condução, a promoção de uma relação de respeito para com a família e os outros, os comportamentos em espaços públicos, higiene pessoal ou regras de segurança. O ambiente é referido como sendo também um tema a considerar e que tenderá a tornar-se num dos grandes mobilizadores do empenho cívico e político do país (Schmidt, 2003). A educação cívica deve ainda contemplar um conhecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos, funcionamento das instituições do Estado, formas de participação pública possíveis

Mas, mais importante do que todas estas noções e conhecimentos, a educação cívica deve debruçar-se sobre os valores. O que está em condições de determinar nos indivíduos uma conduta social responsável é antes de mais uma adesão pensada a um certo número de ideais cívicos e morais partilhados por todos os membros da colectividade nacional. Antes de relevar da ordem do saber, a formação cívica releva do saber estar (Giollito, 1993).

A educação cívica deve incluir, igualmente, uma forte componente de *educação para os media*, na medida em que importa conhecer as condições e modos de produção/construção da informação, de modo a desmistificá-la e desconstruí-la, distinguindo entre a realidade e a representação da mesma. De igual modo, para que a sociedade da informação se transforme em sociedade do conhecimento, é crucial que,

para além da descodificação crítica dos conteúdos, os cidadãos sejam capazes, por si próprios, de produzir e difundir conteúdos (Lopes, 2004; comunicação oral).

Uma análise a esses limites da educação cívica tal e qual é vista pelos Sanjoanenses é apresentada no capítulo “Diagnóstico da situação actual”, reflectindo naturalmente a realidade local.

### **1.2.9. Os destinatários da educação cívica**

As crianças e os jovens são, regra geral, encarados como o público preferencial para acções de educação cívica, e a escola como o local privilegiado para a empreender.

Assume-se que a escola é o local privilegiado porque desde cedo é uma experiência da vida em sociedade na qual o ser humano toma consciência, por um lado, da sua identidade e personalidade, e por outro, da solidariedade e consideração que deve ao outro. A escola deve ser o local de eleição da luta contra as desigualdades sociais e da aprendizagem do respeito pelo outro (Giollito, 1993). No entanto, o papel da escola não pode estar isolado, pois toda a sociedade deve ser o garante desta educação, destacando-se o papel da família nesta tarefa.

Se as crianças e jovens aparecem como público preferencial da educação cívica é porque:

- o respeito pelo outro não é inato nem espontâneo no ser humano, pelo que deve ser aprendido desde cedo;
- as crianças ainda não têm ideias pré-concebidas sendo mais facilmente “moldáveis”, adquirindo valores e assumindo determinados quadros de referência; e
- as crianças são os futuros cidadãos com direitos, responsabilidades, poderes e deveres, que devem saber reflectir na vida quotidiana desde os primeiros estádios da sua vida.

Mas a educação cívica deve estar presente ao longo da vida de todos os cidadãos. Goethe dizia que “se pode haver alguma grandeza em nós é a de não chegar nunca”, ou seja, devemos estar constantemente a procurar aprender mais e a crescer como indivíduos e cidadãos.

No caso dos alunos serão necessárias acções específicas de promoção da cidadania, visando essencialmente um alargamento do acesso à informação relevante e de promoção da participação pública.

Uma análise aos principais destinatários da educação cívica como é vista pelos Sanjoanenses é apresentada no capítulo “Diagnóstico da situação actual”, ou seja, mais uma vez é uma análise que reflecte a realidade local.

### **1.2.10. A educação cívica na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável**

Para terminar este enquadramento teórico não poderemos deixar de referir a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) que se encontra actualmente em desenvolvimento por parte do Governo Português.

A ENDS parte de um conjunto de pressupostos transversais e estruturantes e de princípios orientadores, entre os quais destacamos os que se relacionam com a temática:

- Consolidar o Estado de Direito como garante de cidadania e promotor dos princípios da Equidade, Solidariedade e Responsabilidade.
- Assumir e incrementar a aprendizagem ao longo da vida enquanto paradigma da sociedade da informação e do conhecimento e como instrumento para o desenvolvimento do conhecimento, das competências e das qualificações, promovendo a inovação e a competitividade.
- Considerar o princípio da subsidiariedade, articulando-o com o princípio da responsabilidade partilhada, mas assumindo o primado das responsabilidades diferenciadas e da participação dos cidadãos.

Algumas das linhas estratégicas assumidas na ENDS no âmbito do domínio estratégico “Em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento” que tocam os aspectos da educação cívica identificam as seguintes prioridades:

1. Promover o emprego, a educação e a formação, o acesso à cultura, a investigação, a cooperação tecnológica e a qualificação profissional reforçando capacidades e visando a competitividade da população portuguesa.

- Considerar a educação como um processo contínuo de aquisição de competências e potenciador de uma cidadania activa, reforçando o



desenvolvimento da educação pré-escolar e da educação básica, visando uma efectiva igualdade de oportunidades e o combate ao abandono escolar.

- Incrementar o processo de aprendizagem ao longo da vida (ALV), enquanto paradigma da sociedade da informação e do conhecimento e factor essencial mobilizador de alterações de comportamentos e atitudes.
- Reforçar as componentes de educação cívica, direitos humanos, de interesse pela fruição e criação culturais, educação ambiental e educação para a saúde, desenvolvendo e transmitindo os instrumentos cognitivos potenciadores de processos autónomos de aquisição de conhecimentos e comportamentos.

2. Desenvolver a educação, a sensibilização, a informação, a participação, o acesso à justiça e a responsabilização em matéria de desenvolvimento sustentável.

- O acesso à informação é crucial em democracia, mas a informação só se torna eficaz se os cidadãos a relacionarem com um quadro de conhecimentos e a usarem para resolver problemas, formar opiniões e efectuar escolhas.
- Enfrentar, como prioridade estratégica, o imperativo de modernizar a Administração Pública, nomeadamente através do reforço/alargamento a este sector da Intervenção Operacional "Sociedade da Informação", no sentido de superar os atrasos estruturais em matéria de produção, disseminação e consumo de informação.
- Reforçar, integrar e simplificar os procedimentos e avaliar a eficácia do estatuto do Mecenato (ambiental, social, cultural, científico, tecnológico, desportivo e educacional) visando o reforço do associativismo, fortalecendo a sociedade civil, e a criação de plataformas de informação e participação do público.

Uma das áreas fulcrais de intervenção referidas na ENDS é a “Educação e Formação”. Várias linhas de orientação estratégica que contribuem directamente para o fomento da educação cívica são apontadas pelo painel sectorial que colabora na ENDS. Apresentamos de seguida os principais objectivos das linhas de acção que se orientam em torno das acções que contribuem directamente para o fomento da educação cívica (Tabela 1).



**Tabela 1 - Linhas de orientação estratégicas e respectivos objectivos referidos na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, no eixo estratégico de “Educação e Formação” que se relacionam com o fomento da educação cívica. Adaptado de ENDS (2002).**

Linhas de orientação estratégicas	Objectivos
1ª Linha	Promover a educação e formação para a utilização mais eficiente dos recursos naturais
2ª Linha	Compatibilizar a política sectorial de Educação com o ambiente e o planeamento territorial.
3ª Linha	Promover a educação e formação e valorização do património natural e paisagístico e para a biodiversidade.
5ª Linha	Promover a educação e formação visando a qualidade do ambiente numa perspectiva transversal e integrada.
6ª Linha	Promover a escola como equipamento público exemplar.
7ª Linha	Promover a educação e a formação para a produção e consumo orientados por princípios de qualidade.
8ª Linha	Assegurar o diálogo e a contratualização entre os diversos actores – mediante o estabelecimento de parcerias.
9ª Linha	Assegurar a integração das políticas de educação, formação e qualificação profissional e o seu desenvolvimento, reforçando o processo contínuo da aquisição de competências ao longo da vida.
10ª Linha	Promover a educação e a formação com vista ao desenvolvimento de competências para o exercício de uma cidadania participativa.
11ª Linha	Assegurar a monitorização do sistema educação/formação.

Também na área da “Cultura” são definidos um conjunto de objectivos, metas e acções que permitem contribuir positivamente para este fomento da educação cívica. Apresentam-se na Tabela 2:

**Tabela 2 - Linhas de orientação estratégicas e respectivos objectivos referidos na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, no eixo estratégico “Cultura” que se relacionam com o fomento da educação cívica. Adaptado de ENDS (2002).**

Linhas de orientação estratégicas	Objectivos
2ª Linha	Promover a qualificação das estruturas de acolhimento ao público: museus, monumentos, palácios, bibliotecas, arquivos, salas de espectáculo.
8ª Linha	Assumir o Desenvolvimento Sustentável como estruturante e de carácter horizontal.
9ª Linha	Fomentar a criação e desenvolvimento de hábitos culturais e de novos públicos através do incentivo à leitura, da visita a museus, da participação em projectos culturais e artísticos, nomeadamente no âmbito escolar e do aumento da frequência de espectáculos. Reforçar as componentes de educação cívica, direitos humanos, de interesse pela fruição e criação culturais. Promover o conhecimento dos mais diversificados públicos da cultura e a aprendizagem ao longo da vida.
10ª Linha	Assumir o acesso à informação

### 1.3. Integração e contributo do processo participativo

O processo participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira processou-se, até ao momento, em várias fases distintas cujos resultados descrevemos sucintamente nas próximas páginas.

Apresentamos esta informação de modo a que o(a) leitor(a) fique desde logo com uma percepção do processo participativo que foi dinamizado pela equipa técnica até se concluir pela elaboração de um relatório de diagnóstico e plano de acção sobre educação cívica. Aprofundamos um pouco a informação relativa à metodologia e níveis de participação dos cidadãos de forma a permitir também tirar algumas conclusões.

#### 1.3.1. Participação informal

O lançamento oficial do projecto, que decorreu em Junho de 2003 no evento “Cidade no Jardim” permitiu a utilização da técnica da “participação informal” defendida por Connor (1994), que consiste em ir de encontro aos residentes no seu próprio meio, colocar

questões, ouvir e observar o ambiente social. Através do estabelecimento de diálogos foi possível compreender melhor a história, valores e factos de S. João da Madeira. Registaram-se, além disso, as principais ideias, o que permitiu ter uma primeira percepção sobre os problemas do Concelho, bem como aspectos positivos percebidos pela população. Operacionalizou-se esta “participação informal” através de um instrumento designado por “Parede dos desejos”. Aqui, os visitantes deixaram a sua visão sobre o futuro do Concelho, nomeadamente respondendo à questão “Como gostaria que fosse S. João da Madeira em 2010?”. Durante os cinco dias de duração do evento reuniram-se mais de uma centena de visões expressas por pessoas das mais variadas classes etárias, sociais e profissionais.

### **1.3.2. Questionário à população sobre problemas e potencialidades**

Para obter uma primeira percepção sistemática das opiniões dos Sanjoanenses elaborou-se um pequeno questionário. Com este, os indivíduos foram inquiridos acerca dos problemas e potencialidades que consideram prioritários em S. João da Madeira e sobre a visão de futuro que ambicionam para 2010. Para esta auscultação disponibilizaram-se várias possibilidades: o questionário foi distribuído em todos os endereços postais de S. João da Madeira, aplicado face-a-face por entrevistadores em pontos-chave da cidade e ainda disponibilizado na Internet como formulário.

A utilização deste tipo de metodologia extensiva e quantitativa tem um conjunto de vantagens: a possibilidade de aplicar a populações numerosas, a mensurabilidade, a comparabilidade dos resultados, a possibilidade de efectuar uma análise estatística dos dados e a detecção de grandes regularidades nas opiniões, atitudes e representações.

A distribuição por via postal (Connor, 1994) e a colocação de urnas de depósito dos questionários preenchidos em vários pontos-chave da cidade permitiu uma taxa de resposta que, longe de ser a ideal, foi interessante: cerca de 1% da população respondeu ao questionário. A informação proveniente dos questionários devolvidos com resposta (num total de 189) foi processada e os resultados divulgados na primeira reunião do Fórum Participativo e depois disponibilizados na página de Internet da A21L de S. João da Madeira.

Os problemas identificados podem ser categorizados em 5 grupos principais: desenvolvimento social, urbanismo, mobilidade, protecção ambiental e dinamismo económico.

Na categoria de “desenvolvimento social” (com 38% das respostas), questões como as relacionadas com a cultura e lazer, situações de risco social ou educação e instrução surgem como as mais significativas. A “educação” totaliza 12% das respostas dentro desta categoria, constituindo-se como o sexto problema mais votado no global dos problemas apontados pelos Sanjoanenses que responderam ao questionário.

As principais questões específicas referidas foram:

- falta de ensino universitário e politécnico
- degradação das escolas e carência ao nível dos equipamentos
- falta de novas escolas
- ausência de civismo

No que diz respeito às principais potencialidades do Concelho, a “educação” surge com 7% de respostas, as “pessoas” com 4% e os “eventos culturais” com 6%. Podemos concluir que 17% dos respondentes consideram a pessoa humana como um potencial para S. João da Madeira.

### **1.3.3. Questionário aos técnicos e decisores sobre problemas e potencialidades**

De modo a analisar também as percepções dos políticos e técnicos da autarquia foi dirigido um questionário semelhante ao anteriormente descrito ao Presidente da Câmara Municipal, aos 6 vereadores, a todos os elementos da Assembleia Municipal, ao Presidente da Junta de Freguesia e aos 5 chefes de divisão e de departamento da Câmara Municipal. No total foram enviados 29 questionários via postal a indivíduos com cargo político e 5 a indivíduos com cargo técnico. Foram recebidas 9 respostas (5 políticos e 4 técnicos), o que corresponde a uma taxa de resposta de 26%.

Para os decisores e técnicos o grupo de problemas mais referido é o do “desenvolvimento social”, com 35% das referências. Especificamente referem-se questões como [mais referidas (+++) a menos referidas (+)] :

- Área cultural demasiado fraca (+)

- Baixo nível de escolaridade da população adulta (++)
- Carência de equipamentos sociais (+)
- Falta de actividades e espaços para idosos (+)
- Falta de ensino politécnico/superior (+)
- Falta de equipamento cultural (+++)

São ainda focadas outras questões como a saúde, a segurança, o hospital (deficiente e com valências reduzidas), a taxa elevada de população idosa, o alcoolismo e a toxicoddependência.

Quanto às potencialidades do Concelho os decisores e técnicos agrupam-se principalmente em torno da indústria (19%) e da posição geográfica do Concelho (15%). No entanto, referem igualmente a “educação” (4% de respostas), as “associações” (8% de respostas) e as “pessoas” (4%). Podemos concluir que 16% dos respondentes consideram a pessoa humana como um potencial para S. João da Madeira, existindo uma grande sintonia entre estes e os cidadãos que responderam ao questionário. Destaca-se, além disso, a referência clara ao potencial das associações locais.

#### **1.3.4. Fórum Participativo da Agenda 21 Local**

Conceptualmente o Fórum Participativo representa a estrutura por excelência da discussão e participação cívica visto estarem lá representados os vários sectores da sociedade: associações, escolas, autarquia, empresas e outras estruturas públicas e privadas.

Regra geral, as tradicionais reuniões de participação pública – do tipo “audição pós-definição do projecto” trazem mais calor do que luz (Connor, 1994). Daí a importância da existência de um Fórum Participativo onde promover o debate e partilha de ideias desde as fases precoces do planeamento estratégico.

É comum encontrar na literatura a constatação de que, quando se cria uma oportunidade para que as pessoas possam interagir, partilhar e debater ideias, estas têm capacidade para construir capital social, intelectual e político (Innes *et al* 1994; Grubber, 1994 *in* Vasconcelos *et al*, 2002). O capital social está relacionado com a confiança, as normas de comportamento e as redes de comunicação que são a base de um ambiente onde um

debate são pode ser levado a cabo. O capital intelectual está relacionado com a informação em comum, que permite criar uma base de trabalho partilhada entre os vários parceiros sociais. O capital político diz respeito à possibilidade de transformar os acordos estabelecidos em acções concretas e significativas (Gruber, 1994 *in* Vasconcelos *et al*, 2002).

Estes capitais só poderão revelar-se depois da oportunidade criada e, para isso, é necessário que as instituições estejam preparadas para estes novos processos de participação e de desenvolvimento de uma responsabilidade partilhada entre os vários parceiros sociais (Vasconcelos *et al*, 2002).

No Fórum Participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira pretende-se promover este desenvolvimento dos capitais social, intelectual e político. Um outro princípio está na base deste Fórum - o conceito de que não é preciso ensinar nada às pessoas para que elas participem. Só é preciso que apareçam nas reuniões e utilizem as capacidades, experiência e motivação que já têm (Weisbord & Janoff, 2000).

Para constituir o Fórum Participativo recorreu-se ao perfil da comunidade e realizaram-se várias reuniões sectoriais onde foi possível dar a conhecer a iniciativa em pormenor aos vários parceiros.

A primeira reunião oficial do Fórum Participativo decorreu no final do mês de Setembro de 2003. Na reunião estiveram presentes 68 cidadãos, que representavam 56 instituições da cidade. A distribuição desses representantes da sociedade civil pelos vários grupos vivos do Concelho pode ser visualizada na Tabela 3.

**Tabela 3 – Número e distribuição dos representantes da comunidade Sanjoanense no Fórum Participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira (primeira reunião).**

Tipo de representação	Participantes (nº)
Administração autárquica	5
Administração central	2
Administração local	6
Assembleia municipal	1
Associações desportivas, recreat. e culturais	13
Autoridades locais	2
Cidadãos a título individual	3
Empresas/ instituições de apoio às empresas	10
Estabelecimentos de ensino	10
Estruturas de apoio social/IPSS	9
Imprensa	7
Sindicatos	0
<b>Total</b>	<b>68</b>

### **1.3.5. Segunda reunião de trabalho do Fórum Participativo da Agenda 21 Local**

O objectivo desta reunião foi o de identificar a visão de futuro para o Concelho e os seis principais problemas/obstáculos.

Para esta reunião foram convidadas 129 instituições e 14 representantes políticos. Foram ainda convidados a comparecer todos os cidadãos interessados (através de divulgação na página na Internet e jornais). Estiveram presentes 49 indivíduos a representar 37 instituições.

Na Tabela 4 é possível comparar o número de instituições convidadas e as que compareceram no Fórum. Cerca de 40% das instituições/indivíduos convidados fizeram-se representar na reunião. Os grupos menos representados foram as empresas ou serviços municipais (nenhuma das entidades convidadas esteve na reunião) e as empresas ou associações empresariais (apenas 2% das convidadas compareceram).

**Tabela 4 – Número e distribuição dos representantes da comunidade Sanjoanense no Fórum Participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira (segunda reunião).**

Tipo de representação	Instituições/ indivíduos presentes(nº)	Instituições/ indivíduos convidados(nº)
Administração autárquica	2	9
Administração central	2	6
Administração local	4	5
Assembleia Municipal	3	5
Associações desportivas, recreat. e culturais	9	24
Autoridades locais	2	3
Cidadão a título individual	5	–
Empresas/ instituições de apoio às empresas	1	47
Estabelecimentos de ensino	7	6
Estruturas de apoio social/IPSS	10	14
Imprensa	4	5
Sindicatos	0	2
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>126</b>

No que diz respeito à representatividade dos grupos vivos do Concelho na reunião do Fórum Participativo, os grupos mais bem representados foram as associações desportivas, recreativas e culturais (18%) e as estruturas de apoio social (20%), seguidas pela instituições de ensino (14%) e pelos cidadãos a título individual (10%).

Os participantes foram aleatoriamente divididos em grupos de trabalho com cerca de 6 a 7 pessoas, que foram liderados por um facilitador. Cada grupo teve uma hora para chegar a consenso sobre os 6 problemas e a respectiva visão para o futuro. Depois disso cada grupo elegeu um porta-voz que apresentou os seu resultados em plenário. Na parte final da sessão todos os problemas foram agrupados em grandes categorias e votados individualmente.

Os seis principais grupos de problemas que afloraram no Fórum Participativo foram essencialmente os relacionados com:

- (1) Cultura e lazer: falta de equipamentos culturais e de lazer e conseqüentemente de actividades culturais (15,3% dos votos);
- (2) Situações de risco: desagregação familiar, falta de apoio aos idosos, às famílias e a pessoas carenciadas, alcoolismo e toxicodependência (14,8%);
- (3) Educação cívica e educação: falta de educação cívica (14,3%) ;



- (4) Transportes e estacionamento: falta de transportes públicos adequados e de estacionamento (8,5%);
- (5) Saúde pública (7,9%) e
- (6) Espaços verdes e rio: qualidade dos espaços verdes e da zona ribeirinha e poluição do rio (6,3%).

### 1.3.6 Terceira reunião de trabalho do Fórum Participativo da Agenda 21 Local

O objectivo desta reunião foi o de identificar os problemas específicos e respectivas soluções para duas das questões estratégicas para o Concelho apontadas na segunda reunião do Fórum Participativo: “Resíduos e limpeza urbana” e “Qualidade do ar”.

Para esta reunião foram convidados 229 indivíduos. Foram ainda convidados a comparecer todos os cidadãos interessados (através de divulgação na página na Internet e jornais). Estiveram presentes 47 indivíduos a representar 34 instituições. Na Tabela 5 é possível comparar o número de instituições/indivíduos convidados e os que compareceram no Fórum.

**Tabela 5– Número e distribuição dos representantes da comunidade Sanjoanense no Fórum Participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira (terceira reunião).**

Tipo de representação	Instituições/ indivíduos presentes (nº)	Instituições/ indivíduos convidados (nº)
Administração autárquica	4	7
Administração central	0	6
Administração local	3	9
Assembleia Municipal	2	5
Associações desportivas, recreat. e culturais	10	23
Autoridades locais	2	3
Cidadão a título individual	7	0
Empresas/ instituições de apoio às empresas	4	40
Estabelecimentos de ensino	9	108
Estrutura de apoio social/ IPSS	4	20
Imprensa	2	5
Sindicatos	0	2
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>228</b>

No que diz respeito à representatividade dos grupos vivos do Concelho na reunião do Fórum Participativo, os mais bem representados foram as associações desportivas, recreativas e culturais (21%), os estabelecimentos de ensino (19%), os cidadãos a título individual (15%), seguidos das estruturas de apoio social (9%), da administração autárquica (9%) e das empresas (9%).

Focaremos neste relatório os resultados que dizem respeito aos aspectos específicos das temáticas que tocam a problemática da educação cívica.

No tema “Resíduos e limpeza urbana” os seis grupos de trabalho da reunião focaram a falta de informação e sensibilização da população como um dos problemas chave.

Apresentamos na Tabela 6 o problema específico, as causas apontadas, as soluções e os parceiros a envolver de acordo com o referido pelos vários grupos de trabalho.

**Tabela 6 – Resultados parciais dos grupos de trabalho do Fórum Participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira: problemas, causas, propostas de resolução e parceiros a envolver em questões relacionadas com a carência de informação e sensibilização da população para o tema “Resíduos e limpeza urbana”.**

<b>Grupo</b>	<b>Problema</b>	<b>Causa</b>	<b>Propostas</b>	<b>Parceiros a envolver</b>
1	Falta de informação e sensibilização da população		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhas de informação feitas por equipas de técnicos de educação ambiental</li> <li>- Sensibilização ambiental a nível de eventos e equipas desportivas</li> <li>- Colocação de placares informativos nas associações</li> <li>- Apostar no papel dos jovens e das escolas</li> <li>- Campanhas de sensibilização feitas por jovens nos períodos das pausas escolares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Associações</li> <li>- Clubes desportivos</li> <li>- Outras associações</li> <li>- Escolas</li> <li>- Associações de pais</li> </ul>
2	Falta de sensibilização da população	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os indivíduos não sentem na pele os impactes de uma má gestão de resíduos</li> <li>- Os cidadãos têm tendência a transferir as responsabilidades para os outros (não vêem o problema como sendo também da sua responsabilidade)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efectuar campanhas direccionadas a públicos-alvo distintos (desde os mais jovens aos mais idosos)</li> <li>- Integrar o tema nos programas curriculares do 1º Ciclo de Ensino Básico</li> <li>- Dar formação que relacione resíduos (consequências da má gestão) com a saúde</li> <li>- Dar formação a líderes de opinião</li> <li>- Informar quanto à importância da compostagem</li> <li>- Promover a informação sobre o tema: editar um mapa completo da cidade com as estruturas de recolha de RSU disponíveis (ecopontos, ecocentro, pontos de compostagem...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Associações de pais</li> <li>- Outras colectividades</li> </ul>
3	Uso inadequado dos ecopontos		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informar sobre como fazer a separação dos resíduos (que resíduo em que contentor)</li> </ul>	

<b>Grupo</b>	<b>Problema</b>	<b>Causa</b>	<b>Propostas</b>	<b>Parceiros a envolver</b>
4	Dejectos de animais nas ruas  Mau acondicionamento dos resíduos nos contentores  Odores provenientes dos lixos	- Contentores sujos - Lixo colocado na rua	- Necessidade de sensibilizar os proprietários dos animais para que recolham os dejectos da via pública  - Sensibilizar para a importância do bom acondicionamento - Sensibilizar para a separação de resíduos  - Melhor acondicionamento do lixo por parte dos municípios - Respeito pelos horários de colocação de resíduos na via pública	- Toda a sociedade  - Municípios - Câmara Municipal
5	Não separação de resíduos  Lixo na via pública, terrenos e matas	- Falta de sensibilização e informação dos cidadãos  - Falta de civismo	- Campanhas de educação ambiental  - Sensibilização	- Câmara Municipal - Associações - Professores
6	Pouco uso dos ecopontos	- Falta de credibilidade da recolha selectiva	- Haver mais informação e mobilização	

### 1.3.7. Quarta reunião de trabalho do Fórum Participativo da Agenda 21 Local

O objectivo desta reunião foi o de identificar os problemas específicos e respectivas soluções para duas das questões estratégicas para o Concelho apontadas na segunda reunião do Fórum Participativo: “Educação cívica” e “Espaços verdes e rio”.

Para esta reunião foram convidados 276 indivíduos. Foram ainda convidados a comparecer todos os cidadãos interessados (através de divulgação na página na Internet e jornais). Estiveram presentes 75 indivíduos a representar 42 instituições. Na Tabela 7 é possível comparar o número de instituições convidadas e as que compareceram no Fórum.

**Tabela 7 - Número e distribuição dos representantes da comunidade Sanjoanense no Fórum Participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira (quarta reunião).**

<b>Tipo de representação</b>	<b>Instituições/ indivíduos presentes (nº)</b>	<b>Instituições/ indivíduos convidados (nº)</b>
Administração autárquica	5	8
Administração central	1	7
Administração local	5	10
Assembleia Municipal	2	5
Associações desportivas, recreat. e culturais	14	23
Autoridades locais	3	3
Cidadão a título individual	19	34
Empresas/ instituições de apoio às empresas	3	41
Estabelecimentos de ensino	15	120
Estrutura de apoio social/ IPSS	6	18
Imprensa	2	5
Sindicatos	0	2
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>276</b>

No que diz respeito à representatividade dos grupos vivos do Concelho na reunião do Fórum Participativo, os grupos mais bem representados foram os cidadãos a título individual (25%), as instituições de ensino (20%) e as associações desportivas, recreativas e culturais (19%). No que diz respeito ao tema específico “Educação Cívica” apresentamos a síntese dos resultados na Tabela 8.

**Tabela 8 - Resultados parciais dos grupos de trabalho do Fórum Participativo da Agenda 21 Local de S. João da Madeira. Apresentação dos problemas, causas, propostas de resolução (gerais e específicas) e parceiros a envolver em questões relacionadas com a educação cívica.**

	<b>Problema</b>	<b>Propostas</b>
<b>Participação cívica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de participação cívica</li> <li>- Ausência de envolvimento dos cidadãos nas decisões</li> <li>- Falta de confiança em relação aos decisores e instituições responsáveis</li> <li>- Cidadãos não vestem a camisola da terra</li> <li>- Carência de sensibilização ambiental e social</li> <li>- Pouca participação nas associações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Valorizar a participação e a opinião das pessoas por parte dos poderes instituídos</li> <li>-Criar condições para a participação mais activa nas associações</li> <li>-Assegurar que as denúncias são devidamente registadas e que não caem em saco roto</li> <li>-Efectuar inquéritos ou outras formas de inquirição para avaliar as opiniões e anseios das pessoas</li> <li>-Envolver os cidadãos nas decisões</li> <li>-Continuação da aposta em projectos que promovem a educação cívica e a participação pública</li> <li>-Realização de encontros participativos</li> <li>-Renovação da prática pedagógica</li> <li>-Concretização de resultados com visibilidade para a população acreditar</li> <li>-Tentar transmitir valores e princípios às gerações mais jovens</li> <li>-Mais informação disponibilizada pelas entidades</li> <li>-Aposta em novos eventos como a “Cidade no Jardim”</li> <li>-Promover iniciativas vocacionadas para a participação de todas as associações</li> <li>-Criação de uma federação das associações, que coordene as actividades associativas</li> </ul>

	<b>Problema</b>	<b>Propostas</b>
<b>Coesão social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Inversão dos valores de bom e mau</li> <li>-Falta de comunicação entre as pessoas</li> <li>-Falta de acordo nas atitudes e crenças a vários níveis</li> <li>-Má vizinhança e violência familiar</li> <li>-Ausência de estruturas de apoio social (em particular para os idosos)</li> <li>-Excesso de individualismo</li> <li>-Excesso de competição</li> <li>-Medo do outro/da diferença</li> <li>-Falta de acompanhamento da família e dos pais em relação à educação e desenvolvimento dos jovens</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fomentar o aumento da comunicação entre as pessoas</li> <li>-Valorizar o papel e o tempo dos idosos no acompanhamento da educação e desenvolvimento dos jovens</li> <li>-Apostar no reforço dos laços familiares intergeracionais</li> <li>-Criar condições de acessibilidade para os mais idosos</li> <li>-Organização de mais actividades a pensar nos mais idosos</li> <li>-Estabelecimento de objectivos de maior civismo nas escolas</li> <li>-Fomentar a interacção familiar</li> <li>-Criar novas formas de interacção e relacionamento ao nível do bairro</li> <li>-Campanhas de promoção da tolerância</li> <li>-Valorização da experiência dos mais velhos</li> <li>-Criação de casa dos idosos onde as pessoas mais idosas possam ter um leque de actividades culturais gratuitas e permanentes</li> </ul>

	<b>Problema</b>	<b>Propostas</b>
<b>Responsabilidade e solidariedade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Falta de civismo generalizada</li> <li>-Falta de civismo na condução rodoviária e no estacionamento</li> <li>-Falta de civismo a nível da deposição de resíduos e limpeza urbana</li> <li>-Abandono dos dejectos de animais domésticos na via pública</li> <li>-Falta de respeito pelo espaço público e espaços sociais comuns</li> <li>-Ruído da vizinhança acima do permitido por lei</li> <li>-Falta de respeito pelo espaço público</li> <li>-Comportamentos individuais pouco consentâneos com a vida em comunidade</li> <li>-Falta de respeito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Educação nas escolas</li> <li>-Educação feita pelas crianças em casa (no caso da falta de civismo na condução)</li> <li>-Campanhas de sensibilização para os bons comportamentos na separação de resíduos e no acondicionamento do lixo</li> <li>-Vigilância da autarquia em relação a actos de vandalismo e de pouco civismo</li> <li>-Actuação no caso de queixas e reclamações por causa de poluição sonora</li> <li>-Campanhas bem desenvolvidas</li> <li>-Dar a conhecer a cidade</li> <li>-Desmaterializar a felicidade</li> <li>-Criação de espaços próprios para colagem de cartazes e para pinturas</li> <li>-Promover o espírito de vizinho vigilante</li> <li>-Campanhas de informação e sensibilização sobre ambiente e vida em comunidade</li> </ul>



## 1.4. Metodologia de trabalho

De uma forma sintética poderemos dizer que o diagnóstico da Educação Cívica em S. João da Madeira passará, por um lado, pela caracterização de alguns indicadores básicos de instrução e de acesso à cultura e à informação e, por outro lado, dos níveis de conhecimento dos cidadãos em relação aos aspectos ambientais (particularmente destacados pelos participantes no processo de participação pública) e aos instrumentos disponíveis para a participação do cidadão.

O diagnóstico focará as várias instituições de S. João da Madeira, fazendo uma análise das suas actividades na área da educação cívica, bem como a forma como os cidadãos nelas participam.

Por último, mas não menos importante, pretendemos reunir alguns dados sobre a percepção dos Sanjoanenses em relação aos processos de participação pública disponíveis e a utilização que deles fazem.

Na Tabela 9 apresentamos os dados que figuram no diagnóstico e a metodologia geral adoptada para a sua obtenção. Nas páginas seguintes detalhamos a metodologia adoptada.

**Tabela 9 – Informação recolhida para o diagnóstico da educação cívica em S. João da Madeira e descrição da metodologia adoptada para a obtenção dessa informação.**

	Informação a recolher	Metodologia	Observações
<b>Educação cívica</b>			
	-Conceitos -Obstáculos -Potencialidades	Questionário aos líderes de opinião	
<b>Educação</b>			
	Níveis de instrução dos residentes	INE Rede Social	
	Taxa de analfabetismo	Rede Social	Indicador recomendado na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Nº de instituições de ensino	Rede Social	

	Informação a recolher	Metodologia	Observações
<b>Acesso à cultura</b>			
	Ocupação dos tempos livres e práticas culturais	Rede Social	
	Número de bibliotecas e de utilizadores das bibliotecas	INE Biblioteca Municipal Câmara Municipal SJM	Indicador recomendado na ENDS
	Despesas com actividades culturais	Rede Social	
	Número de espectáculos públicos	Rede Social	
<b>Acesso à informação</b>			
	Acesso e utilização da Internet (conhecimento e utilização da página na Internet da autarquia)	Questionário ao cidadão	
	Alunos por computador com ligação à Internet	Escolas do Concelho	Indicador recomendado na ENDS
	Postos públicos de acesso à Internet	Câmara Municipal SJM Espaço Internet Biblioteca Municipal	Indicador recomendado na ENDS
	Imprensa local (número de jornais e de leitores)	Órgãos de comunicação social locais	
	Fontes de informação sobre ambiente (actuais)	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Fontes de informação sobre ambiente (desejadas)	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
<b>Níveis de informação</b>			
	Nível de informação relativamente às questões ambientais	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Conhecimento específico quanto a um aspecto global (causa do aquecimento global)	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Conhecimento específico quanto a um aspecto local (destino dos RSU)	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Conhecimento dos conceitos/causas/soluções dos problemas ambientais	Questionário dirigido ao cidadão em geral	

	Informação a recolher	Metodologia	Observações
<b>Participação pública</b>			
	Percepção quanto aos processos de participação pública existentes	Questionário aos líderes de opinião do Concelho	
	Dados da participação pública do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho de S. João da Madeira (RMEU)	Câmara Municipal SJM	
	Dados da participação pública da Avaliação de Impacte Ambiental da Construção do IC2	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	
	Participação em associações locais: -Conhecimento -Nível de participação -Forma de participação -Desejo de participação -Modo de participação desejável -Percepção quanto às associações necessárias	Questionário dirigido ao cidadão em geral Câmara Municipal SJM	
	Número de associações, âmbito de actuação e actividades de educação cívica levadas a cabo	Rede Social Questionário às associações	
	Número de voluntários nas associações	Rede Social Questionário às associações	
	Número de sócios	Rede Social Questionário às associações	
	Idade média dos sócios	Questionário às associações	
	Percentagem de sócios que pagam as cotas	Questionário às associações	
	Número de sócios que comparecem nas Assembleias-gerais	Questionário às associações	
	Nível de associativismo na escola	Rede Social	
	Participação das escolas no Programa Escolar da Agenda 21 Local	ESB-UCP	

	<b>Informação a recolher</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Observações</b>
	Abordagem da formação cívica nas escolas	Escolas e Agrupamentos de escolas de S. João da Madeira	
	Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais	Câmara Municipal SJM PSP GNR	Indicador recomendado na ENDS
	Apresentação de queixas ou reclamações -Conhecimento do procedimento -Destinatário da reclamação -Grau de satisfação	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Participação no processo de Agenda 21 Local -Conhecimento -Participação -Percepções	Questionário dirigido ao cidadão em geral ESB-UCP	
	Formas de participação na vida política e social	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Níveis de afluência às urnas	Associação Nacional de Municípios Portugueses	
	Número de sindicatos	Sindicato de Professores do Norte CGTP-IN	
	Acções que o cidadão promoveu para resolver os problemas ambientais	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Comportamentos individuais no dia-a-dia	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
<b>Instituições</b>			
	Instituições existentes	Rede Social de S. João da Madeira	
	Oferta das instituições na área da educação cívica	Questionário às instituições	
	Mecanismos que as instituições utilizam para informar o cidadão	Questionário às instituições	
	Mecanismos de participação pública que as instituições oferecem	Questionário às instituições	
	Procedimento de tratamento dos <i>inputs</i> participativos	Questionário às instituições	

	Informação a recolher	Metodologia	Observações
<b>Relação dos cidadãos com o ambiente</b>			
	Níveis de preocupação do cidadão	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Percepção quanto ao ambiente no futuro	Questionário dirigido ao cidadão em geral	
	Problemas ambientais que afectam o cidadão no dia-a-dia	Questionário dirigido ao cidadão em geral	

### 1.4.1. Questionário ao cidadão em geral

Com este questionário pretende-se averiguar sobre os conhecimentos, percepções, atitudes e comportamentos dos cidadãos de S. João da Madeira, em particular no que diz respeito à sua participação na comunidade e relação com o ambiente.

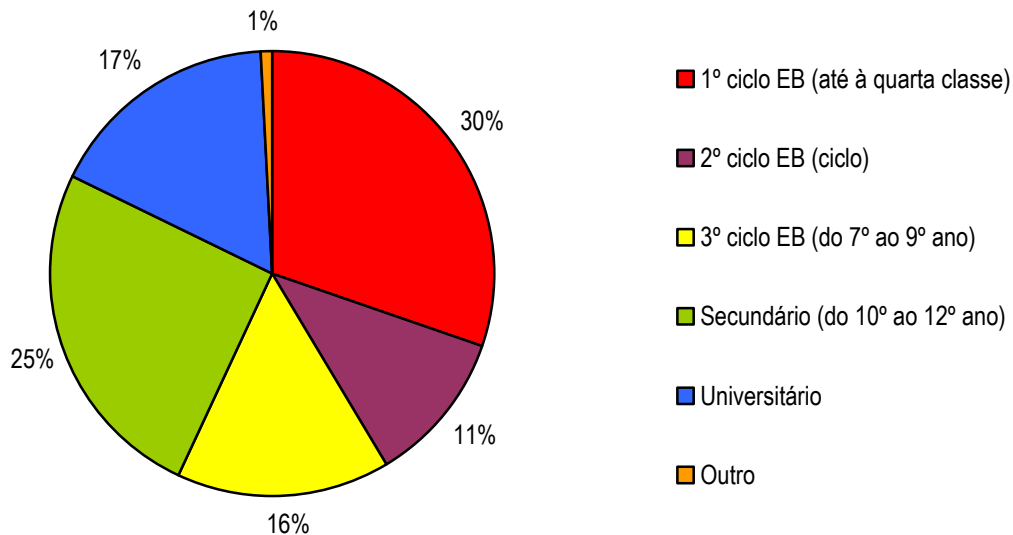
Foi elaborado um guião de questionário que foi pré-testado a 4 Sanjoanenses. Realizaram-se entrevistas a 1,5% da população residente com idade superior a 15 anos (de acordo com os Censos 2001), tendo sido entrevistados 216 indivíduos. De forma a fazer reflectir a diversidade etária e representar indivíduos de ambos os sexos, a amostra foi estratificada por classe etária e por sexo de forma a reflectir proporcionalmente a realidade sanjoanense. O cálculo foi efectuado a partir dos dados dos Censos de 2001. O número de indivíduos entrevistados em cada estrato é apresentado na Tabela 10.

**Tabela 10 – Número de cidadãos de S. João da Madeira entrevistados em cada estrato.**

<b>Estratos</b>	<b>N.º absoluto de entrevistados for faixa etária e género</b>	
	<b>Homens (48%)</b>	<b>Mulheres (52%)</b>
<b>15 - 24 anos</b>	19	20
<b>25 - 64 anos</b>	69	75
<b>mais de 65 anos</b>	16	17
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>112</b>

As entrevistas foram realizadas face-a-face na rua nos dias 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 19 de Abril. O local seleccionado para a aplicação dos questionários foi a Praça Luís Ribeiro. Foram entrevistados 104 homens e 112 mulheres de acordo com os estratos etários

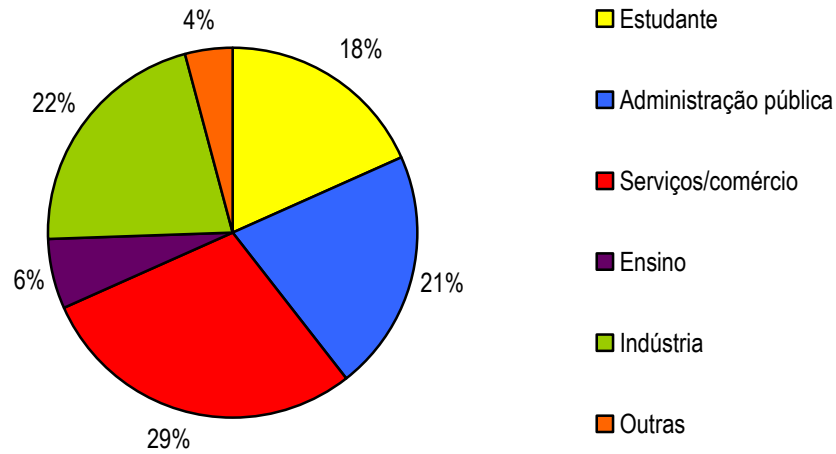
apresentados na Tabela 10. Quanto ao nível de instrução, 30% dos entrevistados tem o 1º Ciclo de Ensino Básico completo, 11% completou o 2º Ciclo de Ensino Básico e 16% o 3º Ciclo. Um quarto dos entrevistados tem o ensino Secundário e 17% um grau universitário (Gráfico 1).



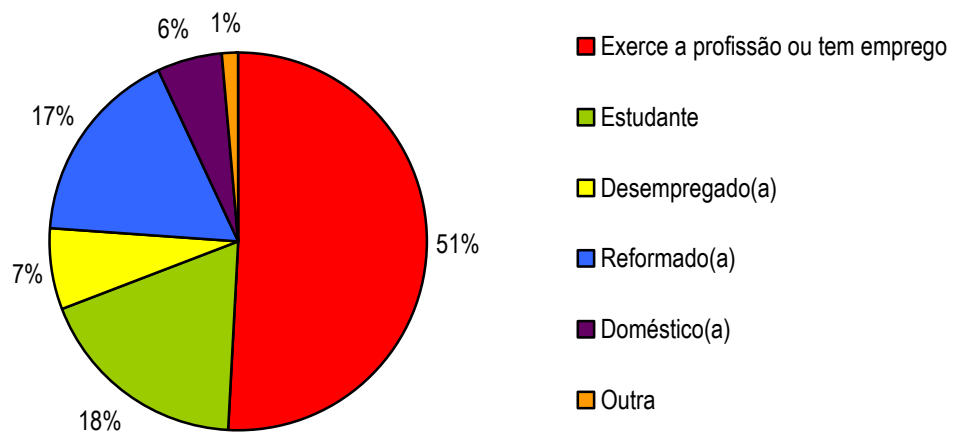
**Gráfico 1– Nível de instrução da população inquirida em S. João da Madeira**

Em relação à actividade desenvolvida, os entrevistados repartem-se entre estudantes (18%), funcionários da administração pública (21%), funcionários do sector terciário (29%) e do sector secundário (22%). Seis por cento são professores (Gráfico 2)

Metade dos inquiridos exerce neste momento a sua profissão ou tem emprego, 17% estão reformado(a)s, 7% desempregado(a)s e 6% são doméstico(a)s (Gráfico 3)).



**Gráfico 2- Profissão (actual ou última exercida) da população inquirida em S. João da Madeira**



**Gráfico 3– Situação perante o emprego da população inquirida em S. João da Madeira**

Todos os entrevistados eram residentes em S. João da Madeira e proveniente de vários lugares do Concelho. Os lugares mais representados na amostra são Casaldelo, Espadanal, Fundo de Vila, Laranjeiras, Mourisca, Orreiro, Parrinho, Pedação, Quinta, Ribeiros, Tapado, Travessas e Vale. Outros lugares também representados, mas cujos inquiridos que constituem a amostra estão em menor número são: Fundões, Carquejido, Corgas, Volta e Fontainhas.

Não há na amostra nenhum representante dos lugares da Ponte, da Praça e da Vista Alegre.

#### **1.4.2. Questionário a líderes comunitários**

Por forma a obter mais dados qualitativos sobre educação cívica no Concelho, bem como reunir propostas de acções adaptadas à realidade, optou-se pela realização de entrevistas informais a pessoas com uma forte actividade na comunidade sanjoanense.

Foi preparado um guião de entrevista próprio.

Os entrevistados foram seleccionados de forma arbitrária com a ajuda de elementos da Rede Social de S. João da Madeira. Não foi realizada uma identificação sistemática de todos os líderes da comunidade e, com toda a certeza, não entrevistamos todas as pessoas que poderiam dar um contributo válido a este diagnóstico e plano de acção. No entanto, é necessário estabelecer compromissos. O nosso foi o de tentar num período temporal razoável reunir as opiniões de um número de líderes que nos permitisse uma grande diversidade de experiências e interesses distintos.

Os indivíduos entrevistados são apresentados na Tabela 11.



**Tabela 11 – Líderes de opinião da comunidade Sanjoanense entrevistados.**

<b>Entrevistado</b>	<b>Envolvimento na comunidade</b>
António Pedro (Sr.)	Associação Desportiva Sanjoanense
Assunção Reis (Dra.)	ATL Gente Miúda; Rede Social de S. João da Madeira
Carlos Silva (Dr.)	Director técnico dos Ecos Urbanos; Rede Social de S. João da Madeira; Comissão de Protecção de Menores; Núcleo Local de Inserção
Fátima Guimarães (Eng. <sup>a</sup> )	CGTP; ATL Gente Miúda
João Queirós (Sr.)	Junta de Freguesia de S. João da Madeira; CERCI; sócio da Misericórdia (tendo sido elemento da administração durante 14 anos)
Joaquim Valente (Dr.)	Centro de Educação Integral; Associação de Apoio à Educação; Escola de Pais Nacional; Rede Social de S. João da Madeira
Leandro Melo (Eng. <sup>o</sup> )	Direcção do Centro Tecnológico do Calçado; Grupo Coordenador da Agenda 21 Local
Lúisa Maria Marques Pinto (Dra.)	Segurança Social e Ecos Urbanos; Rede Social de S. João da Madeira
Paulo Cavaleiro (Dr.)	Vereador da Câmara Municipal de S. João da Madeira; Grupo Coordenador da Agenda 21 Local
Susana Xará (Eng. <sup>a</sup> )	Ex-Vereadora da Câmara Municipal de S. João da Madeira; Grupo Coordenador da Agenda 21 Local
Vítor Costa (Dr.)	Associação Cultural Alão de Morais: Centro de Artes, Escola de Música e Instituto de Línguas
Vítor Gonçalves (Dr.)	Director dos Serviços Sociais da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira

### **1.4.3. Entrevista às instituições públicas**

No sentido de identificar as várias instituições públicas do Concelho foi realizada uma pesquisa no Guia de Recursos de S. João da Madeira (Rede Social, 2002).

Depois de identificadas as várias instituições (públicas e privadas) relevantes na área da cidadania foi preparado um guião de entrevista cujo principal objectivo era o de conhecer as actividades desenvolvidas que pudessem ser enquadradas no âmbito da educação cívica, os mecanismos de informação ao cidadão, os instrumentos de participação pública disponibilizados e os procedimentos de tratamento dos contributos dos cidadãos.

As entrevistas foram presenciais com representantes das várias instituições para complementar a informação necessária. A reunião foi tida com o mais alto representante da instituição ou pessoa por si delegada.

Na Tabela 12 estão listadas as várias instituições contactadas para recolha de dados.

**Tabela 12 – Instituições contactadas para recolha de informação.**

Agência de Desenvolvimento Regional entre Douro e Vouga
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
Biblioteca da Junta de Freguesia
Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo
Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira
Câmara Municipal de S. João da Madeira
Centro de Emprego de S. João da Madeira
Centro de Saúde de S. João da Madeira
Centro Educativa de Entre o Douro e Vouga
Comissão de Protecção de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo
Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar
ERSUC
Espaço Internet
Euroreciclagem
Gabinete de Apoio Técnico de Entre Douro e Vouga
GNR
Hospital Distrital de S. João da Madeira
Instituto de Reinserção Social
Instituto de Solidariedade e Segurança Social - Serviço Local - S. João da Madeira
Junta de Freguesia
Museu da Industria de Chapelaria
PSP
Santa Casa da Misericórdia
Tribunal Judicial da Comarca de S. João da Madeira

#### **1.4.4. Entrevista às associações**

Foi preparado um guião de entrevista cujo principal objectivo era o de conhecer as actividades desenvolvidas pelas associações que pudessem ser enquadradas no âmbito da educação cívica, os mecanismos de informação ao cidadão, as formas de participação do cidadão (número de sócios total, percentagem de sócios que paga as cotas, número de voluntários, número de sócios que comparece nas Assembleias Gerais).

No sentido de identificar as várias associações do Concelho foi realizada uma pesquisa no Guia de Recursos de S. João da Madeira (Rede Social, 2002).

Depois de identificadas as várias associações foi efectuada uma selecção daquelas que têm um maior potencial para o desenvolvimento de acções de educação cívica. Essas

foram contactadas para a realização de uma entrevista presencial. As restantes foram contactadas via carta (foi enviada uma carta de apresentação e um questionário que deveria ser devolvido preenchido).

Na Tabela 13 estão listadas as várias associações contactadas para recolha de dados (contactos face-a-face) e na Tabela 14 encontra-se as associações contactadas via carta.

**Tabela 13 – Associações de S. João da Madeira contactadas para recolha de informação (contacto personalizado).**

ACAIS - Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses
ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal
Associação Aprender a viver com a Diabetes
Associação Cultural Alão de Morais
Associação Cultural e Recreativa "É Bom Viver"
Associação de Apoio à Educação
Associação de Jovens Ecos Urbanos
Associação Desportiva Sanjoanense
Associação Estamos Juntos
Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila
Centro de Cultura e Desporto de S. João da Madeira
Centro Tecnológico da Indústria do Calçado
Cerci - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas
Conferência Feminina de S. Vicente de Paulo
Federação Concelhia das Associações de Pais de SJM
Lions Clube
Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa de S. João da Madeira

**Tabela 14 – Associações de S. João da Madeira contactadas para recolha de informação (contacto via CTT/ fax).**

Associação Cultural e Recreativa "Saber do Povo"
Associação de Pesca, Desporto, Cultura e Recreio de S. João da Madeira
Associação Desportiva e Cultural Rua da Mamoinha
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários
Associação Portuguesa de Shaolin Si
Associação Sanjoanense de Artes Marciais - ARMA
Banda de Música de S. João da Madeira
CARE - Liga dos Amigos dos Insuficientes Renais
Centro Columbófilo de S. João da Madeira
Centro Cultural e Desportivo Real Sociedade da Praça
Centro de Cultura e Recreio Oliva
Clube de Bilhar de S. João da Madeira
Clube de Campismo de S. João da Madeira
Cooperativa de Habitação Económica 11 de Outubro SA
Coro de Câmara de S. João da Madeira
Grupo Recreativo e Cultural Dínamo Sanjoanense
Núcleo da Liga Contra o Cancro
Os Kágados
Rancho Regional Laborânea
Rotary Clube de S. João da Madeira
Tuna AD-HOC da Escola Secundária Serafim Leite
Turbo Clube de S. João da Madeira

#### **1.4.5. Entrevista às escolas e agrupamentos de escolas**

Por forma a conhecer a abordagem à temática da educação cívica nas escolas de S. João da Madeira estabeleceu-se um guião de entrevista que foi aplicado aos agrupamentos de escolas, escolas do ensino secundário e ao Centro de Educação Integral (ensino privado). Pretendeu-se também recolher dados sobre o associativismo no meio escolar.

Na Tabela 15 identificam-se os agrupamentos e estabelecimentos de ensino entrevistados.

**Tabela 15 – Escolas e Agrupamentos de Escolas de S. João da Madeira contactados para recolha de informação.**

Agrupamento Escolar
Agrupamento Vertical
Centro de Educação Integral
Escola E.B. 1 de Carquejido
Escola E.B. 1 de Casaldelo
Escola E.B. 1 de Condes
Escola E.B. 1 de Espadanal
Escola E.B. 1 de Fontainhas
Escola E.B. 1 de Fundo de Vila
Escola E.B. 1 de Parque
Escola E.B. 1 de Parrinho
Escola E.B. 1 de Ribeiros
Escola E.B. 2,3 de S. João da Madeira
Escola Secundária c/ 3º ciclo de S. João da Madeira (N.º 3)
Escola Secundária Dr. Serafim Leite
Escola Secundária João da Silva Correia

Os contactos foram estabelecidos face-a-face e via telefone.

## 2. Diagnóstico da situação actual

Neste capítulo apresentamos um conjunto de dados que nos permitem ter um panorama geral sobre o estado da educação cívica no Concelho.

Os dados não são exaustivos. Tentou-se, no entanto, reunir informação diversificada que permita construir o “quadro da cidadania” em S. João da Madeira.

Começamos por apresentar os dados recolhidos junto dos “líderes da comunidade”: conceitos, obstáculos e potencialidades da educação cívica, bem como as actividades já desenvolvidas no Concelho que se destacam nessa área. Apresentamos de seguida estatísticas sobre a educação e a cultura no Concelho e sobre o acesso e níveis de informação dos Sanjoanenses. A participação pública é depois avaliada em vários aspectos da vida comunitária: comportamentos individuais de cidadania, níveis de participação em associações locais, na Agenda 21 Local, nos processos de auscultação disponíveis, na vida social política, de um modo mais lato.

Apresentam-se depois as várias instituições do Concelho, actividades que desenvolvem na área da educação cívica, mecanismos de participação pública que disponibilizam e procedimentos de tratamento de seguimento dessa informação.

Por último apresentam-se alguns dados sobre os níveis de preocupação actual, percepção quanto ao futuro e problemas ambientais actuais que mais afectam os Sanjoanenses no seu dia-a-dia.

### 2.1.1. Conceitos de educação cívica

No que respeita aos conceitos de educação cívica a maioria dos entrevistados denota uma fusão com o conceito de cidadania e localiza-se no eixo “participação activa na construção da comunidade” – “demonstrar respeito pelo outro e ter comportamentos adequados nos espaços comuns” (Figura 1) Além destes dois conceitos há quem destaque especificamente o respeito pela diferença e pelos jovens e idosos.

De referir ainda a ideia transmitida por alguns líderes de que a educação cívica é simplesmente educação: começa na família e deve iniciar-se à nascença, pois a família tem um papel fundamental na formação do “cidadão que está a nascer”. As relações

interpessoais que se geram nesta fase são determinantes para o “grau” de educação cívica do cidadão no futuro. Foi ainda referido o facto de em sociedade existirem direitos, mas também deveres e como tal a educação cívica contribuir para o conhecimento dos direitos e para que se desenvolvam as competências necessárias ao cumprimento dos deveres.

**Participação activa na  
construção da comunidade**

“A educação cívica coloca-se ao nível da cidadania, isto é, uma vivência de condição cívica, política e social.”

“A educação cívica remete para várias áreas, mas no geral pode ser considerado tudo o que é feito pelos cidadãos numa cidade. A cidadania é a participação activa na comunidade, a disposição para colaborar nas instituições existentes, o desenvolvimento de actividades por iniciativa própria em prol de um grupo específico e ter consciência dos deveres para com a comunidade. O ambiente é uma área chave da cidadania em S. João da Madeira.”

“Educação cívica é estar preparado para participar na construção da cidade (por exemplo reportando os problemas às entidades competentes, utilizando todos os meios que lhe são dados).”

**Demonstrar respeito pelo outro e  
ter comportamentos adequados**

“Educação cívica pode ser encarado como tudo o que nos desagrade nos outros.”

“Educação cívica é o que pode facilitar/ajudar a vida em comunidade; são as boas regras da vida em comunidade no presente e no futuro.”

“Educação cívica é não estragar aquilo que é de todos.”

“A educação cívica deve estar presente em todos os momentos do quotidiano.”

“A educação cívica é o respeito pelo outro (na família, nos actos do quotidiano, no trânsito, na limpeza da via pública, na utilização das estruturas comuns....).”

“A educação cívica é o comportamento dos indivíduos na rua.”

“O limite da educação cívica é a pessoa que está ao nosso lado.”

“A educação cívica é aquilo que nos rege na forma de estar no dia-a-dia.”

**Figura 1 - Conceitos de educação cívica de acordo com a maioria dos entrevistados, localizando-se no eixo “participação activa na construção da comunidade” – “demonstrar respeito pelo outro e ter comportamentos adequados nos espaços comuns”.**

## 2.1.2. Principais obstáculos à educação cívica

Os principais problemas/obstáculos à cidadania em S. João da Madeira, segundo os entrevistados, são os apresentados na Tabela 16.

**Tabela 16 – Principais problemas e obstáculos à cidadania em S. João da Madeira apontados pelos líderes de opinião**

<p>“Vive-se em S. João da Madeira uma cultura de “corre-corre” em busca de mais crescimento económico. S. João da Madeira é um Concelho relativamente novo, que cresceu muito, cujos habitantes beneficiaram economicamente da indústria, que se tornaram economicamente ricos, mas deixaram-se ficar culturalmente pobres.”</p>
<p>“Tem havido em S. João da Madeira dinamismo na participação política e sensibilidade. No entanto, há algumas áreas onde essa sensibilidade é menor, por exemplo para a ecologia.”</p>
<p>“Hoje em dia há falta de informação ao cidadão e falta de vontade de aceder à informação.”</p>
<p>“Ao nível social a vivência das pessoas é muito existencialista: as pessoas não sentem que têm que ser também responsáveis por si e os prestadores têm uma visão de boa vontade e não uma visão de um serviço a que os mais carenciados têm direito.”</p>
<p>“Os fóruns de participação são muitas vezes excessivamente politizados.”</p>
<p>“Infelizmente ainda se pensa que o desenvolvimento se esgota em indicadores físicos e isso é um obstáculo ao investimento na cidadania.”</p>
<p>“O problema da educação cívica radica na educação e a educação está muito dependente da família.”</p>
<p>“Os comportamentos na via pública são diferentes dos tidos em casa.”</p>
<p>“S. João da Madeira é um Concelho com muitas pessoas deprimidas.”</p>
<p>“Há uma cultura de ostentação.”</p>
<p>“Muitas pessoas em S. João da Madeira vêm de fora – e têm sido algo discriminados (não têm sido integrados nas decisões e na comunidade).”</p>
<p>“A solidariedade entre os elementos da família está cada vez mais fragilizada.”</p>
<p>“Depois do 25 de Abril de 1974 os pais quiseram dar aos filhos aquilo que não tiveram e eventualmente terão cometido excessos: dão tudo o que é material mas não têm sido tão eficazes na transmissão de valores e educação básica.”</p>
<p>“S. João da Madeira cresceu muito em termos económicos mas é muito pobre em termos culturais. Há muita preocupação como o consumismo, prazer imediato, supérfluo. Esta situação é visível na geração de adultos, mas também nos jovens, que facilmente caem no facilitismo... Os jovens não participam porque estão habituados ao “pronto a usar” em vez de construir.”</p>



<p>“As pessoas valorizam mais o dinheiro, não os valores, o que implica a degradação dos comportamentos em comunidade (respeito e solidariedade).”</p>
<p>“O problema mais grave do Concelho é o “novo-riquismo” – as pessoas pagam tudo (não há espírito de participação e cooperação). Os pais delegam a educação dos filhos nos educadores (ausentam-se de responsabilidades) e isso poderá também relacionar-se com o facto de que há muitas crianças deprimidas em S. João da Madeira.”</p>
<p>“Há demasiadas comissões e pouco trabalho concreto (há muitos relatórios e pouco trabalho feito com as pessoas).”</p>
<p>“O problema é que a sociedade não apela à participação crítica do cidadão. S. João da Madeira tem excelentes condições para investir no bem-estar/felicidade dos indivíduos.”</p>
<p>“As associações e política são dominados por homens!”</p>
<p>“Hoje em dia há um individualismo atroz.”</p>
<p>“Há em S. João da Madeira muitas pessoas de fora – se não dermos a estas pessoas uma melhoria da qualidade de vida, serviços, bens e infra-estruturas não conseguiremos fixar os mais jovens (“temos que dar melhor que os outros para fixar a população”).”</p>
<p>“O cidadão não está suficientemente informado para saber os mecanismos que tem ao seu dispor para participar activamente.”</p>
<p>“O cidadão não está preparado para esta participação.”</p>
<p>“Em S. João da Madeira há um défice de identidade que decorre de uma expansão muito rápida da cidade.”</p>
<p>“Uma questão de prioridade política (não é claro se os políticos têm como prioridade o fomento do tecido social) – continua a haver o espírito da “obra feita”, ou seja, sobrevaloriza-se o físico e esquece-se o impalpável.”</p>
<p>“Há ausência de espaços para a cultura: há uma descentralização das iniciativas e poucas actividades no centro da cidade.”</p>
<p>“À partida as pessoas sentem que não podem dar nada de válido (mas depois de experimentar a metodologia da Agenda 21 Local convencem-se de que podem ter um papel importante)”</p>
<p>“As pessoas estão desligadas dos ideais.”</p>
<p>“A sociedade civil não olha para os jovens como um recurso a potenciar.”</p>
<p>“A responsabilidade pela educação dos jovens é transitada para as escolas e isso é uma lacuna grave.”</p>
<p>“Os cidadãos falham pela sua postura individual (há voluntarismo mas há carência de respeito, de sentimento positivo).”</p>
<p>“Há pouca noção dos direitos participativos.”</p>

Dos testemunhos recolhidos podemos concluir sobre os principais obstáculos identificados:

1. Um dos aspectos mais frequentemente referido como um obstáculo à cidadania é o facto de o Concelho ter tido um rápido crescimento económico, com inegáveis e desejáveis benefícios para os seus habitantes, mas que não foi acompanhado de um desenvolvimento de um sistema de valores de vida em comunidade. As pessoas sobrevalorizam o que é material sem o equilíbrio do espírito de cooperação e participação essenciais para a vida comunitária. Estes valores estão enraizados nas gerações de adultos e têm sido transmitidas para os mais jovens (que têm uma vida extremamente “facilitada”, revelando-se cada vez menos preparados para uma vida em comum activa).
2. Um segundo aspecto que ressalta dos resultados é o facto de a família ser encarada como um potencial para a cidadania, mas também um obstáculo quando não existem os valores de respeito e solidariedade intergeracional e a transmissão de conceitos base de cidadania. O facto de muitos pais delegarem totalmente nos educadores e professores a educação dos filhos, não contribuindo activamente neste processo, é também apontado. Esta situação pode gerar crianças cujo potencial de cidadão estará longe de atingir a plenitude.
3. Um outro obstáculo à cidadania prende-se, de algum modo, com as vontades políticas. Por um lado porque em termos de prática de informação e participação são omitidos alguns aspectos considerados fundamentais pelos cidadãos (por exemplo, as questões ambientais e o fomento do tecido social não têm sido privilegiadas pelos executivos). Por outro lado, é referido que não tem havido até ao momento um verdadeiro apelo à participação crítica do cidadão e que, quando essa possibilidade existe através dos fóruns de discussão, estes acabam por ser demasiado politizados (o que lhes tira alguma credibilidade).
4. Um obstáculo também apontado é a ausência de uma certa identidade dos Sanjoanenses (não só dos residentes mas também de todos aqueles que utilizam o Concelho como local de trabalho, educação ou outro). Esta falta de identidade prende-se também com o rápido crescimento populacional do Concelho. Há

então a necessidade de uma visão de futuro comum para a comunidade em torno da qual se construa e interiorize a imagem interna e externa de S. João da Madeira.

5. Um obstáculo forte à cidadania activa prende-se com a falta de informação do cidadão. As pessoas não sabem como participar e existe uma carência generalizada de informação (embora os cidadãos também sejam passivos a este nível, isto é, não procurem a informação).
6. Há uma visão demasiado individualista. Os cidadãos demonstram pouco interesse na vida comunitária, embora esta falta de interesse possa estar radicada no sentimento de que não têm nada de útil a acrescentar ou que não têm poder para mudar o curso da situação. Este fenómeno é “incurtido” nos indivíduos desde a sua infância e juventude, pois há uma forte tendência para não investir seriamente no desenvolvimento de competências para a vida em democracia junto destes grupos.
7. Existem, igualmente, várias referências a uma visão parcelar do desenvolvimento, excessivamente centrado nos parâmetros do crescimento, avaliados em termos quantitativos, materiais e de «obra» produzida. Apela-se, por conseguinte, a uma visão integrada do processo, que não desvalorize as dimensões imateriais e simbólicas (cultura, educação, cidadania...).

### 2.1.3. Principais potencialidades para a educação cívica

As principais potencialidades de S. João da Madeira para a prática da cidadania activa, segundo os entrevistados, são os apresentados na Tabela 17.

**Tabela 17 – Principais potencialidades de S. João da Madeira para a educação cívica, de acordo com os líderes de opinião**

“S. João da Madeira é um Concelho de empreendedores.”
“Há um elevado poder de compra, ou seja, não há grandes carências económicas generalizadas”
“S. João da Madeira é um centro organizado com razoável grau de solidariedade entre os poderes públicos e os cidadãos (há solidariedade institucional).”
“A população de SJM tem “bom coração” – isso é visível pelo número de associações que existem.”

Destacamos destes contributos que há solidariedade institucional e que os cidadãos têm um potencial forte de participação, o que é um facto quando olhamos para o número de associações que existem no Concelho.

#### **2.1.4. Acções de educação cívica promovidas**

Quando inquiridos sobre as acções concretas desenvolvidas ao nível do município na área da promoção da cidadania, independentemente do promotor, os entrevistados identificam os projectos e/ou iniciativas apresentados na Figura 2.

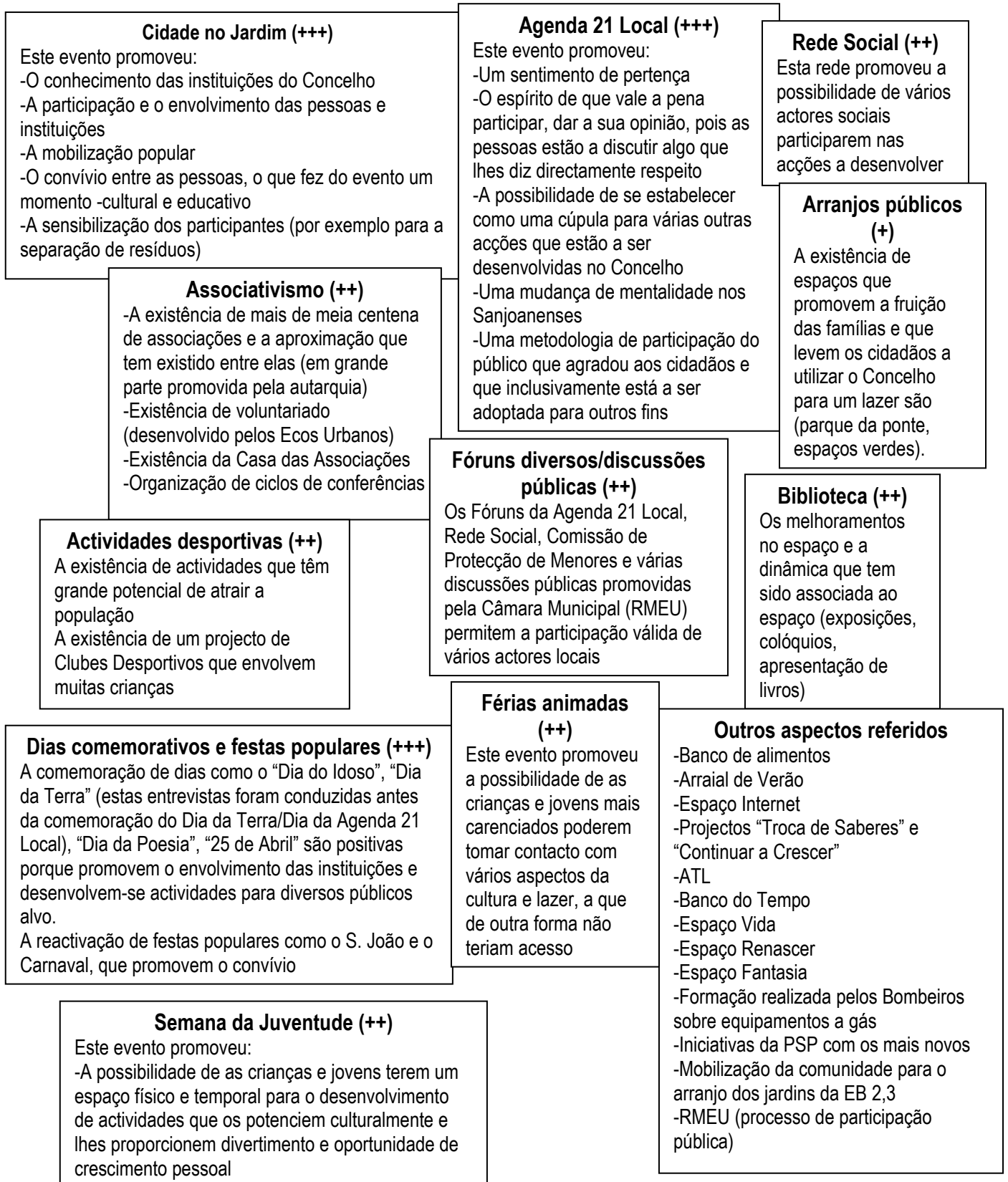


Figura 2 - Os projectos com um maior número de referências são classificados com (+++), os projectos com uma referência são classificados com (+) e os com um número intermédio de referências são assinalados com (++)

## 2.2. Breves dados sobre a educação

### 2.2.1. Níveis de instrução

Em S. João da Madeira a percentagem de população sem qualquer nível de ensino (8,8%) está abaixo da média nacional (12,5%) e da média para a região Norte (12,2%).

Um dos indicadores de educação propostos na ENDS é a percentagem de população que completou o ensino secundário. Em S. João da Madeira 7,3% da população tem o ensino secundário completo. Este número é superior às médias nacional (6,8%) e para a região Norte (5,5%).

A situação síntese do nível de instrução dos Sanjoanenses pode ser visualizada na Tabela 18.

**Tabela 18 - Nível de instrução dos residentes em S. João da Madeira (números absolutos e percentagem). Adaptado dos resultados do INE, Censos, 2001.**

Sem nível de ensino	1 852 (8,8%)		
Ensino pré-escolar (a frequentar)	68 (2,2%)		
Ensino Básico	Completo	Incompleto	A frequentar
1º Ciclo	4950 (23,5%)	1140 (5,4%)	1061 (5,0%)
2º Ciclo	1938 (9,2%)	412 (2,0%)	578 (2,7%)
3º Ciclo	1076 (5,1%)	653 (3,1%)	756 (3,6%)
Ensino Secundário	1549 (7,3%)	1300 (6,2%)	925 (4,4%)
Ensino Médio	145 (0,7%)	33 (0,2%)	n.d.
Ensino Superior	1311 (6,2%)	175 (0,8%)	780 (3,7%)

O índice de educação (índice baseado na taxa de escolaridade da população com 15 e mais anos de idade em ambos os sexos) é bastante elevado no Concelho de S. João da Madeira: 0,973, aproximando-se do máximo do Continente (0,977) (Rede Social de S. João da Madeira, 2004).

A Taxa Líquida de Escolarização (TLE) é a relação, expressa em percentagem entre o número de indivíduos de um determinado grupo etário que frequenta o nível de escolaridade correspondente e o número total de indivíduos residentes desse grupo etário.

Na Tabela 19 é possível comparar a TLE para os vários níveis de ensino em S. João da Madeira, região Norte e Continente.

**Tabela 19- Taxa líquida de escolarização segundo o nível de ensino para o Continente, Norte, e S. João da Madeira(%). Adaptado da Rede Social, 2004.**

ÁREA GEOGRÁFICA	2º ciclo	3º ciclo	Secundária	Superior
	2001			
Continente	65,8	62,6	53,0	25,6
Norte	65,9	62,6	47,5	22,4
S. João da Madeira	66,9	66,1	60,7	27,1

As TLE no 2º Ciclo indicam que 67% das crianças entre os 10 e os 11 anos em S. João da Madeira o frequentam. Além disso, a taxa relativa ao Concelho é superior à verificada para a Região Norte e Continente, o mesmo acontecendo para todos os outros níveis de ensino.

Apesar destes dados animadores, a análise da Tabela 20 revela algumas assimetrias relativamente às habilitações literárias da população residente em S. João da Madeira. Observe-se a coluna referente ao grupo etário dos 25 aos 34 anos. Se, por um lado, existe uma percentagem não negligenciável de indivíduos licenciados, existem outras percentagens que são preocupantes. Assim, 13,6% apenas completou o 1º ciclo, 19,9% completou o 2º ciclo e 11,7% tem o secundário incompleto. Com efeito, contabilizando os indivíduos que não completaram o 9º ano de escolaridade, chega-se a uma percentagem de 45,2% numa faixa etária de activos jovens. Este valor não deixará de se repercutir no tipo de trabalho que poderão realizar para além de outros aspectos tais como a literacia funcional e a cidadania (Rede Social, 2004).

**Tabela 20 - Habilitações literárias da população residente em S. João da Madeira. Retirado de “Diagnóstico da Educação – Abandono e Insucesso Escolares e Trabalho de Menores” elaborado pela Rede Social de S. João da Madeira, 2004**

	MENOS	DE 10 A	DE 12 A	DE 15 A	DE 18 A	DE 25 A	DE 35 A	DE 45 A	DE 55 A	DE 65 A	75 E
	DE 10	11	14	17	24	34	44	54	64	74	MAIS
	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS	ANOS
SEM NÍVEL DE ENSINO	43,9	0	0,1	0,3	0,2	0,7	0,8	1,6	6,8	15,1	34,5
ENSINO PRÉ-ESCOLAR	19,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EB1 COMPLETO	0	0,2	0	0,3	3,2	13,6	28,1	49,9	50,3	45,7	34,1
EB1 INCOMPLETO	0	0	0,3	0,2	0,8	2,3	3,6	5,7	13,5	19,3	17,9
EB1 A FREQUENTAR	35,7	30,4	3,8	0,5	0,3	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0
EB2 COMPLETO	0	0	0,1	3,3	12,2	19,9	15,4	7,1	5,8	3,9	3,4
EB2 INCOMPLETO	0	0,2	0	0,9	2,3	3,7	3,6	1,9	1,3	0,8	0,7
EB2 A FREQUENTAR	0,6	66,9	24,3	2,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0	0
EB3 COMPLETO	0	0	0,1	4,8	7,5	6,6	6,8	7,6	5,2	4,0	2,1
EB3 INCOMPLETO	0	0,4	0,1	3,2	6,1	4,9	5,0	2,8	1,6	1,4	1,0
EB3 A FREQUENTAR	0	1,9	66,1	18,8	1,2	0,6	0,1	0,1	0,1	0,3	0
SECUNDÁRIO COMPLETO	0	0	0	0,7	10,5	13,2	12,3	8,7	5,5	2,9	2,1
SECUNDÁRIO INCOMPLETO	0	0	0	3,7	13,6	11,7	10,7	3,9	1,9	1,7	0,7
SECUNDÁRIO A FREQUENTAR	0	0	5,0	60,8	12,2	1,4	0,6	0,1	0,1	0	0
ENSINO MÉDIO COMPLETO	0	0	0	0	0	0,2	0,7	1,3	1,7	2,0	1,2
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	0	0	0	0	0	0	0,1	0,3	0,6	0,3	0,1
ENSINO SUPERIOR - BACHARELATO COMPLETO	0	0	0	0	0,8	3,9	2,4	3,5	1,7	1,3	0,2
ENSINO SUPERIOR - BACHARELATO INCOMPLETO	0	0	0	0	0,2	0,8	0,6	0,5	0,1	0	0,1
ENSINO SUPERIOR - BACHARELATO A FREQUENTAR	0	0	0	0	2,5	0,6	0,1	0	0	0	0
ENSINO SUPERIOR - LICENCIATURA COMPLETO	0	0	0	0	3,2	10,3	7,0	4,4	3,0	1,1	1,2
ENSINO SUPERIOR - LICENCIATURA INCOMPLETO	0	0	0	0	0,3	1,0	0,6	0,6	0,3	0,1	0,6
ENSINO SUPERIOR - LICENCIATURA A FREQUENTAR	0	0	0	0	22,5	3,3	0,8	0,4	0,2	0	0
ENSINO SUPERIOR - MESTRADO COMPLETO	0	0	0	0	0,0	0,3	0,4	0,2	0	0	0
ENSINO SUPERIOR - MESTRADO INCOMPLETO	0	0	0	0	0,1	0,1	0,0	0	0	0	0
ENSINO SUPERIOR - MESTRADO A FREQUENTAR	0	0	0	0	0,3	0,4	0,3	0	0	0	0
ENSINO SUPERIOR - DOUTORAMENTO COMPLETO	0	0	0	0	0	0,1	0,1	0,0	0,1	0	0
ENSINO SUPERIOR - DOUTORAMENTO INCOMPLETO	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0
ENSINO SUPERIOR - DOUTORAMENTO A FREQUENTAR	0	0	0	0	0	0,1	0	0	0	0	0



## 2.2.2. Taxa de analfabetismo

Segundo a Rede Social de S. João da Madeira, a taxa de analfabetismo no Concelho é de 7,2% (In “Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção 2003), que corresponde a uma percentagem significativa da população.

## 2.2.3. Instituições de ensino

Em S. João da Madeira existem 5 creches, 15 jardins-de-infância, 11 estabelecimentos de ensino do 1º ciclo de ensino básico, 2 estabelecimentos de ensino do 2º ciclo de ensino básico, 5 estabelecimentos de ensino onde é ministrado o 3º ciclo de ensino básico, 4 com ensino secundário e 5 de ensino recorrente (Tabela 21).

**Tabela 21 - Número de instituições de ensino em S. João da Madeira por nível e designação social destas. Retirado de “Diagnóstico Social de S. João da Madeira”, 2002**

Instituição	Nº	Nome
<b>Creche</b>	5	O Ninho da Criança – IPSS Abrigo das Laranjeiras – IPSS Centro Infantil de S. João – IPSS Associação de Apoio à Educação – IPSS O Bercinho da Rita (Privado)
<b>Jardim-de-infância</b>	15	Parque Condes Travessas Casaldelo Carquejido Fontainhas Devesa Velha Fundo de Vila Parrinho Colégio Infantil de Sta. Filomena – IPSS Abrigo Infantil das Laranjeiras – IPSS Centro Infantil e S. João – IPSS Centro de Educação Integral (Rede Privada) Externato Estrela Guia (Rede Privada) O Bercinho da Rita (Rede Privada)

Instituição	Nº	Nome
<b>Ensino Básico – 1º Ciclo</b>	11	Parque Condes Espadanal Casaldelo Carquejido Fontaínhas Ribeiros Fundo de Vila Parrinho Centro de Educação Integral (Rede Privada) Externato Estrela Guia (Rede Privada)
<b>Ensino Básico – 2º Ciclo</b>	2	EB 2,3 S. João da Madeira Centro de Educação Integral (Rede Privada)
<b>Ensino Básico – 3º Ciclo</b>	5	EB 2,3 S. João da Madeira Secundária c/ 3º ciclo de S. João da Madeira (N.º 3) Secundária João da Silva Correia Secundária Dr. Serafim Leite Centro de Educação Integral (Rede Privada)
<b>Ensino Secundário</b>	4	Secundária João da Silva Correia Secundária c/ 3º ciclo de S. João da Madeira (N.º 3) Secundária Dr. Serafim Leite Centro de Educação Integral (Rede Privada)
<b>Ensino Recorrente</b>	4	Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente EB 2,3 S. João da Madeira Secundária Dr. Serafim Leite Externato D. Dinis
<b>Outros</b>	2	Academia de Música Instituto de Línguas

No Diagnóstico da Rede Social (2001) a rede de escolas de S. João da Madeira é apontada como uma potencialidade na área educativa (90,9% dos inquiridos). No entanto, a modernização dos equipamentos escolares e dos próprios edifícios é apontada por 38,7% dos inquiridos como um investimento a fazer. Foi ainda referida a necessidade de uma maior articulação entre as escolas e a autarquia (12,9%) e a necessidade de mais creches e jardins infantis (9,7%) para além de um pólo universitário (29%). Uma ludoteca (16,1%) e uma universidade sénior (12,9%) também foram consideradas infra-estruturas prioritárias a criar na área educativa.

## **2.3. Breves dados sobre o acesso à cultura**

### **2.3.1. Ocupação dos tempos livre e práticas culturais**

Segundo os dados obtidos no Diagnóstico da Rede Social (2001) que podem ser observados na Tabela 22 os Sanjoanenses apontam o visionamento de televisão como a prática cultural mais comum (para 67,4% dos inquiridos). Esta prática tem uma importância acrescida para os indivíduos com idade superior a 66 anos (76,6% vê televisão). Na ocupação dos tempos livre também entram o cuidar da casa e da roupa (52,1%), passear (31,8%) e cuidar de familiares (21,7%).

Conversar/visitar amigos, bem como conversar/visitar familiares são também actividades de ocupação de tempos livres dominantes, com 15,7% e 17,6% das respostas, respectivamente.

Os tempos livres das mulheres são menos diversificados, pois cabem maioritariamente a estas as tarefas de cuidar da casa e roupa e tratar dos familiares.

Para os adolescentes entre os 13 e 16 anos, ver televisão, ler, ouvir rádio, conversar/visitar amigos são as actividades mais referidas. Praticar desporto e passear são apontadas por um quarto dos entrevistados.

Para os jovens com idades compreendidas entre os 17 e os 21, ir ao cinema, ver televisão, conversar/visitar amigos e passear são as actividades que dominam os seus tempos livres.

Para os mais idosos (mais de 66 anos) ver televisão, cuidar da casa/roupa são as actividades mais praticadas. 15% afirma ainda “não fazer nada” no seu tempo livre.

Actividades como visitar museus e viajar praticamente não fazem parte do universo de actividades de tempos livres e lazer dos Sanjoanenses.

É também de notar a redução da importância da leitura quando se passa das classes etárias mais jovens para as mais idosas, contrariando a ideia, tantas vezes defendida de forma apressada, de uma «decadência» ou retrocesso nas práticas culturais juvenis. Os grupos etários mais novos usufruem, aliás, de uma maior exposição à escolaridade o que tem efeitos na maior diversidade de modalidades de ocupação dos tempos livres.

**Tabela 22 - Actividades de ocupação de tempos livres por intervalos etários. Adaptado de Diagnóstico da Rede Social, 2002**

<i>Intervalos etários</i>	<b>13-16 anos</b>	<b>17-21 anos</b>	<b>22-45 anos</b>	<b>46-65 anos</b>	<b>&gt; 66 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Actividades de ocupação de tempos livres (%)</b>						
Ir ao cinema	n.d.	42,9	8,0	1,7	n.d.	<b>5,6</b>
Ver televisão	100	42,9	65,5	67,0	76,6	<b>67,4</b>
Ouvir rádio	50,0	21,4	4,6	6,1	2,1	<b>6,4</b>
Conversar/visitar amigos	50,0	35,7	10,3	14,8	19,1	<b>15,7</b>
Frequentar cafés	n.d.	n.d.	17,2	14,8	14,9	<b>14,6</b>
Conversar/visitar a família	n.d.	n.d.	17,2	21,7	14,9	<b>17,6</b>
Cuidar da casa/roupa	n.d.	7,1	40,2	65,2	59,6	<b>52,1</b>
Viajar	n.d.	n.d.	1,1	n.d.	n.d.	<b>0,4</b>
Visitar museus	n.d.	n.d.	1,1	n.d.	n.d.	<b>0,4</b>
Frequentar bares/pubs	n.d.	7,1	n.d.	n.d.	n.d.	<b>0,4</b>
Ir a discotecas	n.d.	21,4	1,1	n.d.	n.d.	<b>1,5</b>
Jogar no computador	n.d.	28,6	1,1	0,9	n.d.	<b>2,2</b>
Ver desporto	n.d.	n.d.	8,0	2,6	n.d.	<b>3,7</b>
Praticar desporto	25,0	28,6	12,6	0,9	2,1	<b>6,7</b>
Jogar jogos de mesa	n.d.	n.d.	n.d.	0,9	2,1	<b>0,7</b>
Ler	50,0	21,4	20,7	12,2	8,5	<b>15,4</b>
Passear	25,0	42,9	34,5	27,8	34,0	<b>31,8</b>
Cuidar de familiares	n.d.	n.d.	25,3	26,1	12,8	<b>21,7</b>
Não fazer nada	n.d.	n.d.	11,5	15,7	14,9	<b>13,1</b>
<b>Total</b>	<b>1,5</b>	<b>5,2</b>	<b>32,6</b>	<b>43,1</b>	<b>17,6</b>	<b>100</b>

Ainda segundo a análise efectuada pela Rede Social (2001) a esmagadora maioria dos inquiridos neste estudo não pratica nenhuma actividade de cariz artístico (75,6%), sendo que este vazio atravessa todas as classes etárias, atingindo o seu máximo nas idades superiores a 66 anos.

Num breve estudo sócio-demográfico realizado pela Rede Social de S. João da Madeira aos idosos do Concelho com idade superior a 65 anos concluiu-se que os inquiridos gostariam de ocupar os seus tempos livres a passear/viajar (25,7%), conviver (20,8%) e a

desenvolver voluntariado social (10,4%). Realizar caminhadas (5,5%), jardinar e trabalhar no campo (5,1%) ou ter uma actividade artística (6,2%) foram também opções dadas pelos mais idosos para ocupar os seus tempos livres. Segundo esse mesmo relatório, o voluntariado social poderá ser aproveitado para realização de actividades no Concelho, conseguindo ao mesmo tempo quebrar algum isolamento que possa existir por parte dos idosos ao mesmo tempo que se enriquece a comunidade (Plano Municipal de Gerontologia, 2003).

### **2.3.2. Utilização das bibliotecas**

Segundo o INE existem 6 Bibliotecas em S. João da Madeira. De acesso ao público em geral, e de acordo com informações recolhidas junto da autarquia, existem a Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo e a Biblioteca da Junta de Freguesia (Fundo de Vila). Existem ainda, no âmbito do projecto “Rede de Bibliotecas Escolares”, quatro espaços: Biblioteca da EB 1 de Ribeiros; Biblioteca da EB 1 de Condes; Biblioteca da EB 1 das Fontainhas; e Biblioteca da Secundária c/ 3º ciclo de S. João da Madeira (N.º 3). Foi recentemente aprovada (Maio 2004) a integração da EB 2,3 de S. João da Madeira e da EB 1 de Fundo de Vila na “Rede de Bibliotecas Escolares” já a partir do próximo ano lectivo.

Outras escolas do Concelho também têm bibliotecas, embora não integradas na Rede. As restantes secundárias (Dr. Serafim Leite e João da Silva Correia) têm biblioteca e todas as escolas EB 1 têm pequenos espaços cujo espólio é alimentado essencialmente com o esforço dos professores.

Entre 1999 e 2001 o número de documentos que integra o espólio das 6 bibliotecas principais cresceu 26%, sendo que o número de documentos consultados duplicou e o número de documentos emprestados a utilizadores cresceu 288% (Tabela 23). O número de utilizadores das bibliotecas para consulta em 2001 foi de 53256 (em 1999 havia sido de 28.950).

**Tabela 23 - Dados relativos aos documentos e utilizadores das bibliotecas de S. João da Madeira para o ano de 1999 e 2001. Adaptado de INE (1999 e 2001)**

Ano	Documentos				Utilizadores	
	Existentes	Adquiridos no ano	Consultados	Emprestados a utilizadores	Para consulta	Para empréstimo
1999	66 244	1 136	31 866	1975	28 950	1823
2001	83 287	2 117	67 913	7 669	53 256	8 143

De acordo com dados fornecidos pelas próprias bibliotecas, a Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo tem 2662 leitores e a Biblioteca da Secundária c/ 3º ciclo de S. João da Madeira (N.º 3) tem 1000 leitores.

### 2.3.3. Despesa publica com actividades culturais

De acordo com o Diagnóstico da Rede Social de S. João da Madeira, (Tabela 24) foram gastos 1.423.070 euros em actividades culturais no ano de 1998, sendo que quase metade dessa verba foi directamente encaminhada para actividades desportivas.

Assumindo que em 1998 o número de residentes no Concelho era de 20.394 (assumindo uma taxa anual de crescimento da população residente de 0,0144 sobre os dados dos Censos 1991), foram gastos por residente cerca de 70 euros/ano, dos quais 33,4 euros foram encaminhados para actividades desportivas.

**Tabela 24- Despesas da Câmara Municipal de S. João da Madeira com actividades culturais no ano de 1998. Adaptado de Diagnóstico da Rede Social, 2002**

	€
Actividades sócio-culturais	55.367
Artes cénicas	n.d.
Artes plásticas	56.863
Cinema/ fotografia	2.743
Jogos e desportos	681.358
Música	98.862
Património cultural	78.311
Publicações e literatura	392.704
Rádiodifusão e televisão	n.d.
Recintos culturais	24940
<b>Total de despesas</b>	<b>1.423.070</b>

### 2.3.4. Espectáculos públicos

As estatísticas relativas aos espectáculos públicos decorridos em S. João da Madeira para o ano de 1998 são apresentadas na Tabela 25.

Os números denotam uma extrema pobreza no panorama cultural do Concelho, em particular no que diz respeito à diversidade de espaços disponíveis e tipologia dos espectáculos: só há um recinto e os cinemas são os únicos espectáculos públicos.

**Tabela 25 - Dados relativos aos espectáculos que decorreram em S. João da Madeira em 1998**  
**Adaptado de Diagnóstico Social da Rede Social, 2002**

Espectáculos Públicos				Cinemas			
Recintos Utilizados	Lotação dos recintos	Sessões	Espectáculos	Recintos Utilizados	Lotação dos recintos	Sessões	Espectáculos
1	738	180	7474	1	738	180	7474

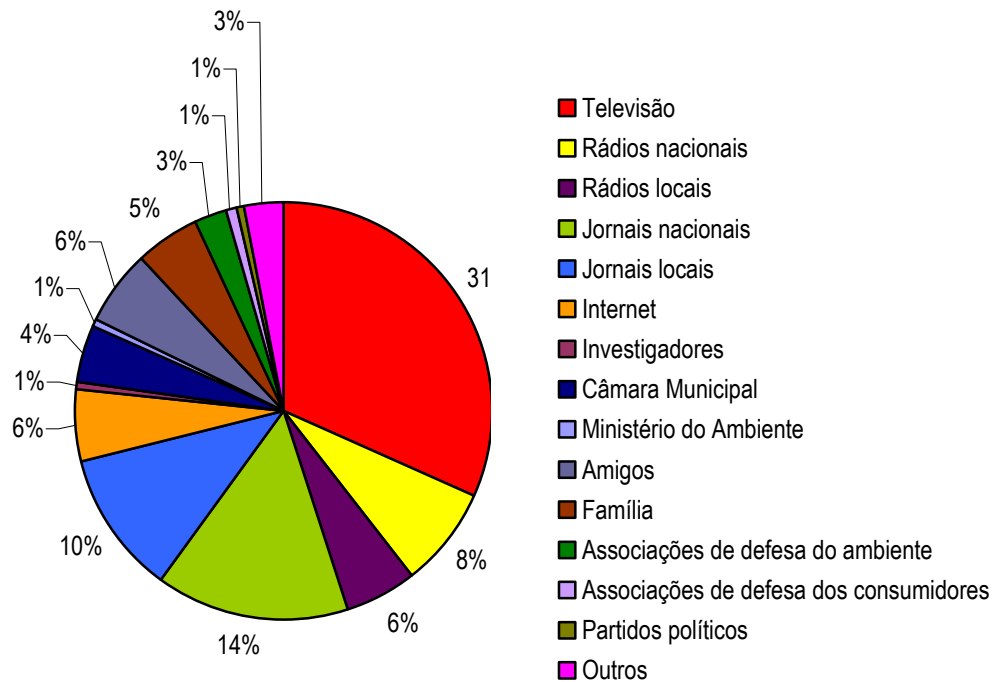
### 2.4. Alguns dados sobre a informação

Nas próximas páginas tentaremos dar um panorama, por um lado, do acesso que os cidadãos do Concelho têm à informação (instrumentos e formas actuais e desejáveis de obtenção da informação) e, por outro lado, dos seus níveis de informação. Efectivamente, não basta ter acesso à informação, é necessário retirar dessa informação disponível os dados úteis, concretos e aplicáveis ao dia-a-dia (é essa, aliás, a base do conceito de literacia – processamento crítico de informação com aplicabilidade na gestão de situações quotidianas).

#### 2.4.1. Acesso à informação

A principais fontes de informação sobre questões de ambiente, e de informação em geral, são apresentadas no Gráfico 4. Trinta e um por cento dos inquiridos refere a televisão como a principal fonte de informação. Em seguida surgem os jornais nacionais (14%) e os locais (10%). Os amigos e familiares têm uma papel importantíssimo na divulgação da informação, reunindo 11% das respostas, o que revela a importância de localizar «líderes informais de opinião», com redes de sociabilidade extensas, capazes de transmitir a informação a um grande número de pessoas que, pelo facto da informação ter sido pessoalmente difundida, se sentirão mais motivados a participar.

As rádios nacionais são um recurso para 8% dos inquiridos e as locais são referidas por 6%.



**Gráfico 4 - Fontes de informação sobre ambiente utilizadas pelos Sanjoanenses**

A Internet é utilizada por 6% dos entrevistados, enquanto que a procura directa na Câmara Municipal é declarada por 4%.

Os órgãos de comunicação social locais, em particular os jornais, assumem um papel importante na divulgação de informação sobre ambiente.

Em S. João da Madeira existem 3 jornais de âmbito local: o “Calhau”, o “Labor” e o “Regional”. Os dados sobre cada um destes órgãos de comunicação social, fornecidos pelos próprios, são apresentados na Tabela 26.

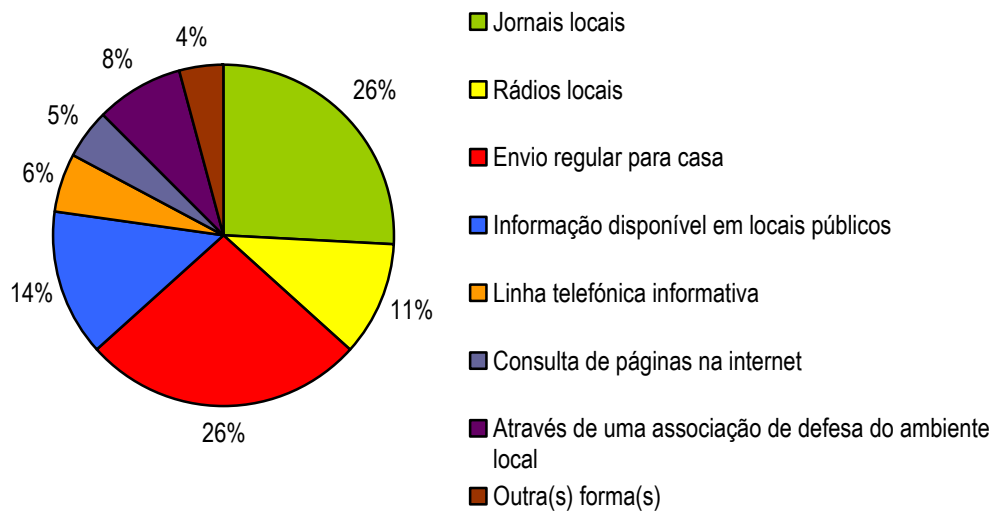


**Tabela 26 - Dados sobre a imprensa local em S. João da Madeira (fornecidos pelos próprios)**

	<b>O Regional</b>	<b>Labor</b>	<b>O Calhau</b>
<b>Frequência</b>	Semanal	Semanal	Trimestral
<b>Pontos de distribuição</b>	Locais de venda em S. João da Madeira, Arrifana, Milheirós de Poiares, Nogueira do Cravo, Vila de Cucujães, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e S. Roque	Locais de venda em S. João da Madeira	Locais de venda em S. João da Madeira e também nos Concelhos de Santa Maria da Feira, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis.
<b>N.º de exemplares distribuídos</b>	≅ 2400 exemplares	≅ 3000	≅ 750
<b>N.º total de assinantes</b>	3356 assinantes	≅ 2000	≅ 700
<b>N.º de assinantes em S. João da Madeira</b>	2277 assinantes	n.d	≅ 300
<b>Audiência no Concelho de S. João da Madeira</b>	≅ 93%	n.d.	n.d.

Quando questionados sobre a forma como gostariam de obter informação, os Sanjoanenses foram claros quanto ao papel que gostariam de ver os órgãos de comunicação social local assumir (Gráfico 5): 26% refere que gostaria de ser informado através dos jornais locais e 11% através das rádios locais. O envio regular para casa é seleccionado por 26% dos inquiridos e a disponibilização da informação em locais públicos por 14%. São ainda referidas formas de obtenção de informação que exigem uma busca activa (linha telefónica informativa e páginas na Internet).

A maioria dos Sanjoanenses não está disposta a realizar uma busca activa da informação, preferindo que esta venha ao seu encontro através dos jornais, rádios, caixas do correio ou locais onde as pessoas passam ou frequentam.



**Gráfico 5 - Fontes de informação ambiental desejáveis para os Sanjoanenses**

Em relação à utilização da Internet destaca-se que 6% afirma usá-la para procurar informação sobre ambiente, aproximadamente a mesma percentagem que gostaria de obter informação dessa forma.

No que diz respeito à utilização actual da Internet em S. João da Madeira, existem dois postos públicos de acesso: a Biblioteca Municipal e o Espaço Internet.

Na Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo existe um computador com acesso. A média de utilizadores por dia é de 5.

No Espaço Internet de S. João da Madeira existem 12 computadores. Alguns dados sobre a utilização deste espaço (fornecidos pelo próprio em Maio de 2004) são apresentados na Tabela 27.

**Tabela 27 - Dados sobre a utilização do Espaço Internet (fornecidos no dia 5 de Maio de 2004 com base numa análise de 300 dias)**

Indicador	
Total de utilizadores (nº absoluto)	3102
Percentagem de utilizadores do sexo masculino	57%
Percentagem de utilizadores do sexo feminino	43%
Média diária de utilizadores	113
Idade média dos utilizadores	22
Nacionalidades dos utilizadores (nº absoluto)	33
Percentagem de utilizadores residentes em S. João da Madeira	42%
Inscritos em acções de formação (nº absoluto)	400
Diplomas de competências já atribuídos (nº absoluto)	190

Um outro dado relevante no que diz respeito ao acesso é o do número de alunos nas escolas por computador com ligação à Internet (este é um indicador sugerido na ENDS). Da análise da Tabela 28 é possível verificar que o Centro de Educação Integral (CEI), instituição de ensino privada, é aquela que tem o melhor *ratio* entre o número de computadores com acesso e o número de alunos: no CEI há 11,2 alunos por computador ligado à Internet.

Nas escolas secundárias e na EB 2,3 o número de alunos por computador com acesso é semelhante – entre 32 e 36 alunos por computador. Este número só é equiparado por uma JI/EB 1 de Condes (34 alunos por computador com ligação à Internet). Todas as restantes JI/EB 1 têm números de alunos por computador extremamente elevados (entre 85, na de Ribeiros e 210, na de Fundo de Vila, respectivamente).

**Tabela 28 - Número de computadores com acesso à Internet por escola e número de alunos por computador**

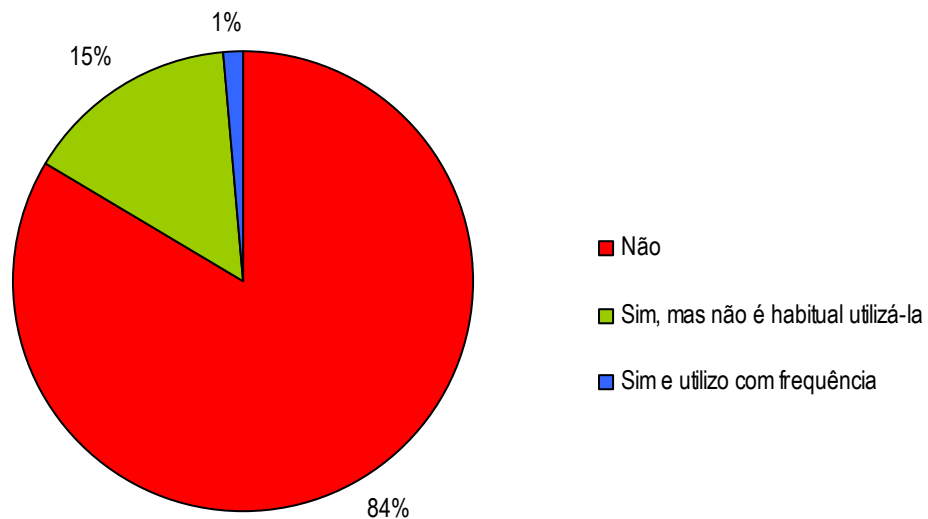
Escolas	Nº de alunos	Nº de computadores com acesso à Internet	Nº de aluno/ computador com acesso
Centro de Educação Integral	335	30	11,2
Escola E.B. 1 de Espadanal	178	1	178,0
Escola E.B. 1 de Ribeiros	170	2	85,0
Escola E.B. 2,3 de S. João da Madeira	860	27	31,9
Escola Secundária c/ 3º Ciclo SJM (N.º 3)	1200	35	34,3
Escola Secundária Dr. Serafim Leite	2020	56	36,1
Escola Secundária João da Silva Correia	682	21	32,5
Jl / Escola E.B. 1 de Carquejido	31	0	0
Jl/ Escola E.B. 1 de Casaldelo	169	0	0
Jl/ Escola E.B. 1 de Condes	169	5	33,8
Jl/ Escola E.B. 1 de Fontainhas	234	3	78,0
Jl/ Escola E.B. 1 de Fundo de Vila	211	1 (utilização restrita aos alunos do 4º ano)	211,0
Jl/ Escola E.B. 1 de Parque	210	1 (utilização restrita aos alunos do 1º ciclo)	210,0
Jl/ Escola E.B. 1 de Parrinho	159	1	159,0

Numa sociedade que cada vez mais se distingue pelos que “estão ligados” (ciber integrados) e os que “não estão ligados” (ciber excluídos) o cenário de S. João da Madeira é, por um lado, o expectável e, por outro, indicador de que uma mudança é necessária.

O cenário é o esperado porque, à semelhança do que acontece noutras áreas, são os jovens que mais acedem à Internet. Por outro, indica uma necessidade de investimento em equipamentos para facilitar os acessos, principalmente nas escolas. A educação das crianças e jovens para as tecnologias da informação e da comunicação pode

desempenhar um papel essencial na sua constituição como cidadãos activos, bem informados e críticos.

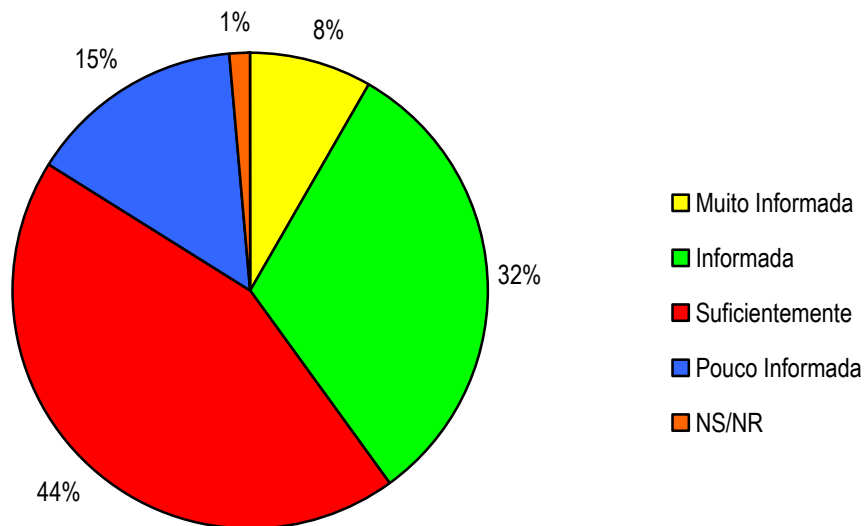
Um exemplo concreto de utilização da Internet por parte dos Sanjoanenses diz respeito à página da Câmara Municipal de S. João da Madeira. Mais de 80% dos entrevistados refere não conhecer a existência da página na Internet. Quinze por cento conhece, mas não utiliza e somente 1% dos cidadãos refere conhecer a página e utilizá-la frequentemente (Gráfico 6).



**Gráfico 6 - Conhecimento sobre a existência de uma página na Internet da autarquia**

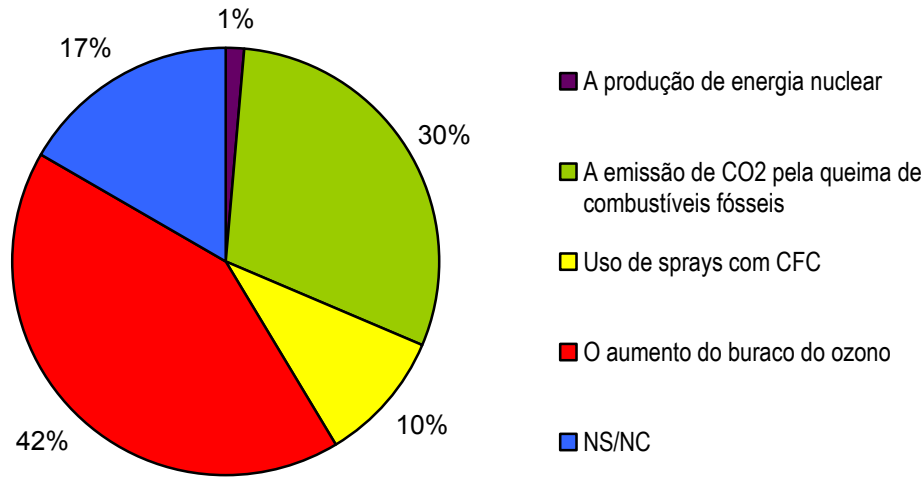
## 2.4.2. Níveis de informação

Sobre as questões ambientais, 15% dos inquiridos afirma estar pouco informado, 44% apenas suficientemente e 40% declara-se informado ou muito informado (Gráfico 7).



**Gráfico 7 - Informação, dos Sanjoanenses, em relação ao ambiente**

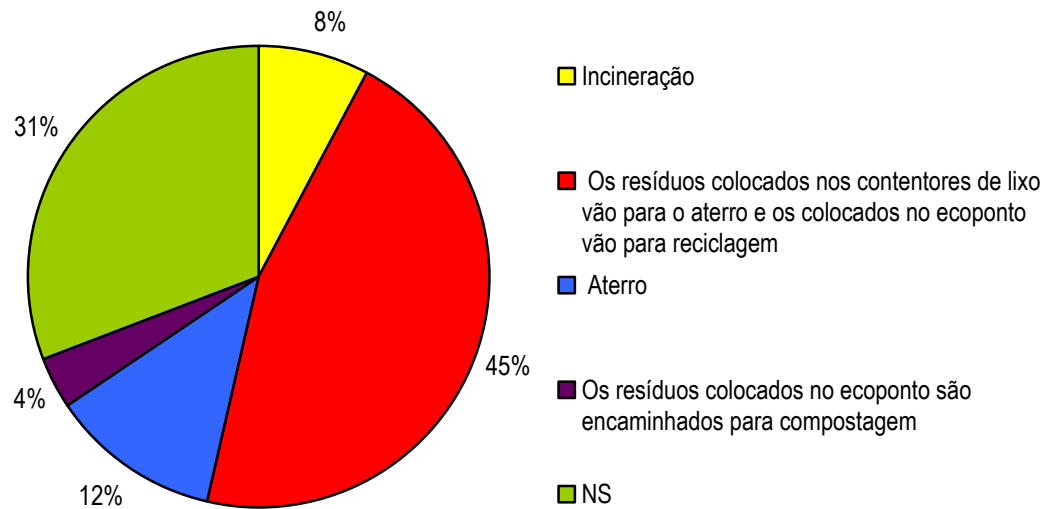
Com o intuito de poder avaliar mais precisamente os níveis de conhecimento sobre alguns aspectos ambientais foram colocadas aos Sanjoanenses algumas questões concretas sobre o ambiente no âmbito global e local (questões de controlo ou despistagem).



**Gráfico 8 – Principal causa do aquecimento global, segundo os Sanjoanenses.**

Perguntou-se primeiro qual a principal causa do aquecimento global. A maioria dos Sanjoanenses inquiridos respondeu que o aquecimento global se deve ao aumento do buraco da camada de ozono (42%) ou ao uso de sprays (10%). Uma percentagem com algum significado respondeu não saber a resposta e somente 30% respondeu correctamente a esta questão. Estes números indicam que, apesar de os Sanjoanenses de declararem informados, na verdade apresentam níveis baixos de conhecimento sobre as questões ambientais (Gráfico 8).

Foi igualmente avaliado um aspecto do ambiente local, à partida mais próximo do cidadão e da sua realidade. Perguntou-se: sabe qual é o destino dos seus resíduos? (Gráfico 9). A percentagem de respostas correctas neste caso é de 45%. Continua, no entanto, a haver uma elevada percentagem de inquiridos que diz não saber qual é a resposta (31%) e 24% dos Sanjoanenses apontaram a resposta incorrecta. Estes números, mais uma vez, revelam existir um desconhecimento sobre as questões ambientais.



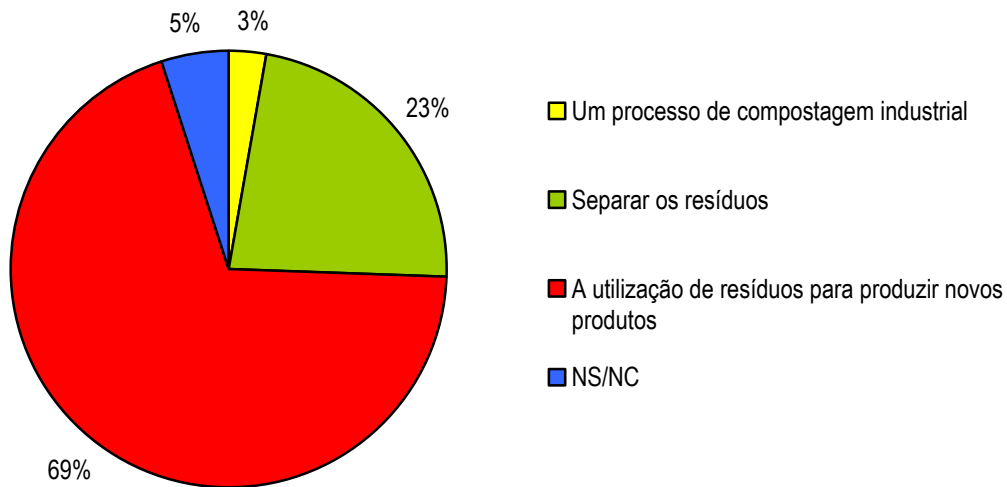
**Gráfico 9 - Destino actual dos RSU em S. João da Madeira, segundo os Sanjoanenses**

Um dos problemas demonstrados pelos cidadãos europeus é terem um conhecimento parcial sobre as questões ambientais: em geral têm mais conhecimentos sobre os problemas do que sobre as suas causas e soluções. Este facto constitui uma limitação e cria um sentimento de frustração pois faltam competências para colaborar positivamente na solução do problema.

Em S. João da Madeira tentamos aferir esta situação questionando os Sanjoanenses sobre a reciclagem numa questão tripartida: conceito de reciclagem, razões para a necessidade da reciclagem (causa) e comportamento necessário para que a reciclagem seja possível (solução).

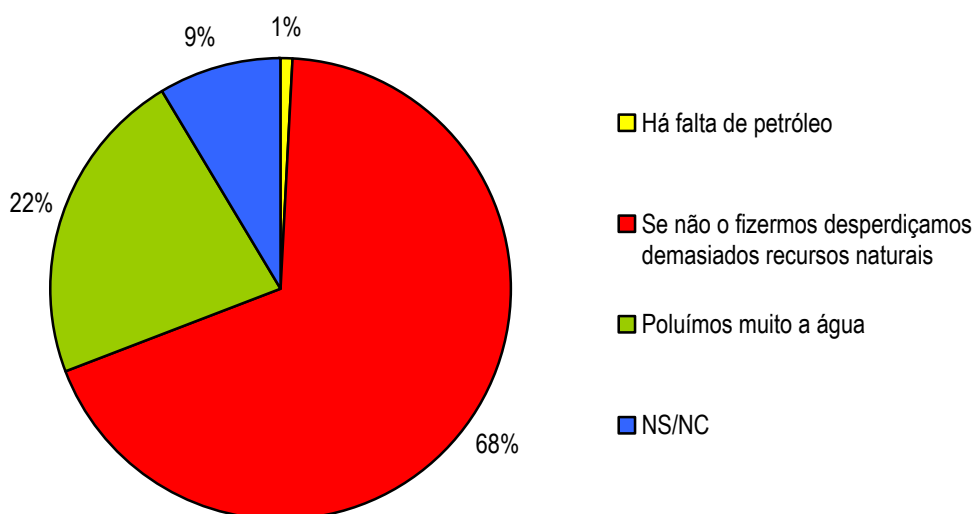
Quanto ao conceito de reciclagem (Gráfico 10) 69% dos entrevistados dá a resposta correcta, o que indica um nível razoável de conhecimento. No entanto, 23% dos cidadãos confunde o conceito de reciclagem com o acto de realizar a separação dos resíduos.





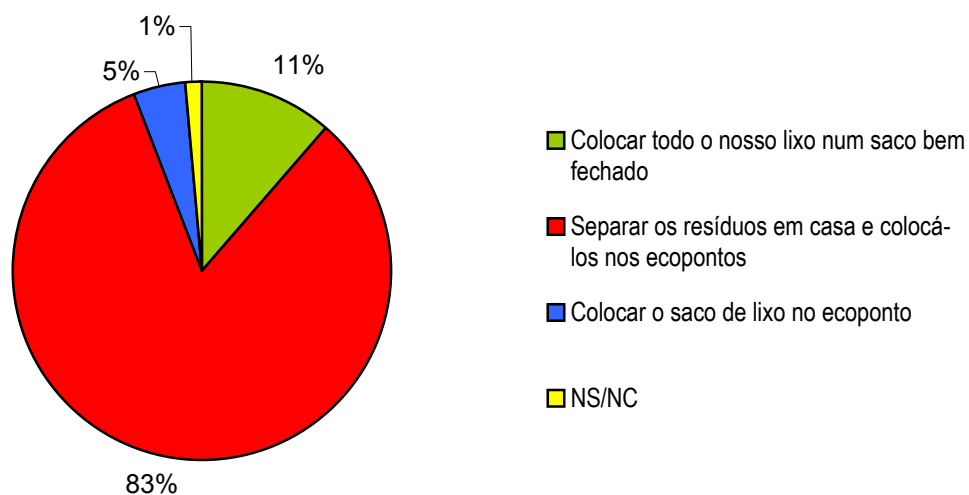
**Gráfico 10 - Conceito de reciclagem**

Quanto às razões que explicam a necessidade de realizar a reciclagem de resíduos, os entrevistados reúnem-se maioritariamente (68%) em torno da resposta correcta: poupança de recursos naturais (Gráfico 11)



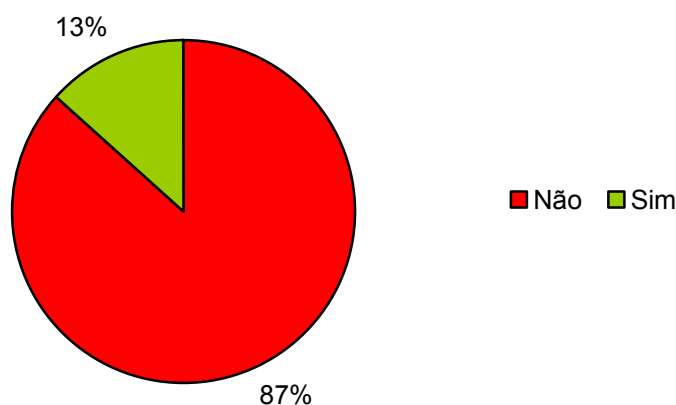
**Gráfico 11 - Razões para a reciclagem**

Quanto à forma como o cidadão pode colaborar na reciclagem (Gráfico 12), 83% refere que é através da separação doméstica dos resíduos e sua correcta deposição nos ecopontos. Há claramente um elevado nível de conhecimento sobre a forma de participação (mais elevada do que o conhecimento sobre as razões que justificam tal acto).



**Gráfico 12 - Como colaborar na reciclagem**

Passando para um outro patamar de avaliação da forma como os cidadãos Sanjoanenses estão informados, questionou-se o seu conhecimento quanto aos projectos relacionados com ambiente desenvolvidos pela Câmara Municipal de S. João da Madeira.



**Gráfico 13 - Conhecimento sobre os projectos de ambiente promovidos pela autarquia**

A maioria dos inquiridos revelou um grande desconhecimento quanto às actividades desenvolvidas (Gráfico 13), pois só 13% por cento dos inquiridos afirmou conhecer projectos de ambiente promovidos pela autarquia. Os projectos mais referidos são listados de seguida:

- Agenda 21
- Ecopontos/reciclagem
- Despoluição do rio
- Limpeza dos jardins e espaços verdes
- Palestras/congressos na área do Ambiente
- Existência de associações
- Dia Europeu sem Carros
- Recolha do lixo
- Parques de estacionamento

## 2.5. Alguns dados sobre participação pública

### 2.5.1. Processos de participação pública disponíveis

No que diz respeito aos processos de participação que os cidadãos têm ao seu dispor, os “líderes da comunidade” identificam os apresentados na Tabela 29.

**Tabela 29 - Formas de participação pública identificadas pelos “líderes da comunidade”.  
N = nº de vezes que um determinado processo de participação pública é referido.**

Formas de participação pública	N	Observações
Participar na Assembleia Municipal	7	A participação é baixa. Estão nestas reuniões uma média de 30 pessoas, geralmente ligadas aos partidos políticos.
Participar na Assembleia de Freguesia	1	
Participar na reunião pública do executivo municipal	5	A primeira reunião do mês é pública. Nesta reunião estão habitualmente o presidente, os vereadores no activo e os vereadores sem cargo. Há um período inicial da reunião onde os cidadãos podem intervir. A participação é baixa: estão presentes uma média de 3 pessoas por reunião. A participação é baixa.
Denunciar situações através dos jornais	8	As pessoas partem para a denúncia pois não há canais de participação construtiva.

Formas de participação pública	N	Observações
Participar nas associações locais	8	A existência de um tão grande número de associações em S. João da Madeira significa que as pessoas que se dedicam à comunidade sentem-se mais fortalecidas quando estão numa associação (esta funciona como um meio para atingir os objectivos para a comunidade).
Utilizar o Gabinete de Atendimento ao Município	3	
Participar nas associações de pais e nas reuniões organizadas na escola	3	A comunidade educativa tem poder para influenciar a comunidade alargada.
Participar no processo da Agenda 21 Local	7	Embora ainda esteja distante da generalidade das pessoas, a Agenda 21 é o maior processo de participação pública existente em S. João da Madeira. A Agenda 21 Local é um processo importante que dá ideias ao executivo municipal sobre as prioridades dos municípios. A Agenda 21 Local não atingiu ainda os objectivos esperados; é uma excelente forma de preparar as pessoas para a educação cívica, isto é, já conseguiu alertar as pessoas para a necessidade de participar; mas ainda há poucas pessoas que conhecem o processo. A Agenda 21 Local não deve ser encarada como mais um <i>guichet</i> de reclamações, mas sim como um estado de espírito positivo; é fundamental não estar sempre a criar processos novos mas reavaliar/integrar os que existem.
Solicitar reuniões à Junta de Freguesia	1	
Comparecer na Câmara Municipal no dia de atendimento do Presidente/Vereadores	4	Há um dia pré-determinado para receber os municípios.
Deixar uma sugestão/reclamação na caixa de sugestões que existe na Câmara Municipal.	1	
Participar nas actividades desenvolvidas pelas várias instituições	1	
Usufruir dos espaços públicos	1	
Deixar sugestões/reclamações na página da Câmara na Internet	1	
Contactar os departamentos responsáveis da Câmara Municipal	4	Pessoalmente, por carta, fax ou e-mail
Dar pareceres sobre os Regulamentos Municipais colocados em discussão pública	2	Todos os regulamentos municipais têm uma fase de discussão pública.
Contribuir como voluntário	3	Por exemplo nos Ecos Urbanos, nos Bombeiros ou no Hospital de S. João da Madeira.
Inscrever-se em Sindicatos	1	

Não deixa de ser curioso que, a par da participação nas associações locais, a forma de participação pública mais referida seja a denúncia de determinadas situações nos jornais. Este facto leva a crer que o cidadão não acredita no funcionamento das instituições e no respeito pela sua participação, preferindo aumentar a visibilidade da situação.

As associações são um ponto forte do Concelho e isso é mais uma vez visível através destes testemunhos: a maioria dos “líderes” aponta as associações como forma de participação do cidadão na vida política e social do Concelho.

A Agenda 21 Local, embora seja referida como um processo ainda pouco conhecido pelos Sanjoanenses, é já assumida pelos “líderes” como um processo importante de participação pública. No que diz respeito à Assembleia Municipal, quase todos referem este instrumento da democracia local, mas todos são também unânimes: há um baixo nível de participação do cidadão nestas reuniões.

Também é de relevar o papel que é atribuído à comunidade escolar: acredita-se que a participação através da escola pode influenciar a comunidade mais alargada.

Quanto às formas de apresentação de reclamações/pedidos estas dividem-se pelo Gabinete de Apoio ao Município, os contactos directamente estabelecidos com os representantes dos departamentos municipais e as reuniões com o Presidente da Câmara/Vereadores.

### **2.5.2. Participação pública no RMEU**

Com o RMEU – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização de S. João da Madeira, a Câmara Municipal pretende melhorar o controlo da ocupação do solo no Concelho e garantir uma maior qualidade para as edificações, melhorando a estética urbana e assegurando o enquadramento dos novos edifícios com os já existentes.

O RMEU foi sujeito a um processo de discussão pública: o Regulamento foi disponibilizado através da página da Câmara Municipal na Internet e nos balcões da autarquia, tendo sido igualmente organizados colóquios abertos ao público. Um deles contou com a participação da Dr.<sup>a</sup> Fernanda Paula Oliveira, Administrativista da Universidade de Coimbra, que apoiou a Câmara Municipal na elaboração do RMEU no que diz respeito aos aspectos jurídicos, e ainda o Presidente da AICCOPN – Associação

dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte. Neste colóquio estiveram presentes cerca de 60 pessoas. Um segundo colóquio contou com a presença do Arq. Souto Moura. A palestra foi mais geral e focou o RMEU apenas superficialmente. Estiveram presentes cerca de 80 pessoas, incluindo muitos alunos de arquitectura.

Foi solicitado que as críticas, sugestões e propostas fossem encaminhadas para a Presidência da Câmara Municipal ou para o e-mail: [aminhacidade@cm-sjm.pt](mailto:aminhacidade@cm-sjm.pt).

Foram recebidos cerca de 20 participações via Internet (e-mail), das quais apenas duas diziam respeito a pedidos de esclarecimento directamente relacionados com o RMEU. As restantes focavam-se em questões muito específicas (ex.: buracos na rua) ou em questões de âmbito mais geral, como a falta de qualidade no que diz respeito à habitação. Foram ainda recepcionadas duas participações via carta. A primeira consistia num relatório com uma avaliação geral do RMEU, análises detalhadas a alguns dos pontos do regulamento e propostas concretas de rectificação devidamente fundamentadas (esta participação foi realizada por um arquitecto que acrescentou em anexo vários desenhos de pormenores relacionados com o acesso a pessoas com deficiências físicas e dificuldades de mobilidade). Este relatório foi devidamente analisado tendo motivado uma reunião de trabalho com o arquitecto para uma troca de impressões sobre várias das sugestões - incluíram-se alterações no RMEU resultantes desta participação. O segundo documento escrito foi enviado pela APPLA - Associação Portuguesa de Planeadores do Território, e representava uma participação de âmbito mais genérico, com referências válidas quanto a cuidados a ter nas urbanizações no que diz respeito a pessoas com dificuldades de mobilidade.

O período de consulta ultrapassou os 30 dias úteis obrigatórios por lei (iniciou-se em Janeiro e foi prolongado até ao dia 13 de Março de 2004).

### **2.5.3. Participação pública da Avaliação de Impacte Ambiental do IC2**

O único processo de Avaliação de Impacte Ambiental encetado foi o da construção da IC2 - S. João da Madeira/Carvalhos, que envolve os Concelhos de Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vila Nova de Gaia. O processo iniciou-se em 1998.

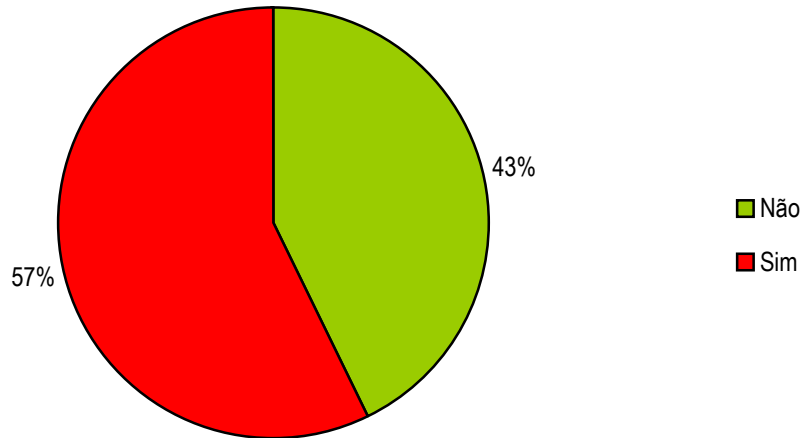
O estudo de impacto ambiental ainda não foi submetido a consulta pública pois foi declarada uma desconformidade do projecto, uma vez que nenhuma das alternativas identificadas foi considerada economicamente e ambientalmente viável. Sendo assim, a Comissão de Avaliação (CA) recomendou que fossem estudadas novas alternativas e consequentemente, não foi desencadeado qualquer processo de consulta pública.

#### **2.5.4. Participação nas Associações de âmbito local**

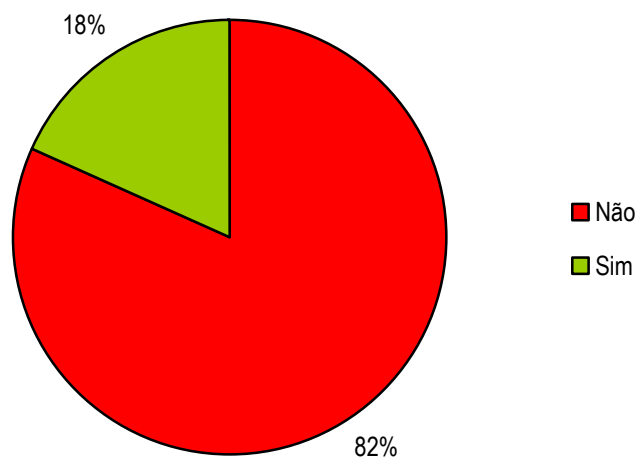
Quando inquiridos sobre se conhecem as associações locais, 57% dos Sanjoanenses entrevistados refere conhecê-las. No entanto, há ainda uma percentagem significativa que não manifesta conhecimento sobre nenhuma delas (Gráfico 14).

Quando questionados sobre as associações que conhecem, as respostas espontaneamente dadas pelos cidadãos são as seguintes: 39% das pessoas refere a Associação Desportiva Sanjoanense, 29% a Associação de Jovens Ecos Urbanos e os restantes 32% dividem-se por um conjunto extremamente diversificado de associações.

No que refere à participação em associações locais, 18% dos inquiridos referem estar já envolvidos (Gráfico 15).

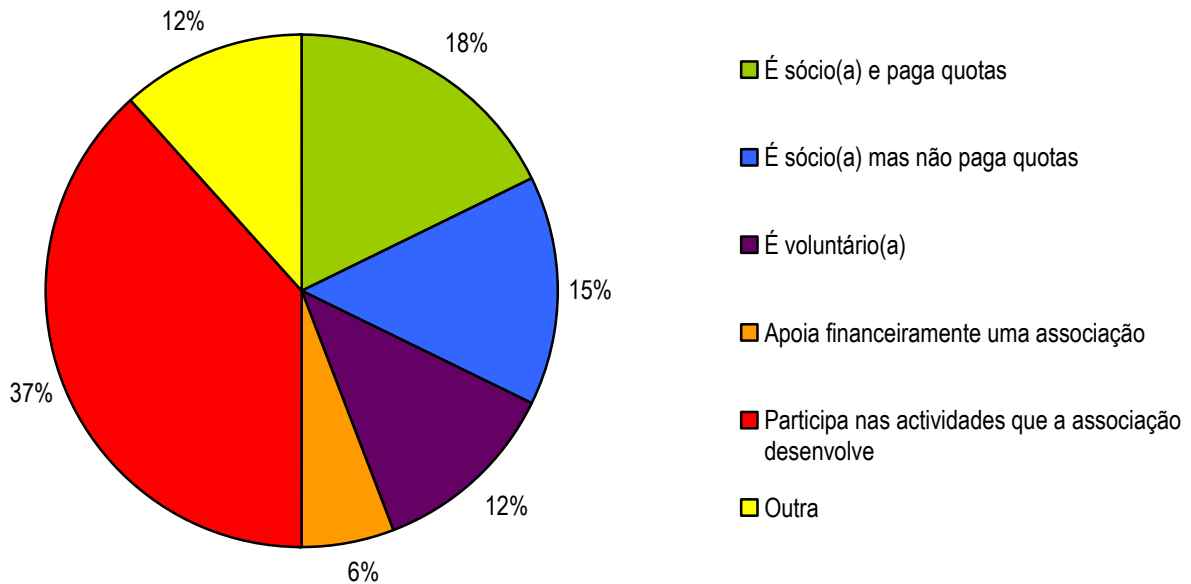


**Gráfico 14 - Conhecimento das associações**



**Gráfico 15 - Participação em associações locais**

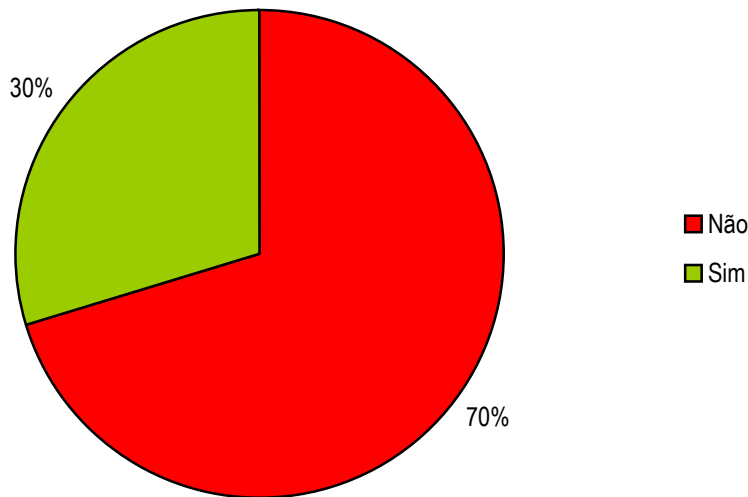




**Gráfico 16 - Formas de participação em associações locais**

Quando questionados sobre a forma como colaboram nas associações, a maioria dos Sanjoanenses inquiridos refere que participa nas actividades desenvolvidas pelas associações. Dezoito por cento dos inquiridos referem ser sócios e manter as quotas em dia e 12% são voluntários nas actividades desenvolvidas, o que denota um grau de participação com algum significado (Gráfico 16).

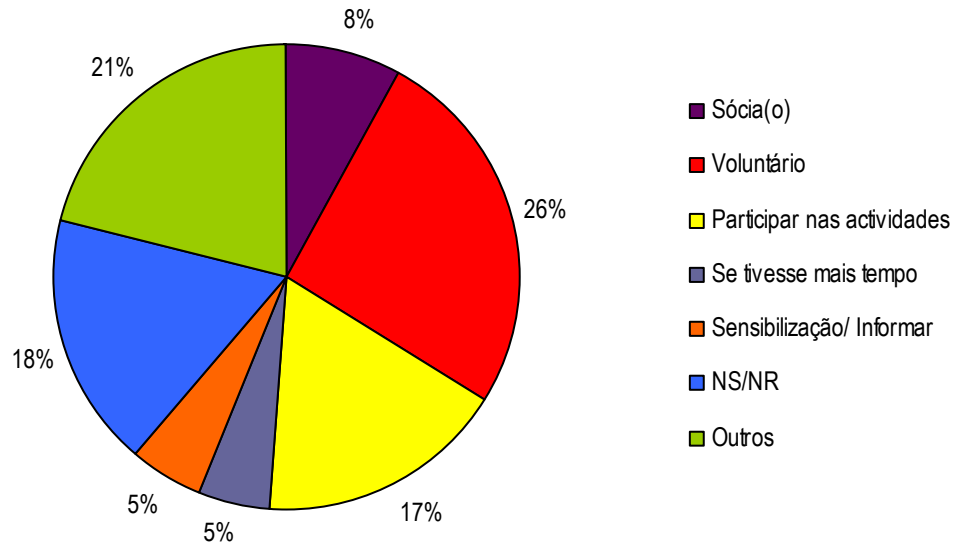
No que diz respeito ao desejo de participação numa associação de âmbito local (Gráfico 17), 30% dos entrevistados refere ter vontade de participar activamente. Os restantes referem claramente não estar interessados em colaborar. Comparando a percentagem que já colabora de algum modo com uma associação (18%) com a percentagem que gostaria de o fazer (30%) verifica-se existir um diferencial de 12% que pode ser potenciado no Concelho.



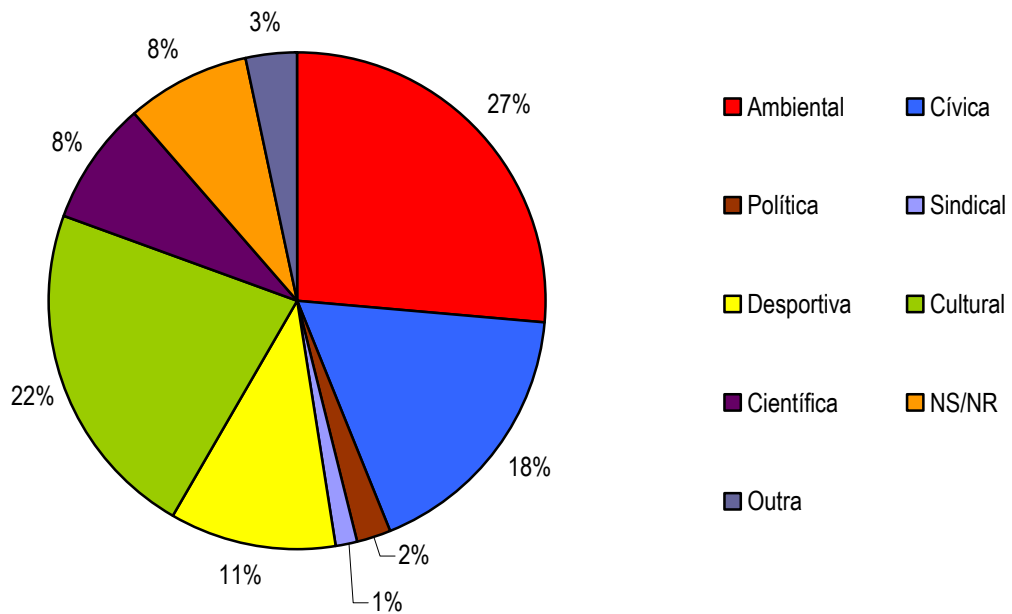
**Gráfico 17 - Desejo de participação numa associação**

Quando perguntamos aos Sanjoanenses disponíveis (30% do total) como gostariam de participar nas associações a maioria destes declara que gostaria de ser voluntário (26%). Esta informação permite-nos concluir que há algum desejo de participação activa nas associações por parte significativa dos entrevistados.

No entanto, 18% das pessoas que gostariam de participar numa associação não sabe como fazê-lo e 30% desejaria ter uma participação mais passiva (ser sócio e/ou participar nas actividades desenvolvidas pela associação sem se envolver na vertente organizativa) (Gráfico 18).



**Gráfico 18 - Preferências quanto à participação numa associação**



**Gráfico 19 - Tipologia de associações necessárias em S. João da Madeira**

No que diz respeito ao tipo de associação que mais falta faz em S. João da Madeira (Gráfico 19), a maioria das respostas aponta para uma de cariz ambiental (27%). Logo em seguida destaca-se a necessidade de associações de cariz cultural (22%) e cívico (18%), o que indica claramente uma orientação no sentido do chamado «novo associativismo», ligado aos valores pós-materialistas, em desfavor do binómio tradicional do desporto e recreio.

Existem em S. João da Madeira 45 associações, segundo dados da Autarquia. Dessas, 32 responderam ao nosso convite para o fornecimento de dados. Os dados cedidos figuram na Tabela 30, onde são sintetizadas as informações relativas ao número de voluntários e de sócios, bem como à percentagem de sócios que mantém as suas quotas em dia e número destes que comparecem nas assembleias-gerais. Apresenta-se ainda, sempre que possível, a idade média aproximada dos sócios e, em todos os casos aplicáveis, as acções desenvolvidas pela associação que se enquadrem no âmbito da educação cívica.

A idade média aproximada dos sócios das associações de S. João da Madeira é de 40 anos, sendo que a associação com sócios com uma idade média mais baixa é a Ecos Urbanos (16 anos) e aquelas cuja idade média é mais elevada são a ACAIS e a Associação Cultural e Recreativa “É Bom Viver” (65 anos). Destes números podemos concluir a necessidade de um reforço de jovens nas associações locais.

A participação voluntária é elevada, sendo que praticamente todas as instituições têm voluntários. A Associação Desportiva Sanjoanense é aquela que reúne um maior número de voluntários: 167.

O número de sócios que pagam as respectivas quotas é, em média, elevado (72,2%). Mais de metade das associações que responderam ao nosso questionário têm uma taxa de pagamento de quotas igual ou superior a 75%. Em relação à percentagem média de associados que estão presentes nas reuniões da assembleia-geral, esse número é de 31,7%. De acordo com estes dados, podemos afirmar que as associações do Concelho têm níveis de participação activa com algum significado.

**Tabela 30 - Associação, âmbito de actuação, acções desenvolvidas na área da educação para a cidadania, bem como número de sócios e voluntários, idade média dos sócios e percentagem de sócios activos**

Associação	Âmbito da associação	Projectos no âmbito de Educação Cívica	Voluntários (n.º)	Sócios (n.º)	Idade média dos sócios (anos)	Sócios que pagam as quotas	Sócios presentes nas Assembleias-gerais
ACAIS	Centro de dia e apoio domiciliário para a 3ª idade	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Visitas de estudo</li> <li>–Actividades com outras associações</li> <li>–Ginástica aplicada à 3ª idade</li> <li>–Alfabetização dos idosos</li> <li>–Ateliers de pinturas</li> <li>–Banco de tempo</li> <li>–Trabalhos manuais</li> </ul>	14	≅ 300	≅ 65	99%	50%
ACAPO	Independência dos deficientes invisuais	–Campanhas no âmbito das barreiras arquitectónicas	4	30	≅ 35	100%	≅12 %
ARMA	Desporto (artes marciais Viet Vo Dao)	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Caminhadas na Natureza - sensibilização para os problemas ambientais</li> <li>–Convívio entre idades e estratos sociais</li> </ul>	n.d.	30	≅ 25	100%	100%
Associação Estamos Juntos	Associação juvenil com cariz desportiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Campos de férias para jovens</li> <li>–Formação sobre primeiros socorros, animação, etc.</li> <li>–Iniciativas com jovens carenciados</li> <li>–Palestras</li> </ul>	20	400	20	40%	20%
Associação Alão Morais	Cultura	n.a.	≅ 10	> 100	≅ 40 anos	n.a.	≅ 13%

<b>Associação</b>	<b>Âmbito da associação</b>	<b>Projectos no âmbito de Educação Cívica</b>	<b>Voluntários (n.º)</b>	<b>Sócios (n.º)</b>	<b>Idade média dos sócios (anos)</b>	<b>Sócios que pagam as quotas</b>	<b>Sócios presentes nas Assembleias-gerais</b>
Associação Aprender a Viver com a Diabetes	Saúde e Diabetes	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Associação Cultural e Recreativa "É Bom Viver"	Convívio para pessoas com mais de 60 anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Dia da Árvore</li> <li>–Dia da Agenda 21 Local</li> <li>–Cidade no Jardim</li> <li>–Acções de formação</li> <li>–Desfolhada à antiga</li> <li>–Troca de experiências entre gerações</li> </ul>	≅100	n.a.	≅ 65	n.a.	n.d.
Associação de Apoio à Educação	Apoio à educação através da infância (creche) e apoio à família através de parcerias com associações de formação parental	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Formação parental</li> <li>–Troca de saberes, continuar a crescer</li> </ul>	n.d.	40	45	100%	≅ 45%
Associação Desportiva e Cultural Rua da Mamoinha	Cultura e desporto (Futsal)	–Fomentar a formação desportiva e social dos habitantes da Mourisca-Parrinho	29	130	28	70%	n.d.*
Associação Desportiva Sanjoanense	Desporto	–Sensibilizar para a prática do desporto	167	3 600	n.d.	61%	≅ 6%

Associação	Âmbito da associação	Projectos no âmbito de Educação Cívica	Voluntários (n.º)	Sócios (n.º)	Idade média dos sócios (anos)	Sócios que pagam as quotas	Sócios presentes nas Assembleias-gerais
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários	Humanitário	n.d.	130	4 980	n.d.	95%	5%
Associação Portuguesa de Shaolin (Shaolin Si)	Cultura e desporto	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Formação de monitores e instrutores</li> <li>–Actividades/ formação ao ar livre</li> <li>–Sensibilização para a conservação dos espaços naturais</li> <li>–Actividades e projectos em cooperação com outras instituições</li> </ul>	19	150	n.d.	≅ 90%	30%
Banda de Música de S. João da Madeira	Cultura	–Formação de jovens músicos, oriundos das escolas e do centro de acolhimento de menores	14	497	52	100%	5%
CCD Real Sociedade da Praça	Cultura e Desporto	–Sensibilização dos cidadãos para a preservação do rio da cidade através de acções de limpeza pelos atletas	25	150	28	90%	25%
Centro Columbófilo – S. João da Madeira	Prática columbófila	n.d.	60	250	45	60%	30%
Centro Cultura e Recreio Oliva	Recreativo e Cultural	n.a.	6	129	≅ 48	100%	10%

Associação	Âmbito da associação	Projectos no âmbito de Educação Cívica	Voluntários (n.º)	Sócios (n.º)	Idade média dos sócios (anos)	Sócios que pagam as quotas	Sócios presentes nas Assembleias-gerais
Centro Cultural Desportivo Recreativo de Fundo de Vila	Desporto	–Natal das crianças –Colóquios	15	≅ 250	≅ 37	50%	16%
Centro de Cultura e Desporto	Cultura e desporto	–Palestras sobre a saúde no desporto –Grupo de teatro –Espectáculos para angariar fundos –Aulas gratuitas – Espaço renascer	15	180	35	42%	10%
Centro Paroquial de Assistência e Formação Social	Humanitário	–Apoio domiciliário –Dia Paroquial do Doente –Apoio social	15	424	≅ 45	98%	100%
Centro Tecnológico do Calçado	Prestação de serviços a as empresas	n.a.	n.a.	350	n.d.	n.a.	5%
CERCI	Inclusão de pessoas com deficiência na comunidade	–Visitas –Intercâmbios de jovens com outras instituições. –Sessões de esclarecimento para os pais	≅ 20	≅ 500	n.d.	40%	20%
Clube de Bilhar de S. João da Madeira	Prática federada de bilhar	–Formação dos jovens para esta prática desportiva –Aprendizagem de regras matemáticas e físicas	≅ 15	50	≅ 33	100%	50%



Associação	Âmbito da associação	Projectos no âmbito de Educação Cívica	Voluntários (n.º)	Sócios (n.º)	Idade média dos sócios (anos)	Sócios que pagam as quotas	Sócios presentes nas Assembleias-gerais
Clube de Campismo	Prática de campismo e modalidades similares	–Formação desportiva –Convívio entre associados e membros de outras associações –Actividades culturais	≅ 33	≅ 5300	≅ 40	85%	≅ 1%
Conferência Feminina de S. Vicente de Paulo	Humanitário	–Apoio social	15	96	60	100%	100%
Cooperativa Habitação Económica 11 de Outubro	n.d.	n.a.	n.a.	167	56	75%	20%
CRC – Dínamo Sanjoanense	Desporto	–A prática desportiva para jovens com acompanhamento escolar e social.	20	186	30	40%	60%
Ecos Urbanos	Associação de jovens e apoio social	–Voluntariado –Férias animadas –Semana da juventude –Cursos de informática –Programas de juventude –Formação profissional	≅ 27	150	16	20%	≅ 10%
Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa de S. João da Madeira	Humanitário	–Apoio aos peregrinos –Cursos de socorrismo –Apoio Social	40	170	≅ 37	100%	≅ 10%

Associação	Âmbito da associação	Projectos no âmbito de Educação Cívica	Voluntários (n.º)	Sócios (n.º)	Idade média dos sócios (anos)	Sócios que pagam as quotas	Sócios presentes nas Assembleias-gerais
Rancho Regional Laborânea	Cultura	–Divulgação da cultura das danças e musicas tradicionais	48	n.a.	n.a.	2%	98%
Santa Casa da Misericórdia	Humanitário	–Pelouro da Cultura (conferências e encontros, boletim informativo, grupo coral) –Centro Comunitário (acções de formação sobre economia doméstica e cuidados maternos) –ATL e creches (visitas a bibliotecas) –Formação profissional para activos da misericórdia (separação de resíduos, cultura em geral, etc.)	32	≅750	≅ 50	n.a	≅ 7%
Tuna AD-HOC da Esc. Sec. Dr. Serafim Leite	“A palavra em movimento”	–Revivenciar o património imaterial português	21	21	22	n.a.	≅ 50%
Turbo Clube	Actividades todo-o-todo	–Todas as actividades realizadas ou a realizar, privilegiam a componente cívica no respeito e preservação da Natureza e do meio ambiente	≅ 25	≅ 300	≅ 40	20%	10%

\* a 1ª assembleia-geral realizou-se no final de Maio 2004

### **2.5.5. Participação ao nível do universo escolar**

No que diz respeito ao associativismo em espaço escolar, e segundo os dados da Rede Social de S. João da Madeira (2002), mais de metade das escolas secundárias não possui uma associação de estudantes. As associações de estudantes existentes em duas escolas de ensino secundário dedicam-se essencialmente à organização de festas/torneios, debates entre turmas e encontros com professores.

Quanto a associações de pais, de 23 escolas inquiridas 18 delas (78,3%) têm uma associação dessa natureza, que se dedica essencialmente à dinamização de espaços/actividades escolares e ao apoio financeiro e administrativo (60%), bem como à cooperação em festas escolares (53,3%).

Ainda segundo a mesma fonte identificou-se um défice de iniciativa ao nível dos projectos educativos extra-escolares, alertando para a necessidade de aproximação entre a escola e a cidade.

A participação da comunidade escolar em actividades de promoção do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental pode ser sucintamente avaliada pelo seu envolvimento no Programa Escolar da Agenda 21 Local (A21L).

Este Programa (2003/2004) foi dirigido a toda a comunidade escolar. Como preparação realizaram-se reuniões com todas as escolas do Concelho (Jardins de Infância, EB 1, EB 2,3 e Secundárias do ensino público e privado) onde se recolheram contributos e afinaram opções.

O Programa Escolar da A21L está organizado em torno de oito temas: Resíduos; Compostagem doméstica e hortas biológicas; Consumo sustentável; Ecodesign; Agenda 21 Escolar; Três gerações, três visões; Água e ecossistemas ribeirinhos; e Energia e transportes. Foi definido um calendário próprio para o programa, o tipo de apoio técnico e logístico que poderá ser dado às escolas e um pequeno conjunto de procedimentos de participação. No âmbito deste apoio foram produzidos cadernos pedagógicos e foi providenciada formação para os professores nos temas de trabalho seleccionados.

No universo total das escolas públicas de S. João da Madeira (três secundárias, uma EB 2,3 e nove EB 1) a taxa de resposta à participação neste Programa Escolar foi de 100% no caso das Secundárias e EB 2,3 e de 66% no caso das EB 1. A única escola privada (com os vários níveis de ensino) também participou no Programa Escolar. No Programa participaram 3287 alunos e 229 professores dos vários níveis de ensino, num total de 71 projectos. Em relação ao número de escolas participantes inscreveram-se 74% das escolas de S. João da Madeira.

Nas acções de formação efectuadas por tema a taxa de adesão dos professores pode ser analisada na Tabela 31. A taxa de adesão média foi de 41%.

Até ao momento ainda não foi recebido pelo Secretariado do Programa Escolar nenhum relatório das actividades desenvolvidas pelas escolas inscritas no Programa Escolar. A data limite para entrega desses relatórios é último dia útil do mês de Maio de 2004.

**Tabela 31 - Número de professores que estiveram nas acções de formação do Programa Escolar por tema.**

<b>Acção de formação</b>	<b>N.º de participantes nos temas</b>	<b>N.º de participantes presentes na formação</b>	<b>Participação</b>
3 Gerações, 3 Visões	40	17	43%
Agenda 21 Escolar	12	2	17%
Água e Ecossistemas Ribeirinhos	5	7	140%
Compostagem e Hortas Biológicas	72	17	24%
Consumo Sustentável	13	5	38%
Ecodesign	10	2	20%
Energia e Transportes	14	3	21%
Resíduos	64	17	27%

No que diz respeito à abordagem da “Educação Cívica” na escola, a Educação para a Cidadania na Escola é assumida como uma área transversal, sendo a operacionalização das temáticas a abordar da responsabilidade de cada professor da turma na sua área curricular disciplinar. Pretende-se, assim, sensibilizar alunos e

professores para uma compreensão e participação mais consciente na sociedade, questionando comportamentos, atitudes e valores. O Decreto-Lei n.º 6/2001 consagra no currículo dos 3 ciclos do ensino básico uma área curricular não disciplinar designada por “formação cívica”. Esta disciplina tem como finalidade ser um espaço privilegiado de discussão e reflexão sobre experiências vividas e preocupações sentidas pelos alunos e sobre questões relativas à sua participação, individual e colectiva na vida da turma, da escola e da comunidade. A disciplina integra-se no projecto curricular de turma, sendo no 1º ciclo da responsabilidade do professor titular de turma com o conselho de docentes, e do director de turma com o conselho de turma nos 2º e 3º ciclos.

Atendendo ao regime de monodocência que caracteriza o 1º ciclo a “formação cívica” assume carácter transversal e é desenvolvida em articulação com as outras disciplinas de formação pessoal e social e com as áreas curriculares disciplinares. O trabalho desenvolvido pelos alunos integra actividades experimentais e de pesquisa.

A estratégia de abordagem da disciplina em cada estabelecimento de ensino de S. João da Madeira é apresentada na Tabela 32. Na mesma tabela é possível também visualizar a existência de Clubes ou de grupos temáticos em cada uma das escolas.

**Tabela 32 - Abordagem da “formação cívica” nas escolas de S. João da Madeira e existência de grupos temáticos e/ou clubes**

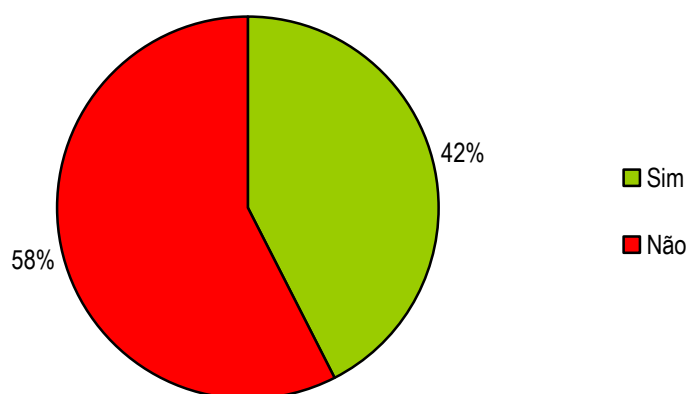
<b>Escolas</b>	<b>Abordagem à formação cívica</b>	<b>Clubes/Grupos temáticos</b>
<b>Centro de Educação Integral</b>	Os directores de turma são os responsáveis – ouvir e orientar o debate entre os alunos (afinar actividades).	–Clube da Leitura –Clube da Matemática –Clube da Rádio –Clube do Artesanato –Clube do Desporto –Clube do Jornal –Clube dos Amigos da Natureza
<b>Escola E.B. 1 de Carquejido</b>	Abordagem transversal e contínua inserida na formação académica	Não existem
<b>Escola E.B. 1 de Casaldelo</b>	Actividades integradas na Agenda 21: cultivo de uma horta	Não existem
<b>Escola E.B. 1 de Condes</b>	Abordagem contínua inserida na formação académica	Não existem

<b>Escolas</b>	<b>Abordagem à formação cívica</b>	<b>Clubes/Grupos temáticos</b>
<b>Escola E.B. 1 de Espadanal</b>	Abordagem contínua inserida na formação académica: comemoração de dias temáticos, visitas de estudo, etc.	Não existem
<b>Escola E.B. 1 de Fontainhas</b>	Abordagem contínua inserida na formação académica	Não existem
<b>Escola E.B. 1 de Fundo de Vila</b>	Iniciativas integradas na Agenda 21: Jardim Infância – “A Reciclagem” 1º Ciclo – “3 Gerações, 3 visões (Defesa do Ambiente)”	Não existem
<b>Escola E.B. 1 de Parque</b>	Iniciativas integradas na Agenda 21: “Viver a Compostagem” – embelezamento do jardim da E.B. 1 através de actividades no âmbito ambiental como a criação de compostores, visitas de estudo, pintura de azulejos, etc.	Não existem
<b>Escola E.B. 1 de Parrinho</b>	Abordagem contínua inserida na formação académica	Não existem
<b>Escola E.B. 1 de Ribeiros</b>	Abordagem contínua inserida na formação académica	Não existem
<b>Escola E.B. 2,3 de S. João da Madeira</b>	A área curricular não disciplinar de formação cívica envolve os alunos em temas integradores (integração na escola, integração na escola, participação na vida da escola) que estão vocacionados para a vida da Escola, facilitando a integração dos novos alunos e pretendem contribuir para a aquisição de hábitos de participação democrática, de responsabilidade e de identificação de direitos e deveres. A Família, a Sociedade, a Saúde, o Mundo são também explorados de modo a alargar a consciência do aluno a outros parceiros e áreas da sua vivência. Os temas são trabalhados a partir da análise de documentos, da proposta de trabalhos em grupo, visitas de estudo, etc.	–Clube de informática –Clube de Rádio
<b>Escola Secundária Dr. Serafim Leite</b>	Mediante a caracterização de cada turma e estabelecimentos de metas de acordo com as prioridades, a disciplina “formação cívica” têm vindo abordar temas relacionados com Direitos e Deveres, Cidadania, o 25 Abril, Saúde, etc. Os objectivos prendem-se com a construção de novas práticas de modo a promover o espírito de cidadania.	–Clube de Astronomia –Clube de Electrónica –Clube de Internet –Coro Ad-hoc

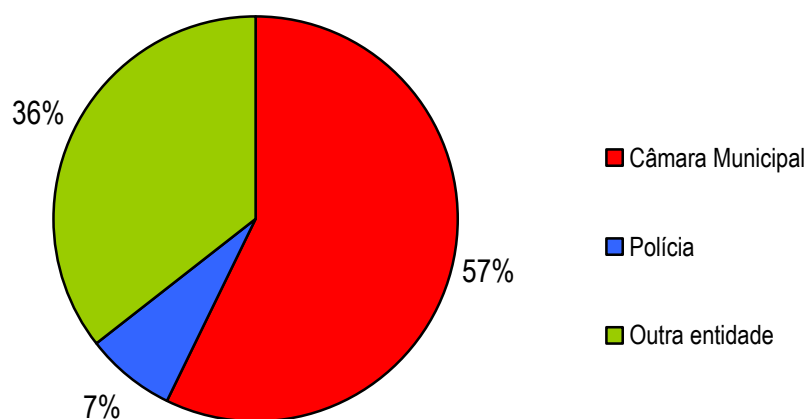
Escolas	Abordagem à formação cívica	Clubes/Grupos temáticos
<b>Escola Secundária c/ 3º Ciclo E.B. S. João da Madeira (N.º 3)</b>	É realizado um levantamento de necessidades da cada turma do 3º ciclo e em seguida é priorizado os problemas/ lacunas existentes. Consequentemente, o tipo de temas e a profundidade da abordagem varia com a turma. Os conteúdos programáticos são desenvolvidos utilizando métodos participativos e práticos (filmes, jogos, palestras, etc.).	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Clube da Rádio</li> <li>–Clube de Fotografia</li> <li>–Clube de Artes Visuais</li> </ul>
<b>Escola Secundária João da Silva Correia</b>	As turmas do 3º ciclo têm 45 minutos dedicados à disciplina de formação cívica. O director de turma, em articulação com o Concelho de turma, definem os temas a abordar com os alunos com base numa caracterização da turma. Os temas tratados inserem-se em três áreas principais: Ser relacional (7º ano); Membro da comunidade (8º ano); Cidadão responsável (9º ano)	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Clube Anglo-americano</li> <li>–Clube de Astronomia</li> <li>–Clube de Espanhol</li> <li>–Clube de Internet</li> <li>–Clube de Jornalismo</li> <li>–Clube de Rádio</li> <li>–Clube de Xadrez</li> <li>–Grupo de Francês</li> </ul>

### 2.5.6. Apresentação de queixas ou reclamações

Um dos direitos que os cidadãos têm é o de apresentação de reclamações ou queixas. Quando questionados se haviam já apresentado alguma queixa ou reclamação a uma instituição pública, 42% dos Sanjoanenses referem tê-lo já feito (Gráfico 20). O destinatário dessa queixa foi, na maioria das vezes, a Câmara Municipal de S. João da Madeira (57% das respostas). Na Polícia foram apresentadas 7% das queixas (Gráfico 21).



**Gráfico 20 - Apresentação de queixas ou reclamações a uma instituição pública.**



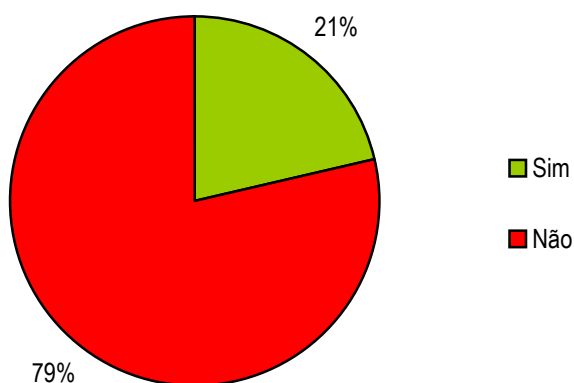
**Gráfico 21 - Destinatário de apresentação de queixas ou reclamações**

Quanto ao grau de satisfação com a forma como a queixa ou reclamação foi tratada pela instituição, 79% dos cidadãos referem não ter ficado satisfeitos (Gráfico 22).

Um dos indicadores de aspectos sociais propostos na ENDS é o número de queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais. Segundo a Polícia de Segurança Pública (PSP) foram efectuadas nos seus balcões cerca de 20 queixas relacionadas



com questões ambientais no ano de 2003. Na GNR, através do SEPNA (Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente) foram apresentadas 3 queixas e na linha SOS Ambiente há registo de 5.

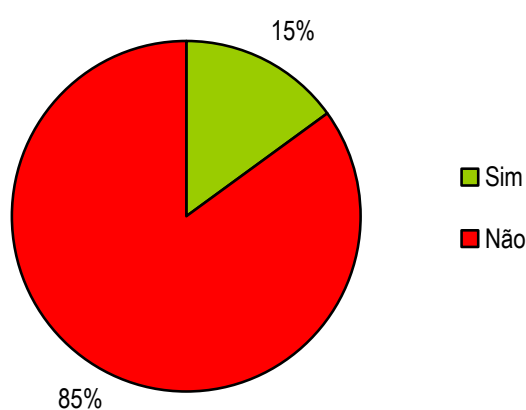


**Gráfico 22 - Grau de satisfação da apresentação de queixas ou reclamação**

Um dado curioso sobre a apresentação de queixas refere-se ao facto de somente 15% dos entrevistados afirmar conhecer os mecanismos de apresentação de reclamações (Gráfico 23), mas haver uma percentagem largamente superior de pessoas que já apresentaram reclamações. Estes números podem indicar que, apesar do desconhecimento sobre os seus direitos e formas de aplicação, os Sanjoanenses têm uma grande capacidade de iniciativa para alterar as situações que lhes causam desconforto. Pode ainda ser esgrimida uma outra explicação: os cidadãos conhecem já os mecanismos básicos de participação mas têm alguma insegurança quanto ao procedimento, isto é, não tiveram a oportunidade de confirmar que os instrumentos que conhecem são os mais correctos e efectivos. Os mecanismos que os entrevistados referem conhecer são (por ordem decrescente de respostas):

1. Utilizar o livro de reclamações;
2. Dirigir-se aos departamentos da Câmara Municipal ou enviar uma reclamação para os serviços;

3. Fazer uma carta aberta; e
4. Apresentar a situação na DECO (Associação de Defesa do Consumidor), procurar o Gabinete do cidadão da Câmara Municipal, dirigir-se a uma ONGA (Organização Não Governamental de Ambiente) ou enviar um abaixo-assinado para o Ministério do Ambiente.



**Gráfico 23- Conhecimento sobre os mecanismos de apresentação de reclamações**

### **2.5.7. Participação no processo de Agenda 21 Local**

Os dados da participação neste processo por parte das instituições e cidadãos de S. João da Madeira já foi apresentada no capítulo “Contributo do processo participativo”. No entanto, apresentamos na Tabela 33 uma síntese de alguns números relativos ao processo que permitem visualizar os níveis de participação.

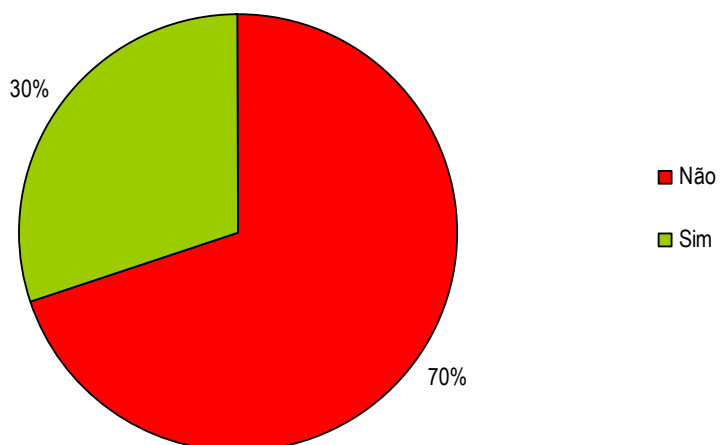
**Tabela 33 - Alguns dados quantitativos relativos à participação da comunidade Sanjoanense no processo de Agenda 21 Local**

Taxa de resposta ao questionário à população enviado via postal	1%
Taxa de resposta ao questionário enviado a políticos e técnicos	26%
Nº de utilizadores da página da A21L na Internet (Setembro/Outubro 2003)	303
Nº de indivíduos presentes na primeira reunião do Fórum Participativo	68
Nº de instituições presentes na primeira reunião do Fórum Participativo	56
Nº de indivíduos presentes na segunda reunião do Fórum Participativo	49
Nº de instituições presentes na segunda reunião do Fórum Participativo	37
Nº de indivíduos presentes na terceira reunião do Fórum Participativo	47
Nº de instituições presentes na terceira reunião do Fórum Participativo	34
Nº de indivíduos presentes na quarta reunião do Fórum Participativo	75
Nº de instituições presentes na quarta reunião do Fórum Participativo	42
Nº de instituições participantes no Dia da Agenda 21 Local (Dia da Terra)	44

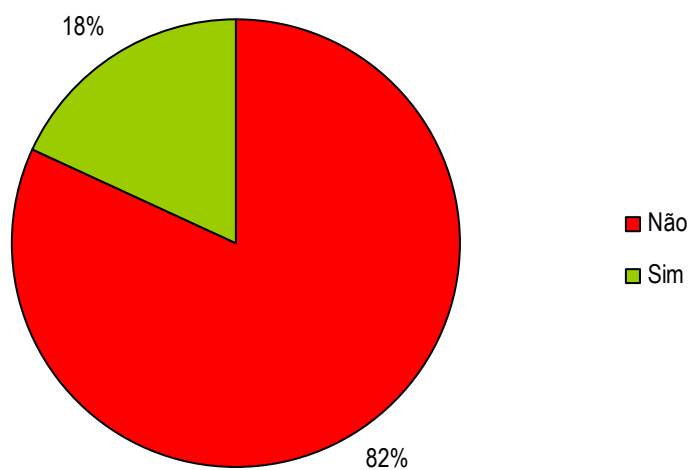
De uma forma resumida podemos dizer que:

- A participação dos cidadãos no Fórum Participativo da Agenda 21 Local tem aumentado. Na última reunião – 4º Fórum Participativo – estiveram representadas 42 instituições, num total de 75 cidadãos.
- Os grupos mais fortemente representados nas reuniões do Fórum Participativo são as associações desportivas, recreativas e culturais. Surgem depois os cidadãos a título individual, as estruturas de apoio social e os estabelecimentos de ensino. As empresas são o grupo mais ausente.

Quando questionamos os cidadãos de S. João da Madeira sobre se conhecem o processo de Agenda 21 Local, 30% afirma conhecê-lo (Gráfico 24). No entanto só 18% participa no processo (Gráfico 25).



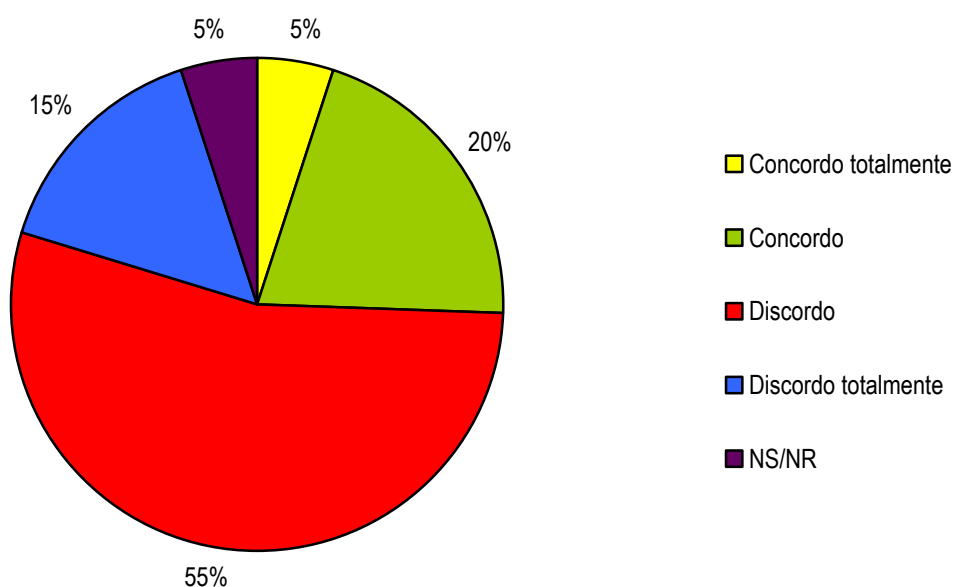
**Gráfico 24 - Conhecimento do processo de Agenda 21 Local**



**Gráfico 25 - Participação no processo de Agenda 21 Local**

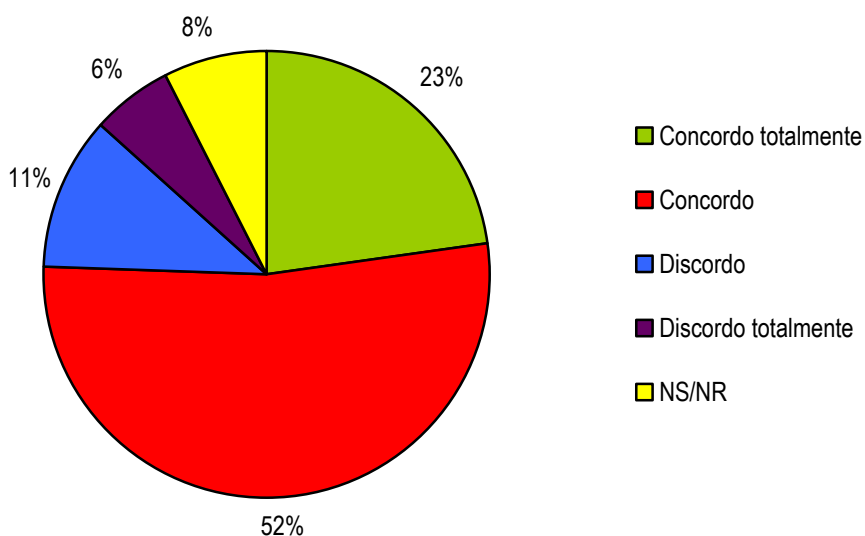
Perguntou-se aos inquiridos qual o seu grau de concordância com um conjunto de frases sobre a Agenda 21 Local de S. João da Madeira por forma a avaliar o seu real conhecimento sobre o processo e ainda as percepções que têm sobre este.

Relativamente à frase “o processo de Agenda 21 Local é mais um projecto sem futuro, pois os políticos não vão fazer o que os munícipes pedem”, a maioria dos inquiridos mostrou-se discordante ou muito discordante (70%), o que indica, por um lado, uma forte confiança nos políticos, e por outro, uma grande expectativa em relação às fases seguintes de implementação da Agenda 21 Local (Gráfico 26).



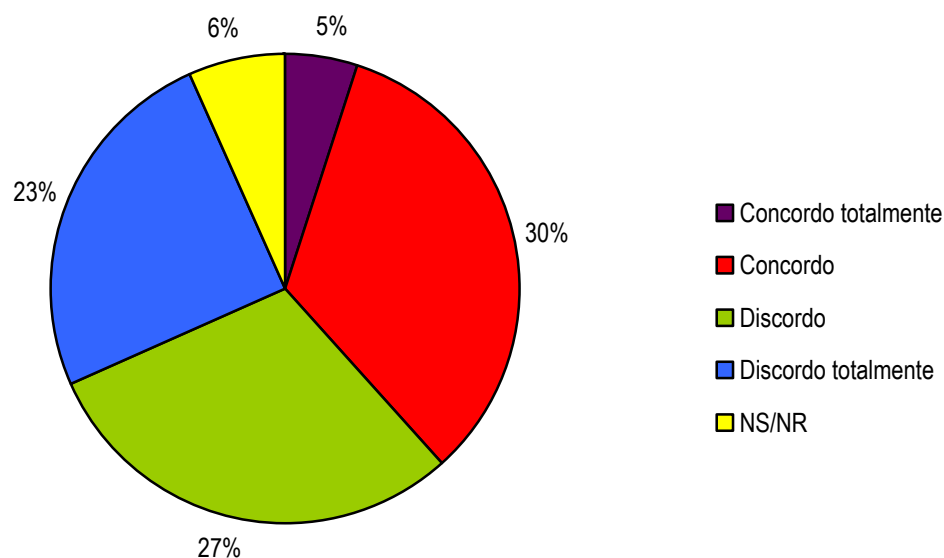
**Gráfico 26 - Grau de concordância de que o processo de Agenda 21 Local é mais um projecto sem futuro, pois os políticos não vão fazer o que os munícipes pedem**

Relativamente à frase “o processo de Agenda 21 Local permite ao Concelho pensar o seu futuro e introduzir a sustentabilidade ambiental, económica e social nas decisões”, a maioria das respostas é de concordância. 75% dos inquiridos diz concordar ou concordar totalmente com a afirmação (Gráfico 27).



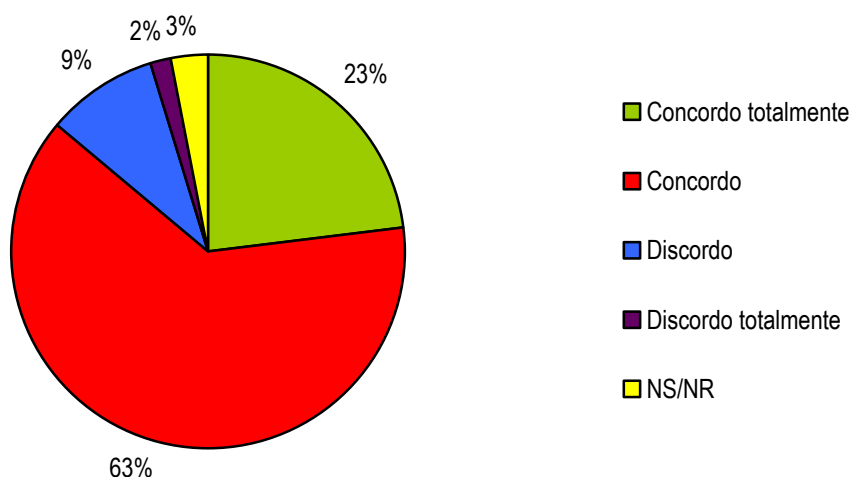
**Gráfico 27 - Grau de concordância de que o processo de Agenda 21 Local permite ao Concelho pensar o seu futuro e introduzir a sustentabilidade ambiental, económica e social nas decisões**

A frase “os Sanjoanenses não estão preparados para decidir o que querem para o Concelho” tem a concordância de 35% dos entrevistados, o que denota que há alguma falta de confiança nos conterrâneos. Metade dos entrevistados mostra ter confiança nos Sanjoanenses no que diz respeito às decisões para o futuro do Concelho (Gráfico 28).



**Gráfico 28 - Grau de concordância de que os Sanjoanenses não estão preparados para decidir o que querem para o Concelho**

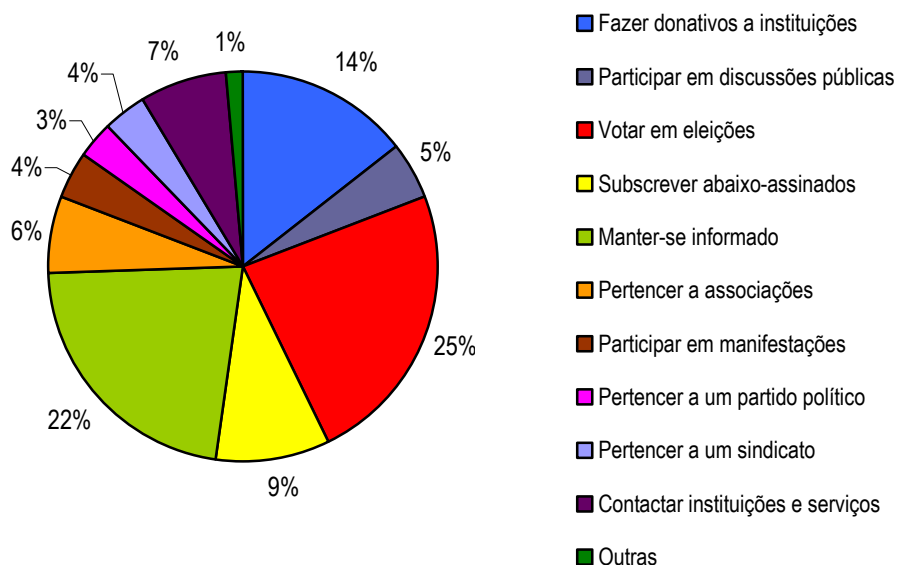
A maioria dos Sanjoanenses (86%) compreende o papel que o processo de implementação da Agenda 21 Local tem na promoção da participação pública, pois concordam ou concordam totalmente com a afirmação “o processo de Agenda 21 Local é um processo de planeamento do Concelho muito importante porque as opiniões das pessoas quanto ao futuro são ouvidas” (Gráfico 29).



**Gráfico 29 - Grau de concordância de que o processo de Agenda 21 Local é um processo de planeamento do Concelho muito importante porque as opiniões das pessoas quanto ao futuro são ouvidas.**

### 2.5.8. Formas de participação na vida política e social

Sobre as formas de participação na vida política e social do Concelho nos últimos dois anos, a maioria dos inquiridos refere “votar em eleições” (25%) e “manter-se informado” (22%). Fazer donativos a instituições é referido por 14% dos cidadãos e subscrever abaixo-assinados por 9% dos cidadãos e subscrever abaixo-assinados por 9% (Gráfico 30).



**Gráfico 30 - Formas de participação na vida política e social praticada nos últimos dois anos**



Há uma grande diversidade de formas de participação declaradas pelos inquiridos.

### 2.5.9. Participação nas eleições

A participação dos Sanjoanenses na vida política pode ser avaliada pela sua adesão às urnas. Tomando como referência as eleições autárquicas e efectuando uma análise da percentagem de votantes desde as eleições autárquicas de 1976 verifica-se que a percentagem de eleitores que procura as urnas tem decrescido ao longo do tempo: só entre 1976 e 2001 decresceu 10,4% (Associação Nacional de Municípios Portugueses, 2004). É, no entanto, de referir, que o número de eleitores que exerce o seu direito de voto teve o seu momento mais baixo em 1989 (Tabela 34).

**Tabela 34 - Evolução da percentagem de Sanjoanenses que votou nas eleições autárquicas (dados da Associação Nacional de Municípios Portugueses, 2004)**

Ano	Sanjoanenses que votaram para a Assembleia Municipal (%)	Sanjoanenses que votaram para a Câmara Municipal (%)
1976	76,7	76,7
1979	73,6	76,7
1982	70,5	70,5
1985	72,2	70,5
1989	62,8	62,8
1993	68,6	68,6
1997	68,6	68,6
2001	66,3	66,3

### 2.5.10. Participação nos Sindicatos

Em S. João da Madeira estão implantados vários Sindicatos. Com delegações no Concelho existem os seguintes:

- Sindicato do Calçado (sede própria)
- Sindicato de Professores do Norte (sede própria)
- Sindicato dos Metalúrgicos (delegação na Casa Sindical de S. João da Madeira)
- Sindicato dos Têxteis (delegação na Casa Sindical de S. João da Madeira)

- Sindicato dos Químicos (delegação na Casa Sindical de S. João da Madeira)
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (delegação na Casa Sindical de S. João da Madeira)

Contudo há outros sindicatos que, embora sem sede ou delegação no Concelho, têm uma actividade muito significativa. Alguns deles são os apresentados de seguida:

- Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (abarca trabalhadores não docentes das escolas, das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), do Hospital e Misericórdia)
- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local
- Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações
- Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria
- Sindicatos dos Enfermeiros
- Sindicato dos Electricistas
- Sindicato dos Médicos

Os sindicatos operários mais representativos do Concelho serão o do Calçado e o dos Metalúrgicos. Logo a seguir, em termos de actividade e participação sindical virá o dos Têxteis. Estes são três sectores com uma história de participação e de luta muito interessante ao longo da vida destes sindicatos, que se confunde até com a vida do Concelho.

O Sindicato dos Têxteis é o herdeiro do sindicato dos chapeleiros, o qual acumulou um longo historial de lutas pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores dos chapéus e, mais recentemente, do vestuário e têxtil.

De facto, não se pode contar a história de S. João da Madeira sem recordar a história das lutas dos trabalhadores do calçado e do seu sindicato desde a década de 40.

A Oliva está também ligada ao sindicato dos metalúrgicos por reivindicações e lutas dos seus trabalhadores antes já do 25 de Abril. A Oliva é, ainda hoje, uma das empresas com maior índice de sindicalização do Concelho.

Qualquer um dos três sectores detém um conjunto de empresas com uma elevada taxa de sindicalização e outras onde a percentagem é menos boa ou mesmo má, mas a verdade é que em termos médios a adesão a estes sindicatos está dentro ou acima da média nacional indicada pela CGTP-IN no seu último Congresso.

Por outro lado, sendo estes os três sectores com mais história no movimento sindical local e que mantêm ainda hoje essas características, a verdade é que há outros com peso assinalável, alguns dos quais em franca expansão. Por exemplo:

- O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública que envolve trabalhadores não docentes das escolas, das IPSS, do Hospital e da Misericórdia, tem em S. João da Madeira o seu segundo melhor Concelho do distrito (o maior, em número de sócios, é a Feira).
- O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, que engloba os trabalhadores do comércio tradicional, das grandes superfícies e dos diferentes serviços, tem em S. João da Madeira 30% dos seus sócios do distrito. O supermercado Modelo, por exemplo, tem uma altíssima taxa de sindicalização.

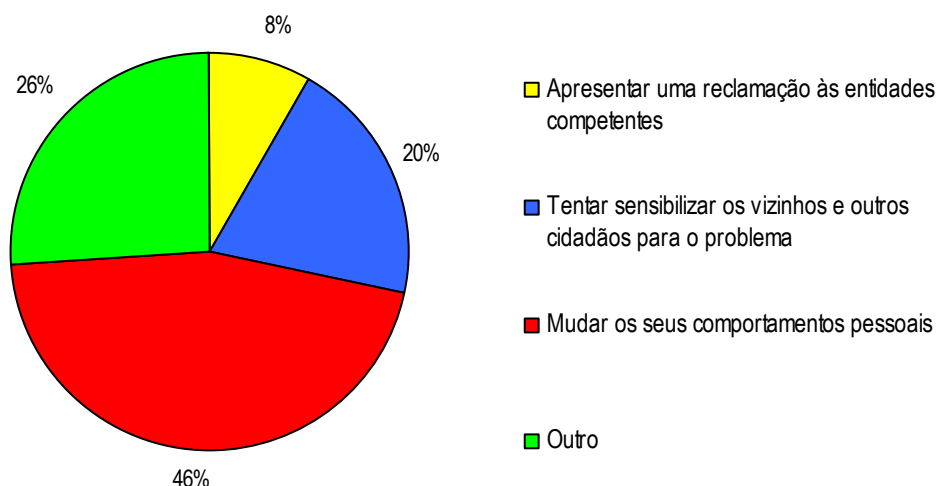
Só uma nota para o sindicato dos professores: sendo que a taxa média de sindicalização nas escolas preparatória e secundárias é semelhante à do resto da zona norte, em termos de educadoras e do 1.º ciclo a taxa no Concelho é mais elevada que a média respectiva.

As informações aqui constantes foram-nos facilitadas pela Eng.<sup>a</sup> Fátima Guimarães (dirigente do Sindicato de Professores do Norte – SPN e da CGTP-IN), que nos confirmou ser extremamente difícil avaliar a adesão quantitativa dos Sanjoanenses aos sindicatos por ser inviável isolar as adesões aos sindicatos em termos concelhios. Estes estão organizados por zonas mais alargadas e não coincidentes entre os sectores profissionais.

### **2.5.11. Acções promovidas para resolver os problemas ambientais**

Sobre as acções que os cidadãos têm empreendido para resolver os problemas ambientais que mais os afectam, a maioria refere que tem mudado os seus

comportamentos pessoais (46%). Além disso, tentar fazer com que os “outros” também mudem as suas atitudes e comportamentos é apontado por 20% dos cidadãos inquiridos. A reclamação é escolhida por 8% dos respondentes (Gráfico 31).

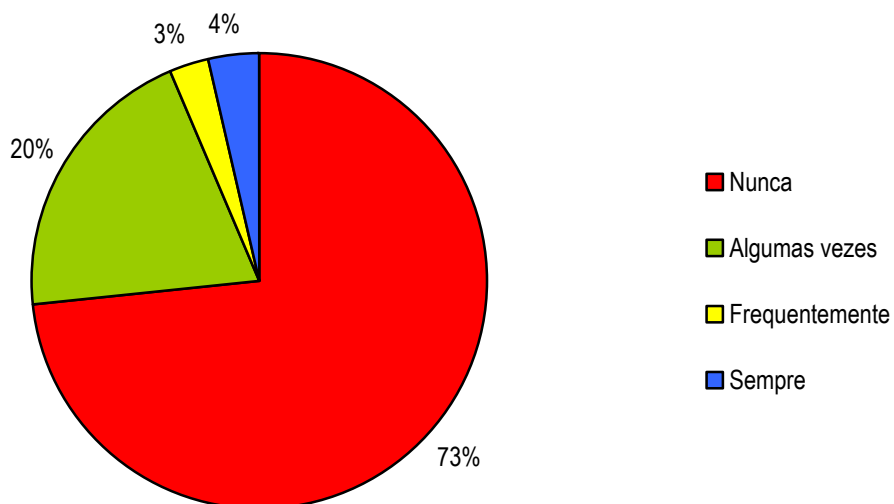


**Gráfico 31 - Acções, dos Sanjoanenses, para tentar resolverem os problemas ambientais que mais os afectam pessoalmente no seu dia-a-dia**

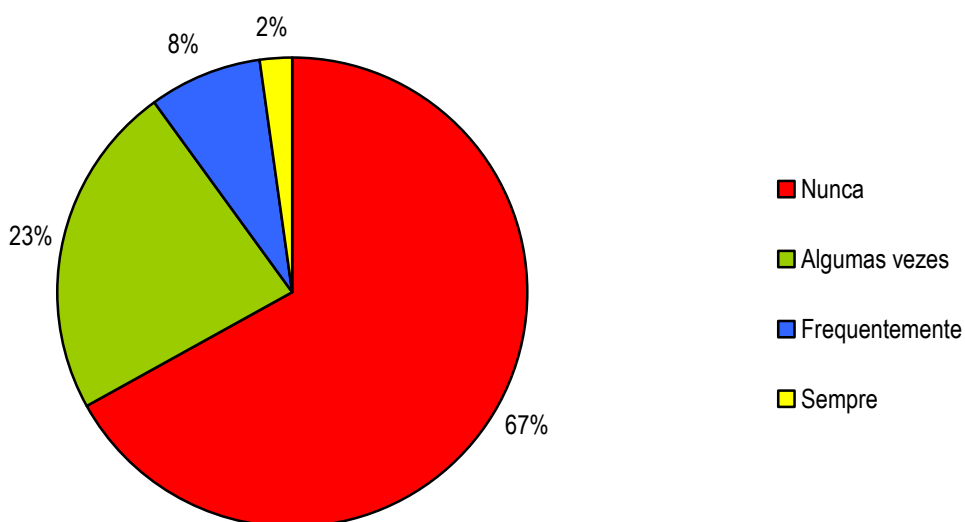
### 2.5.12. Comportamentos individuais no dia-a-dia

Ainda numa tentativa de avaliar a participação efectiva do cidadão e, tendo em conta que quase metade dos Sanjoanenses entrevistados afirmou que muda os seus comportamentos numa tentativa de resolver os problemas ambientais, perguntámos a frequência com que praticaram determinados comportamentos nos últimos seis meses. Em relação a comportamentos de compra, 7% dos inquiridos refere ter adquirido sempre ou frequentemente produtos de agricultura biológica; 20% declara tê-los comprado algumas vezes, mas a maioria (73%) nunca comprou esses produtos nos últimos seis meses (Gráfico 32). No que refere à aquisição de produtos de comércio justo, 10% comprou-os sempre ou frequentemente nos últimos seis meses, 23% algumas vezes e 67% nunca os adquiriu (Gráfico 33). Quando perguntamos se comprou

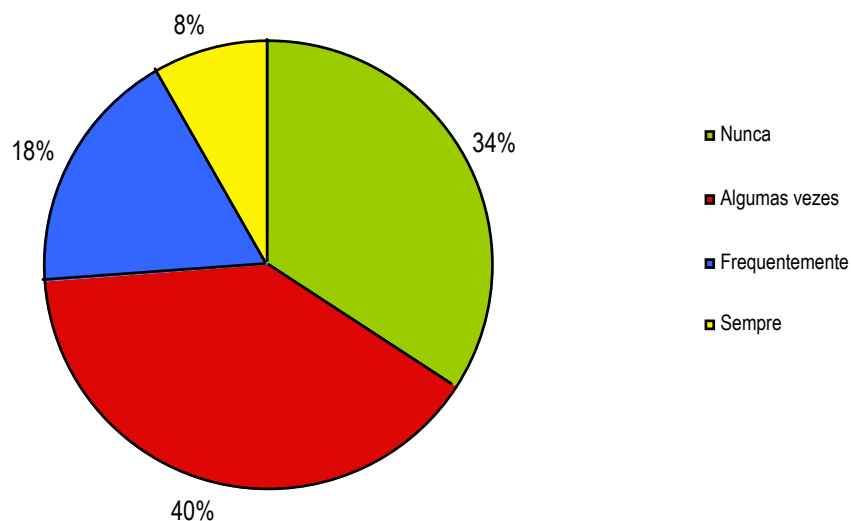
nos últimos seis meses produtos com embalagens reutilizáveis, 26% refere tê-lo feito frequentemente ou sempre. A maioria refere nunca o ter feito ou somente algumas vezes (74%) (Gráfico 34).



**Gráfico 32 - Compra de produtos de agricultura biológica nos últimos 6 meses**



**Gráfico 33 - Compra de produtos de comércio justo**



**Gráfico 34 - Frequência da compra de produtos em embalagens reutilizáveis**

No que diz respeito à separação de resíduos sólidos urbanos e sua deposição nos ecopontos, a maioria dos inquiridos afirma fazê-lo: 38% sempre e 21% frequentemente. Há, no entanto, ainda uma grande percentagem – 41% – que afirma separar apenas algumas vezes, ou nunca, ou seus resíduos (Gráfico 35).

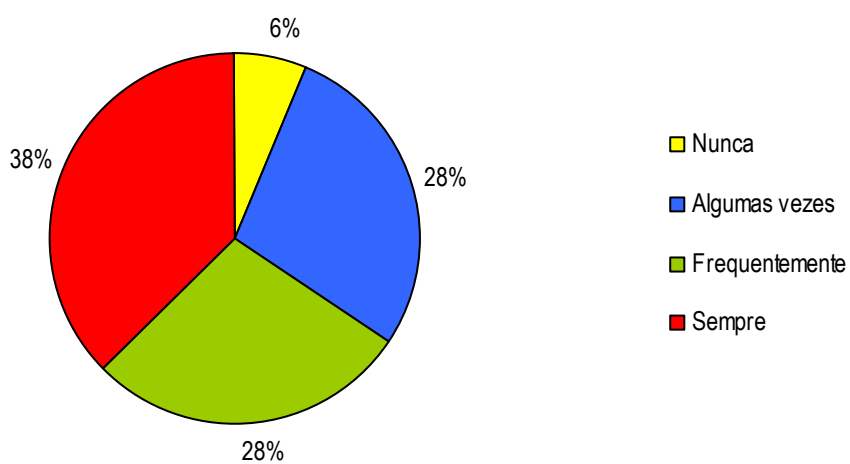


Gráfico 35 - Frequência da separação dos resíduos

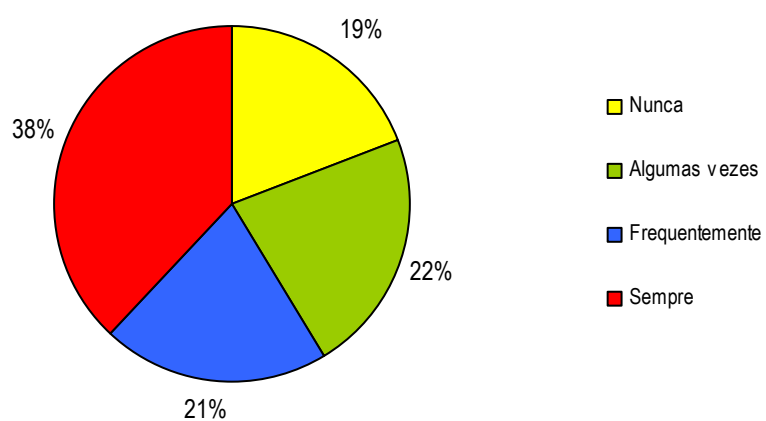
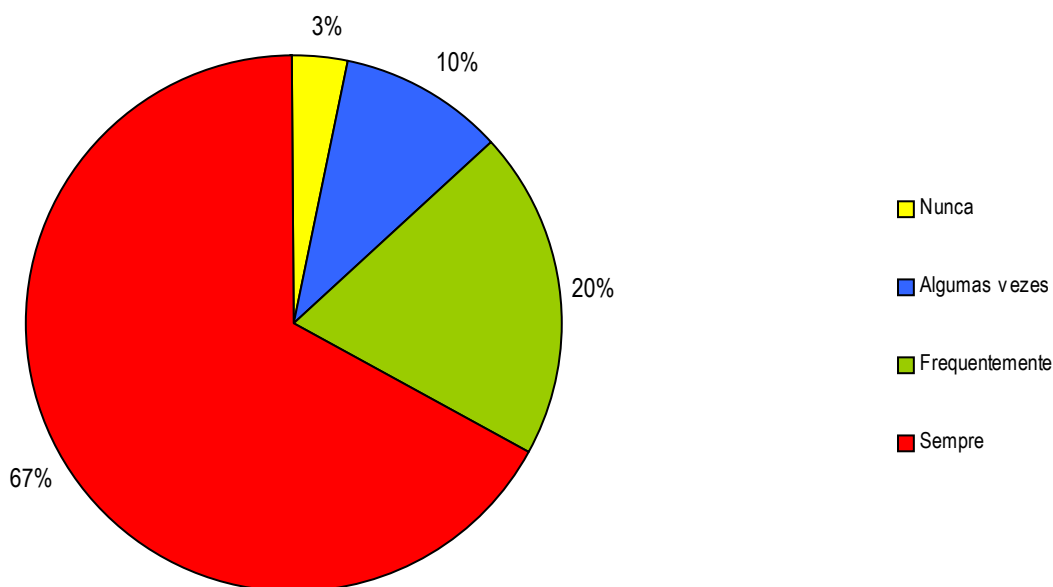


Gráfico 36 - Frequência da poupança de água.



**Gráfico 37 - Frequência do desligar das luzes quando se sai de uma divisão**

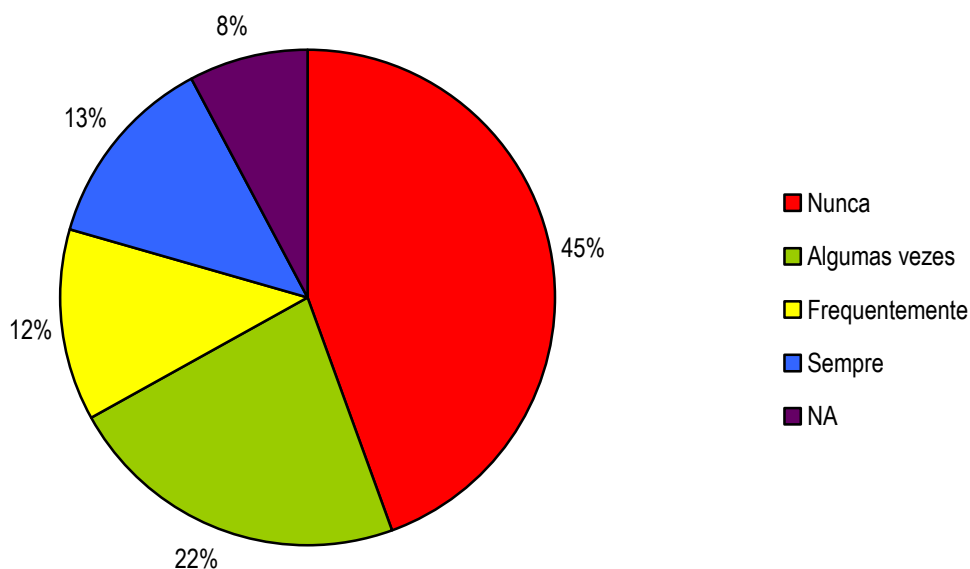
Outros comportamentos – como a poupança de água – têm uma taxa de aderentes bem distinta: 38% dos Sanjoanenses entrevistados afirma poupá-la sempre e 28% frequentemente. Somente 6% admite não ter a preocupação de poupar este recurso (Gráfico 36). Já o poupar de energia eléctrica é um comportamento comum a 87% dos Sanjoanenses. Somente 3% referem não ter a preocupação de apagar a luz quando saem de uma divisão (Gráfico 37).

Estes números mostram-nos claramente que os comportamentos são mais frequentes quando há implicações económicas e quanto maior for a implicação económica maior é a taxa de adesão ao comportamento. Esta tendência foi também observada a nível nacional (Almeida *et al*, 2001).

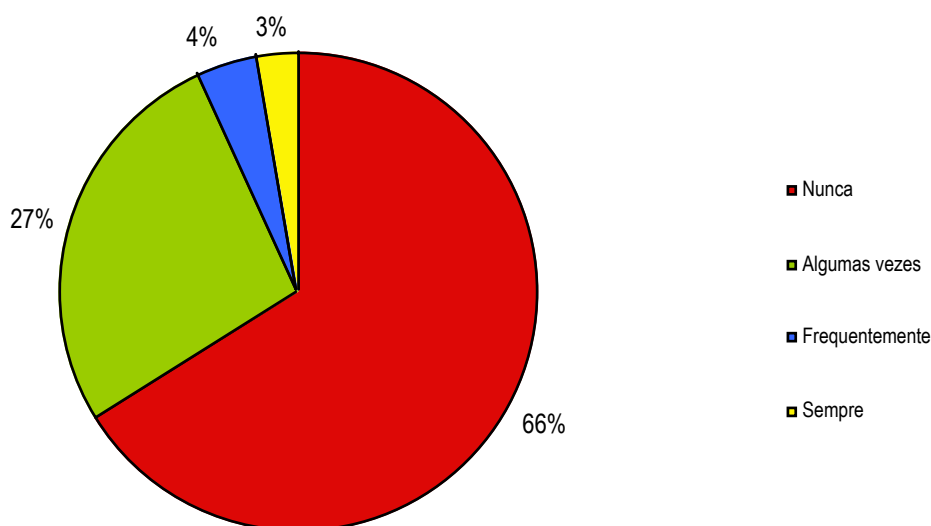
Convém salientar, no entanto, que, perante perguntas desta natureza, às quais se encontra subjacente um padrão de comportamento social e civicamente correcto (separar resíduos, poupar água...), diz-nos a experiência a propósito da utilização do inquérito por questionário que são frequentes as «reações de prestígio» que tendem a inflacionar as respostas que se adequam ao padrão socialmente valorizado. Logo, entre as práticas declaradas e as práticas efectivas existirá uma descoincidência que deverá ser tida em conta.



Quarenta e cinco por cento dos Sanjoanenses utilizou carro próprio para as suas deslocações nos últimos seis meses. Somente 22% refere utilizar os transportes públicos algumas vezes e 25% utilizam-nos sempre ou frequentemente (Gráfico 38).

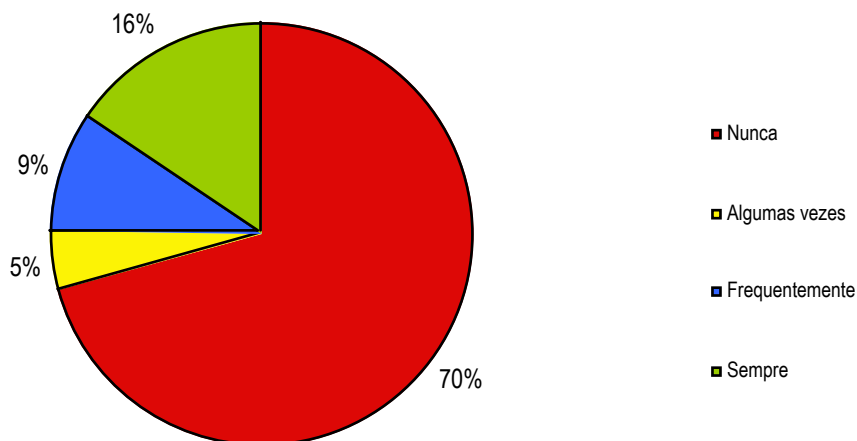


**Gráfico 38 - Frequência de utilização de transporte público em detrimento do individual**



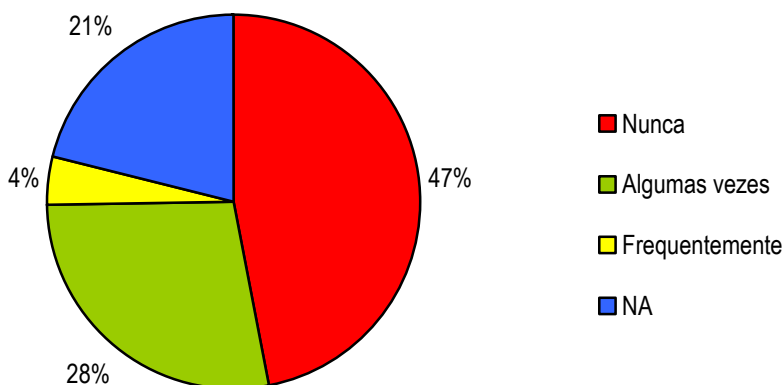
**Gráfico 39 - Frequência da reutilização de resíduos para outras funções**

Em relação à questão – utilizou resíduos para outras funções? - 66% afirma peremptoriamente que não, deixando clara a ideia de que a imagem que as pessoas ainda têm dos resíduos é a de “lixo” e não a de recursos. No entanto, 27% afirma utilizá-los algumas vezes para outras funções e há uma pequena percentagem de 7% que os utiliza sempre ou frequentemente (Gráfico 39).



**Gráfico 40 - Frequência de fumar**

Outros comportamentos foram analisados no âmbito deste diagnóstico. Os Sanjoanenses foram questionados quanto à prática tabagista: 70% afirma não ter fumado nos últimos seis meses. Um quarto dos entrevistados fuma frequentemente ou sempre (Gráfico 40).



**Gráfico 41 - Frequência em conduzir acima da velocidade regulamentar**

Quando questionados quanto à frequência com que conduziram acima da velocidade regulamentar, 47% dos inquiridos declara nunca conduzir a uma velocidade superior aos limites legais. Quase 30% reconhece fazê-lo algumas vezes (Gráfico 41).

## **2.6. As instituições**

De todas as instituições contactadas obtiveram-se os dados apresentados na Tabela 35.

Das informações obtidas são destacadas as que dizem respeito as mecanismos de informação do cidadão que utilizam, às acções que referem desenvolver na área da educação cívica, aos mecanismos de participação que disponibilizam ao público e ainda ao número de reclamações que lhes foram apresentadas (sempre que se aplique) e ao procedimento interno de tratamento dessas reclamações/sugestões.

Tabela 35 - Instituição, acções desenvolvidas na área da educação para a cidadania, mecanismos de informação e de participação pública disponíveis e respectivo seguimento e número de reclamações apresentadas em 2003. Dados fornecidos pelas próprias instituições.

<i>Instituições</i>	<i>Mecanismos de informação</i>	<i>Serviços/ acções na área da educação cívica</i>	<i>Mecanismos de participação disponíveis</i>	<i>N.º de participações de cidadãos (2003)</i>	<i>Procedimento interno para o tratamento de uma reclamação</i>
<b>Associação de Municípios das Terras de Santa Maria</b>	n.a.	-Estudos sobre tradições da região entre o Douro e Vouga -Formação profissional -Visitas a ETARS	-Consulta pública de estudos / projectos	0	Reclamação é avaliada pelo Concelho de Administração e a resposta dada por escrito ao reclamante.
<b>Biblioteca da Junta de Freguesia</b>	-Placar electrónico de rua -Agenda municipal -Imprensa local	-Consulta e leitura de livros e jornais locais -Espaço de exposição -Jornadas de tabuadas -Colóquios/ palestras -Actividades para adultos -Hora do conto	-Caixa de sugestões	n.a.	Reclamação é encaminhada para Junta de Freguesia, sendo esta a responsável pela resposta ao reclamante.
<b>Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo</b>	-Cartazes, folhetos -Agenda e Boletim municipal -Imprensa	-Empréstimo domiciliário de livros (CD, CD-ROM para instituições) -Consulta local de livros, legislação, CD e CD-ROM -Actividades de promoção para a leitura -Acesso à Internet (1 computador) -Acções de formação -Atelier infantil bissemanal -Encontros/ colóquios -Lançamento de livros -Semana da floresta	-Inquéritos aos leitores -Livro de Reclamações	6	Reclamação é avaliada pela Direcção. A resposta é informal ou, quando ultrapassa a instituição, é encaminhada para a Câmara Municipal, sendo esta a responsável pela resposta ao reclamante.

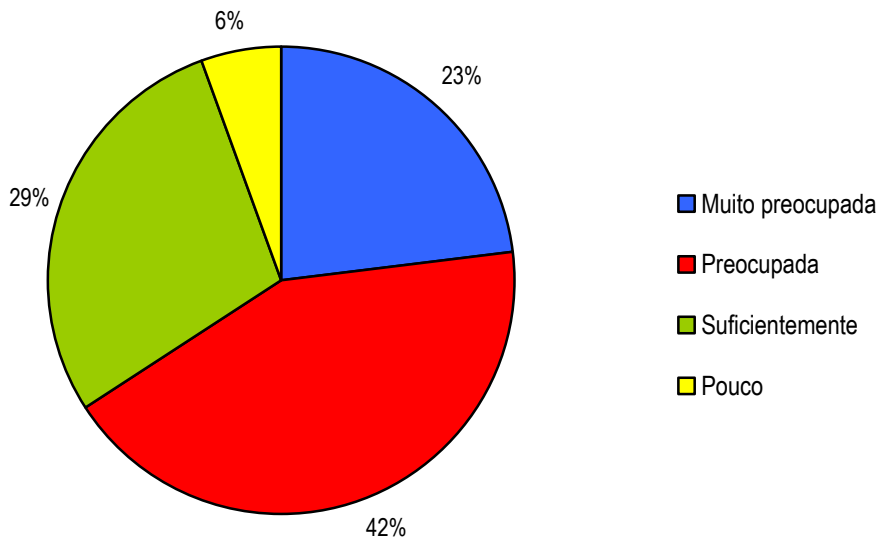
<b>Instituições</b>	<b>Mecanismos de informação</b>	<b>Serviços/ acções na área da educação cívica</b>	<b>Mecanismos de participação disponíveis</b>	<b>N.º de participações de cidadãos (2003)</b>	<b>Procedimento interno para o tratamento de uma reclamação</b>
<b>Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira</b>	-Imprensa	-Planos de segurança/ simulacros em escolas e condomínios	n.a.	n.d.	Reclamação é avaliada e uma resposta é dada ao reclamante.
<b>Câmara Municipal de S. João da Madeira</b>	-Agenda e Boletim Municipal -Página de Internet -Outdoors, cartazes, folhetos e placares -Imprensa	-Gabinete de Atendimento ao Múncipe -Rede/ Apoio Social -Biblioteca Municipal -Espaço Internet -Museu da Ind. da Chapelaria -Domingo Desportivo -Projecto “”Rede de Bibliotecas Escolares” -Projecto “Peixe com B.I.” -Campanha “Novos parques de estacionamento/ alteração de trânsito” -Campanha “Novas taxas de estacionamento”	-Gabinete de Atendimento ao Múncipe (através de ofício, e-mail ou reunião com o Presidente e Vereadores) -Discussão público de projectos -Reunião de Câmara -Assembleia de Municipal -Livro de Reclamações	Gabinete de Atendimento ao Múncipe: 178  Livro de Reclamações: 17 (dados 2003).  Não existem dados sistematizados sobre o número de intervenções realizadas nas reuniões de Câmara  Nas Assembleias Municipais, em 5 reuniões foram efectuadas 7 intervenções (dados 2003).	O Gabinete do Presidente recebe a reclamação, que depois é encaminhada para o responsável. O Gabinete do Presidente acompanha o processo para assegurar a resposta.
<b>Centro de Área Educativa Entre Douro e Vouga</b>	-Página de Internet -Encontros	-Gabinete de atendimento Projectos com escolas - Promoção e educação para a saúde (PES); Eliminação da exploração do trabalho infantil (PETI) - Colóquios/ palestras	-Gabinete de atendimento -Encontros	-Livro de Reclamações	Reclamação é avaliada e, sempre que possível, uma resposta é dada ao reclamante directamente

<b>Instituições</b>	<b>Mecanismos de informação</b>	<b>Serviços/ acções na área da educação cívica</b>	<b>Mecanismos de participação disponíveis</b>	<b>N.º de participações de cidadãos (2003)</b>	<b>Procedimento interno para o tratamento de uma reclamação</b>
<b>Centro de Formação Profissional do Calçado</b>	-Imprensa -Correio electrónico -Correio directo -Visitas as escolas	-Formação Profissional	-Avaliação da acção de formação pelo formando	0	Procedimento de acordo com a legislação
<b>Espaço Internet</b>	-Agenda e Boletim Municipal -Página de Internet da Câmara Municipal -Imprensa -Mailing dirigido às instituições concelhias	-Acesso gratuito à Internet -Acções de formação gratuitas (Internet e computação)	-Livro de sugestões/ opiniões -Endereço electrónico para enviar sugestões/ reclamações -Avaliação da acção de formação pelo formando	10	Coordenador dá despacho e, quando possível, resposta directa ao reclamante
<b>Gabinete de Apoio Técnico de entre Douro e Vouga</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>GNR - SEPNA</b>	-Contacto directo com o cidadão -Imprensa -Informação no quartel -Panfletos (de sensibilização) -Página de Internet	-Informação ao cidadão -Programas “Apoio 65 – Idosos em Segurança” e “Escola Segura” -Acções de sensibilização (Protecção do meio ambiente e vigilância) -Colaboração na prevenção de incêndios florestais -Visita ao quartel (alunos da pré-escola até ao secundário)	-SOS Ambiente (via telefone e Internet) -Livro de Reclamações	Livro de reclamações: 0	O procedimento é de acordo com a legislação. Todas as reclamações são investigadas e é dada resposta ao reclamante.

<b>Instituições</b>	<b>Mecanismos de informação</b>	<b>Serviços/ acções na área da educação cívica</b>	<b>Mecanismos de participação disponíveis</b>	<b>N.º de participações de cidadãos (2003)</b>	<b>Procedimento interno para o tratamento de uma reclamação</b>
<b>Junta de Freguesia de S. João da Madeira</b>	-Imprensa -Cartazes -Painel na Junta de Freguesia	-Biblioteca da Junta de Freguesia -Plano de desenvolvimento desportivo -Passeio para os idosos -Convívio para idosos	-Assembleias de freguesia	n.d.	Não existe procedimento - seguimento informal
<b>Museu da Indústria de Chapelaria</b>	-Imprensa -Agenda e Boletim Municipal -Contacto directo -Material divulgação -Outdoors e cartazes	-Campanha – apresentação do Museu para público geral; -Campanha – especificação do Museu(jornadas de museologia e acções nas escolas) -Campanha – restauro do espólio (acções de voluntariado de participação na recuperação do espólio) Exposições	-Jornadas -Em exposições -Inquérito a acções de sensibilização	n.a. *	n.a.
<b>PSP</b>	-Contacto directo com o cidadão -Imprensa -Página da Internet -Livros e brochuras -Apresentações em formato electrónico	-Informação ao cidadão -Programas “Idosos em Segurança” e “Escola Segura” -Prevenção rodoviária -Prevenção da toxicodpendência -Acções de sensibilização junto de instituições -Participação no Projecto “Prevenir o Futuro” -Mobilização da comunidade escolar para acções ex.: cordão humano -Linha de intervenção a problemas sociais	-São aceites sugestões/ desafios de pessoas/ instituições -Livro Reclamações	Livro Reclamações: 5	Reclamação é entregue ao órgão administrativo e é dada a resposta ao reclamante.

## 2.7. Relação dos cidadãos com o ambiente

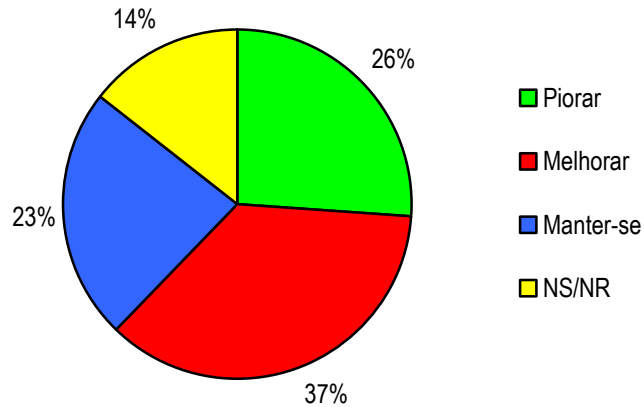
Neste capítulo quase final do diagnóstico pretende-se dar um breve panorama sobre a percepção que os cidadãos têm das questões ambientais, tentando avaliar os seus níveis de preocupação, o seu grau de optimismo/pessimismo quanto ao futuro e ainda quais os problemas ambientais que mais os afectam no seu dia a dia.



**Gráfico 42 – Grau de preocupação dos cidadãos de S. João da Madeira com o estado do ambiente.**

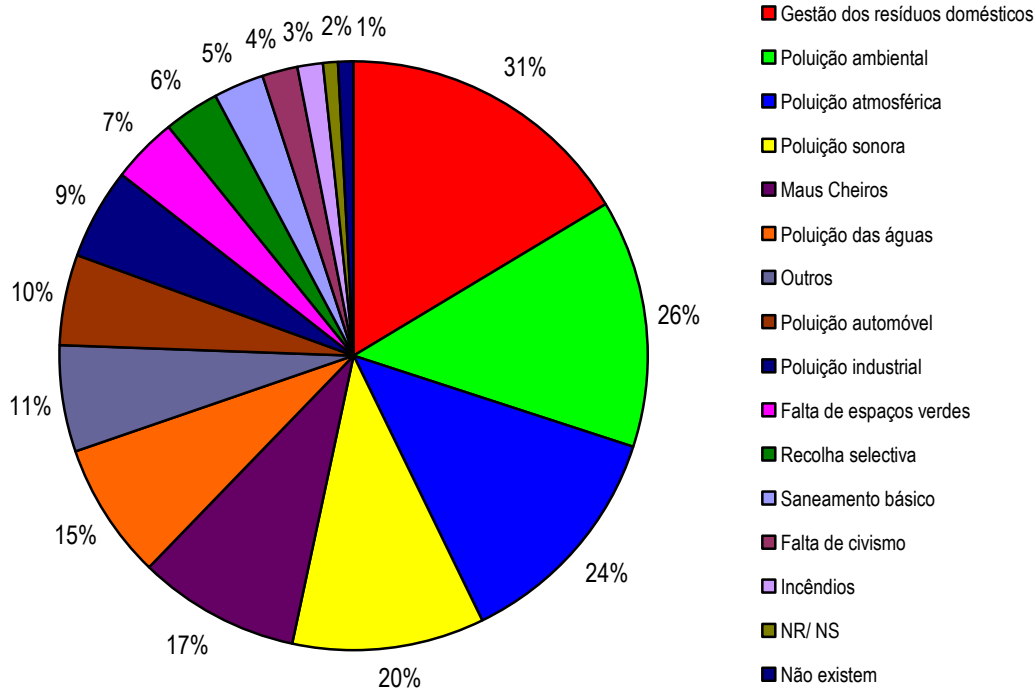
Os Sanjoanenses apresentam-se maioritariamente preocupados (42%) ou muito preocupados (23%) com o ambiente (Gráfico 42) mas têm uma visão predominantemente optimista quanto ao futuro: 37% acredita que o estado do ambiente vai melhorar nos próximos anos e 23% acredita que o estado se irá manter. No entanto, cerca de ¼ dos respondentes afirma que o estado do ambiente em S. João da Madeira vai piorar (Gráfico 43).





**Gráfico 43 - Expectativa em relação ao meio ambiente durante os próximos anos em S. João da Madeira**

Quando questionados sobre os problemas ambientais que mais os afectam no seu dia a dia, os Sanjoanenses elegem a gestão dos resíduos sólidos urbanos como o principal. Logo de seguida referem vários tipos de poluição (em geral, atmosférica e sonora). Esta resposta é extremamente vaga, o que leva a crer que as pessoas que apontaram estas respostas não sentem um problema ambiental em concreto na sua vivência diária. A poluição automóvel é referida por 10% dos inquiridos e a falta de espaços verdes por 7% (Gráfico 43).



**Gráfico 44 – Problemas ambientais que mais afectam os Sanjoanenses no seu dia-a-dia**

## 2.8. Percepções quanto às acções necessárias

Ainda no âmbito dos questionários efectuados aos líderes de opinião obtiveram-se sugestões quanto ao tipo de acções percebidas por estes membros da comunidade como sendo prioritárias no sentido de promover a cidadania em S. João da Madeira.

Essas sugestões são apresentadas em seguida:

## 2.9. Públicos a privilegiar

Há claramente um consenso quanto à necessidade de apostar na comunidade escolar: crianças, jovens e professores. Esse investimento contempla o desenvolvimento de condições para que:

- discentes e docentes se sintam bem nos seus papéis;
- se promova o acesso à cultura desde os primeiros estádios;
- se promovam relações de confiança mútua entre crianças/jovens e professores;

- se incentive a cidadania desde cedo (através da informação e promoção da participação na vida da comunidade).

Os entrevistados referem ainda outros públicos:

- os cidadãos socialmente excluídos
- os grupos de jovens (em meio não escolar)
- os “vizinhos”
- a família

Há consenso em torno da necessidade de um investimento no eixo família - escola, pois estes são pontos-chave de acesso à comunidade.

### 3. Estratégias gerais

#### 3.1. Conceitos, valores e comportamentos a promover

Os principais conceitos, valores e/ou comportamentos a promover na comunidade Sanjoanense é, na nossa perspectiva, de acordo com a análise dos testemunhos dos líderes de opinião entrevistados:

1. “*O tempo não é dinheiro. É valor*” - existem outros interesses além dos materiais. Por isso há que promover o conceito de tempo.
2. “*Se cada um fizer a sua parte, a cidade será melhor...*” – investir no princípio da co-responsabilização dos vários grupos: empresas, autarquia, instituições, cidadãos, entre outros.
3. “*Um cidadão é...*” - elucidar sobre o significado da palavra cidadão no sentido da criação desse sentimento nas pessoas.
4. “*Os Sanjoanenses têm uma identidade própria. Vamos descobri-la em conjunto.*” – é fundamental descobrir, criar ou recriar esta identidade. O associativismo pode ser encarado como um dos elementos diferenciadores do Concelho e a explorar.
5. “*Em S. João fazemos...*” - apelar ao interesse dos Sanjoanenses pelo que é feito no Concelho.
6. “*Ser cidadão é bom*” – mostrar aos Sanjoanenses que uma boa cidadania é um comportamento socialmente positivo e que poderá também ser um elemento diferenciador (identificador).
7. “*A qualidade de vida não é só ter dinheiro. Não é ter, é ser.*” - desenvolver nos Sanjoanenses o espírito necessário para que não encarem o nível de vida de uma perspectiva meramente económica.
8. “*O nosso Concelho é melhor que os outros, a minha rua é melhor que a sua!*” – promover o orgulho dos Sanjoanenses (o “bairrismo positivo”), investindo nos pontos 4. e 5. antes enumerados.

### 3.2. Estratégias operacionais

A forma de operacionalizar estes conceitos, valores e comportamento a promover passará segundo os líderes consultados por:

1. *Promover o “crescimento” do cidadão, investindo na sua literacia, acesso à cultura e conhecimento dos seus direitos e deveres.*

Alguns dos testemunhos:

- Investimento em animadores sociais
  - Criar mais espaços para a cultura
  - Organizar eventos culturais para a massa da população, mais descentralizados na cidade
  - Evitar “acções de fachada” por parte do executivo da autarquia e outras instituições
  - É fundamental investir na literacia e na cultura
  - A autarquia deverá criar um grupo de trabalho ligado à educação (uma equipa técnica) para reflectir sobre os aspectos chave e prioridades
  - Informar adequadamente sobre os direitos e deveres do cidadão
  - Assumir um debate permanente sobre educação, civismo, respeito (ex.: tertúlias)
  - Criar hábitos de cultura, processo no qual a autarquia terá um papel fundamental
  - Criação e divulgação dos canais de participação disponíveis
  - Há que clarificar os mecanismos de seguimento das reclamações/sugestões e dar feedback aos cidadãos
2. *Aumentar a relevância do papel do cidadão e da sua participação efectiva na vida do Concelho*

Alguns dos testemunhos:

- Promoção de actividades em que seja dada importância à participação do cidadão (abordando temas que sejam relevantes para o cidadão)
- Aumentar os convites da Câmara Municipal para os cidadãos participarem nas decisões

- Fortalecimento da participação efectiva
- Fomentar a participação do público
- Fomentar a existência de pontos de encontro entre os cidadãos
- Trabalhar localmente (ao nível do bairro, rua e local)
- Promover a associação de grupos de cidadãos e as associações informais
- Promoção de actividades que estimulassem a jovialidade, a alegria das pessoas
- Aumentar a proximidade entre o poder local e o cidadão

### 3. *Fazer um investimento concreto na área social*

Alguns dos testemunhos:

- Todas as iniciativas que reforcem o ambiente comunitário são positivas (as pessoas convivem pouco entre elas)
- Redefinir as prioridades da autarquia (os jovens – em particular os adolescentes - merecem mais atenção)
- Fazer uma aposta concreta na área social (S. João da Madeira é um Concelho cada vez mais urbano e como tal vive os problemas característicos do meio urbano)

### **3.3. Métodos de actuação**

Quanto à forma de operacionalizar os líderes de opinião consultados neste estudo referiram as seguintes estratégias:

- “Dar as regras pela positiva”
- Estabelecer metas concretizáveis
- Promover trabalho em rede (a rede social é um bom exemplo)
- Utilizar uma linguagem acessível, directa, impactante
- Adequar o discurso aos públicos-alvo
- Criar momentos lúdicos temáticos
- Utilizar métodos de envolvimento/convite menos convencionais (por exemplo as crianças fazerem os convites para os pais)
- As campanhas para os jovens deveriam ser eminentemente de rua e deveriam ter animação (promover a interacção e o ousado)

- Usar outdoors, folhetos, linhas telefónicas de apoio

### **3.4. Acções concretas**

Foram reunidas várias sugestões. No entanto reúnem-se maioritariamente em torno dos seguintes eixos:

#### **3.4.1. Investir em campanhas de informação/ sensibilização**

É relativamente consensual a concretização de campanhas de sensibilização e informação ao cidadãos sobre cidadania. O tema central mais referido para estas campanhas é o ambiente, destacando “como pode o cidadão contribuir para um melhor ambiente”. Em particular, os resíduos (como separar, como acondicionar, como se libertar de certos tipos de resíduos) e a limpeza urbana (principalmente os dejectos caninos) são prioridades.

#### **3.4.2. Disseminar informação útil**

Através de vários tipos de meios e suportes: painéis de cortiça nos condomínios, folhetos para distribuir via CTT, sessões de esclarecimento, entre outros, disseminar informação válida que contribua para uma boa cidadania e contribua para o espírito de comunidade. Por exemplo, o consumo, o ambiente, a toxicodependência, as relações geracionais e interpessoais, a higiene pessoal, a saúde, são temáticas a abordar de uma forma tangível ao cidadão comum. Por exemplo, tentar atingir as camadas de população menos sensibilizadas falando dos problemas do dia-a-dia onde as pessoas vejam benefícios imediatos.

#### **3.4.3. Promover o associativismo**

Um dos pontos fortes do Concelho e que pode ainda ser melhorado, de acordo com os líderes consultados, através dos seguintes aspectos:

- Fomentar o associativismo urbano (associações de moradores)
- Melhorar o planeamento dos apoios que a autarquia dá anualmente às associações (muitas vezes as decisões são tomadas muito em cima dos acontecimentos e existe algum sentimento de injustiça quanto à distribuição desses apoios).

- Promover ainda maior articulação entre as associações (a possibilidade de ser criada uma federação das associações é vista como positiva desde que não seja criada só para existir mais uma estrutura; interessa que possa representar as associações Sanjoanenses junto do exterior e coordenar esforços, otimizando recursos)
- Criar instâncias de auscultação do associativismo (para que o cidadão sinta que pode influenciar as decisões)
- Promover a entrada de pessoas novas nas associações trazidas pelos actuais corpos das associações
- As associações podem ter um papel na formação dos jovens, promovendo a participação na vida da cidade
- A autarquia deveria dar mais protagonismo e visibilidade às instituições (em vez de o absorver para si) e valorizar mais essas instituições que estão a fazer um trabalho supletivo.

#### **3.4.4. Investir nas estruturas**

As infra-estruturas e meios físicos são referidos como a possibilidade de dar espaços físicos e temporais para certos tipos de expressões (ex.: grafittis), acompanhar a implantação de comportamentos adequados (ex.: baldes para a separação de resíduos, papeleiras nas ruas ou balneários públicos) ou promover zonas de convívio e partilha (ex.: centros comunitários)

#### **3.4.5. Promover o sentimento de pertença**

Através da promoção de concursos que premeiem a escola, o lugar, o prédio, o jardim mais cuidado, estimular a responsabilização pelos espaços e o sentimento de pertença e orgulho. Alguns exemplos referidos pelos líderes consultados: concurso inter-escolas para premiar a escola mais cuidada, concurso das varandas floridas para os condomínios, concursos dos lugares/ ruas mais limpos.

Outra hipótese levantada passa por atribuir a responsabilidade dos espaços ajardinados junto às habitações aos condomínios (aumentar a responsabilidade, promover o



“bairrismo” positivo) e estimular a criação de associações de moradores para promover o espírito do local (por exemplo para a limpeza, passeadeiras).

#### **3.4.6. Incentivar a participação útil do cidadão**

Uma das sugestões de acção com mais força, referida quase unanimemente pelos líderes de opinião consultados é a necessidade de criar aquilo que podemos designar “Agenda 21 Local de Bairro”. Porquê fazê-lo? Porque as pessoas se sentem mais próximas dos problemas e ainda que podem dar uma contribuição positiva em situações concretas para o seu próprio bem-estar. Além disso, através de Fóruns locais evita-se a deslocação de pessoas que vivem num contexto mais periférico até a um espaço formal – o da autarquia – que se localiza no centro da cidade (apesar de S. João da Madeira ser um Concelho com uma área muito pequena esta segmentação em áreas com características muito próprias é uma realidade). Como promover as “Agendas 21 Local de Bairro”? Investir na criação de assembleias locais (bairros, lugares), promovendo a existência de espaços físicos e temporais próprios para estes debates. Os resultados parciais dos debates locais seriam depois unificados no Fórum Participativo da Agenda 21 Local para a tomada de decisões ao nível concelhio.

A participação do cidadão na vida em comum de S. João da Madeira implica uma promoção da informação sobre os processos de participação dos cidadãos que estão disponíveis e ainda o estímulo ao voluntariado, em particular o jovem e o sénior. O envolvimento destas duas faixas da população também deverá ser concretizado pela criação de fóruns participativos de jovens e seniores para discutir os problemas da cidade.

Acções como a comemoração do Dia da Terra, que promovem a participação activa dos cidadãos, também devem ser estimulados e replicados.

#### **3.4.7. Aproximar o cidadão da cultura**

Uma das acções concretas poderá passar pela promoção de visitas às estruturas/instituições do Concelho (por exemplo às Bibliotecas).

#### **3.4.8. Criar uma “*task force*” na educação**

Dar formação específica aos professores para que possam estabelecer a relação escola-família, promovendo a comunicação positiva e organizar pequenos grupos de trabalho (jardins de infância/escolas) para trabalhar com os profissionais da educação e com os pais para falar sobre temas importantes (enfoque nas relações interpessoais), são algumas das acções prioritárias.

## 4. Plano de acção – rumo a um “Concelho dos Cidadãos e para os Cidadãos”

### 4.1. Análise SWOT da situação actual

Nos capítulos anteriores efectuou-se uma caracterização da situação actual da cidadania em S. João da Madeira. Na Tabela 36 apresenta-se uma análise SWOT (sistematização dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças) da situação no Concelho que foi tida em conta na definição dos eixos estratégicos de actuação constantes neste Plano de Acção.

**Tabela 36 - Análise SWOT da educação cívica em S. João da Madeira**

<u>Pontos fortes (S)</u>	<u>Pontos fracos (W)</u>
<p>Associativismo já existente no Concelho</p> <p>Agenda 21 Local já em curso</p> <p>Fóruns vários (Rede Social)</p> <p>Imprensa local/regional</p> <p>Alguma dinâmica já existente em termos de eventos</p> <p>Ausência de carências económicas generalizadas graves</p>	<p>Falta de estruturas para a cultura e lazer</p> <p>Baixos níveis de participação na vida associativa</p> <p>Poucas acções na área do ambiente</p> <p>Falta de informação</p> <p>Falta de preparação do cidadão para uma participação activa</p> <p>Desconhecimento dos direitos/deveres de cidadão</p>
<u>Oportunidades (O)</u>	<u>Ameaças (T)</u>
<p>Consciência da existência de um problema generalizado de ausência de cidadania</p> <p>Empreendedorismo dos Sanjoanenses</p> <p>Existência de razoável grau de proximidade e solidariedade entre o poder público e o cidadão</p> <p>Comunidade educativa bem implantada</p> <p>Actividades recreativas e culturais desenvolvidas que despoletaram o orgulho dos Sanjoanenses</p> <p>Percepção de que as soluções para os problemas partem dos cidadãos</p>	<p>Falta de identidade/visão de futuro comum</p> <p>Falta de confiança em relação aos decisores e instituições responsáveis</p> <p>Excesso de individualismo</p> <p>Cultura do “crescimento económico” em vez de “cultura da qualidade de vida”</p> <p>Degradação da instituição “família”</p> <p>Poucos hábitos de cultura (visitar museus, viajar, ler)</p> <p>Desresponsabilização dos cidadãos</p> <p>Actual modelo orientador das políticas públicas</p>

## 4.2. Pressuposto ao Plano de Acção

Da experiência acumulada pela equipa técnica neste desafio de lançar em S. João da Madeira a Agenda 21 Local e, em particular, do desenvolvimento dos processos de participação pública e da elaboração deste relatório sobre Educação Cívica, decorre um determinado pressuposto base para este Plano de Acção. Esse pressuposto é que S. João da Madeira deveria assumir o papel de:

***Concelho dos cidadãos responsáveis***

ou

***Concelho das pessoas***

ou

***Concelho 100% responsável***

ou

***Concelho dos Cidadãos e para os Cidadãos***

## 4.3. Eixos estratégicos de intervenção

Este plano de acção procura, por um lado, responder aos problemas identificados no diagnóstico da situação actual e, por outro, assegurar que a cidadania em S. João da Madeira evolui no sentido de permitir atingir a sustentabilidade: ambiental, social e económica. Apresentamos de seguida os Eixos Estratégicos de Intervenção nos quais são enquadradas as acções a implementar. Cada acção está igualmente discriminada numa ficha individual.

### ***Eixos de intervenção do Plano de Acção para a promoção da cidadania***

*Eixo de Intervenção 1 – Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura*

*Eixo de Intervenção 2 – Promoção de uma identidade própria e sentimento de pertença*

*Eixo de Intervenção 3 – Promoção da informação sobre cidadania e ambiente*

*Eixo de intervenção 4 – Promoção do associativismo*

*Eixo de intervenção 5 – Incentivo à participação útil do cidadão*

#### **4.4. Acções a implementar**

Para cada Eixo de Intervenção definimos um conjunto de acções que são sucintamente apresentadas nas tabelas seguintes e depois detalhadas individualmente.

##### **Eixo de Intervenção 1 – *Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura***

---

- Acção 1.1 – Organização de “dias abertos” nas instituições públicas e privadas
  - Acção 1.2 – Dinamização de um grupo de reflexão sobre educação
  - Acção 1.3 – Relançamento do Programa Escolar da Agenda 21 Local
  - Acção 1.4 – Promoção do acesso às bibliotecas
  - Acção 1.5 – Criação de uma “Escola de Pais”
- 

##### **Eixo de Intervenção 2 – *Promoção de uma identidade própria e sentimento de pertença***

---

- Acção 2.1 – Promoção de concursos “O mais...”
  - Acção 2.2 – Dinamização de um grupo de reflexão sobre “O futuro comum”
- 

##### **Eixo de Intervenção 3 – *Promoção da informação sobre cidadania e ambiente***

---

- Acção 3.1 – Organização de acções de formação para professores sobre “Formação Cívica”
  - Acção 3.2 – Edição do “Guia do Cidadão” (papel e versão electrónica)
  - Acção 3.3 – Lançamento de campanhas temáticas de informação e de sensibilização
  - Acção 3.4 – Organização de sessões de esclarecimento ao público/tertúlias sobre “Qualidade de Vida e Cidadania”
- 

##### **Eixo de intervenção 4 – *Promoção do associativismo***

---

- Acção 4.1 – Incentivo à criação de uma ONG de ambiente e cidadania
  - Acção 4.2 – Criação de espaços associativos nos limites do Concelho
- 

##### **Eixo de intervenção 5 – *Incentivo à participação útil do cidadão***

---

- Acção 5.1 – Promoção de Agendas 21 Lugares/bairros/ruas
  - Acção 5.2 – Desenvolvimento de um programa de voluntariado jovem e sénior
-

Cada ficha tem a seguinte estrutura:

<b>TÍTULO DA ACÇÃO</b>									
<b>Tipo de medida:</b>	Estudo <input type="checkbox"/>	Plano/projecto <input type="checkbox"/>	Obra <input checked="" type="checkbox"/>	Organizativa <input type="checkbox"/>					
<b>Prioridade:</b>	Elevada <input type="checkbox"/>	Média <input checked="" type="checkbox"/>	Baixa <input type="checkbox"/>						
<b>Objectivos:</b> identificação dos principais objectivos da acção									
<b>Descrição:</b> texto sucinto que apresenta a estratégia de implementação da acção. Não detalha pormenores mas define as principais linhas de actuação.									
<b>Meios a utilizar:</b> descrição dos instrumentos que serão usados para colocar a acção no terreno. Identificam-se os meios mínimos a afectar.									
<b>Parceiros a envolver:</b> identificação dos parceiros que devem dar algum tipo de contributo na implementação da acção. De realçar que os parceiros identificados em cada Ficha de Acção são os parceiros mínimos a envolver. Outros poderão ser identificados durante o processo de participação pública deste relatório.									
<b>Obstáculos actuais:</b> identificação de algumas barreiras à implementação da acção.									
<b>Potencialidades a promover:</b> identificação dos principais aspectos positivos ou a potenciar com a acção.									
<b>Custos:</b> estimativa de custo para implementação da acção.									
<b>Programas de financiamento:</b> sempre que possível será feita uma sugestão de fonte de financiamento para a acção.									
<b>Calendarização:</b> o cronograma está parcelado em trimestres desde o final de 2004 (4º trimestre) até ao término de 2006									
<b>Actividades</b>	<b>4º Trim. 2004</b>	<b>1º Trim 2005</b>	<b>2º Trim 2005</b>	<b>3º Trim 2005</b>	<b>4º Trim 2005</b>	<b>1º Trim 2006</b>	<b>2º Trim 2006</b>	<b>3º Trim 2006</b>	<b>4º Trim 2006</b>
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									
<b>Possíveis indicadores de realização:</b> para avaliar a implementação da acção.									
<b>Possíveis indicadores de monitorização:</b> para avaliar os resultados da acção.									

## Acção 1.1

Eixo de Intervenção 1 – *Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura*

---

---

### ORGANIZAÇÃO DE “DIAS ABERTOS” NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

#### Objectivos:

Tornar as instituições de S. João da Madeira transparentes ao cidadão em geral.

Aproximar o cidadão dos técnicos, políticos e instituições.

Facilitar a correcta utilização dos serviços disponíveis através da familiarização com o seu funcionamento.

---

#### Descrição:

Preparar um calendário de visitas a instituições que incluam a Câmara Municipal, a Biblioteca Municipal, a Biblioteca da Junta de Freguesia, a Casa das Associações e as associações locais, entre outras.

Por forma a motivar a visita deverá organizar-se um evento em cada um dos locais que atraia o público-alvo definido (concerto de música, palestra, lançamento de livro, recepção pelo Presidente da Câmara). É essencial que o evento não oculte o objectivo principal da acção: abrir a instituição ao cidadão.

Deverá em todos os casos promover-se a apresentação dos serviços prestados pela instituição, procedimentos de trabalho e formas de participação pública disponíveis.

---

#### Meios a utilizar:

Os espaços públicos e privados que queiram associar-se à iniciativa.

Folhetos e cartazes de divulgação dos eventos/visitas.

Página da Câmara Municipal na Internet.

---

#### Parceiros a envolver:

Alguns dos parceiros serão:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Associações locais
- Biblioteca Municipal, Biblioteca da Junta de Freguesia, Bombeiros, PSP, Santa Casa da Misericórdia, Sindicatos, Centro de Artes, Escola de Música e de Línguas.
- Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
- ERSUC
- Gabinete de Apoio Técnico de Entre-o-Douro e Vouga
- Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-o-Douro e Vouga
- Centro de Emprego e Formação Profissional de S. João da Madeira
- Hospital Distrital de S. João da Madeira
- Tribunal Judicial da Comarca de S. João da Madeira

---

#### Obstáculos actuais:

- Possibilidade de ocorrer uma fraca adesão caso os programas não sejam devidamente divulgados.
- Algumas instituições chave no Concelho podem não estar disponíveis para cooperar com esta.

---

#### Potencialidades a promover:

- Uma acção desta natureza dinamiza a comunidade, promove o conhecimento e “oleia” contactos entre o cidadão e as instituições.
- 
-

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (folhetos, cartazes, entre outros)

### Programas de financiamento

- A definir

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de realização

- Número de municípios abrangidos pelo projecto
- Número de instituições aderentes ao projecto

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de solicitações apresentadas pelos municípios nas instituições públicas
- Número de reclamações apresentadas nas instituições públicas
- Número de livros requisitados nas Bibliotecas
- Número de utilizadores das Bibliotecas
- Número de sócios das associações



## Acção 1.2

Eixo de Intervenção 1 – **Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura**

---

### DINAMIZAÇÃO DE UM GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

#### Objectivos:

Criar um debate aberto entre professores, educadores, decisores políticos e pais sobre a situação da educação e formas de actuação necessárias.

Aproximar entre si os vários agentes que contribuem mais directamente na educação das crianças e jovens de S. João da Madeira.

---

#### Descrição:

Um grupo de reflexão constituído por um conjunto de parceiros chave e que reflecta sobre as questões estratégicas para a educação das crianças e jovens de S. João da Madeira (envolvimento da família, respeito intergeracional, e cidadania, entre outros).

Este grupo deverá ser formalmente constituído por iniciativa da Câmara Municipal (Vereação da Educação), convidando de modo aberto todas as instituições e indivíduos que possam dar contributos válidos para uma acção concertada de intervenção na educação do concelho.

Correndo o risco de estar aparentemente a propor mais um grupo de trabalho, reforçamos que a educação é um tema de grande importância que pode beneficiar grandemente no curto prazo se existir maior articulação entre os vários agentes envolvidos e reflexão conjunta sobre as mudanças necessárias.

Recomenda-se uma reunião de trabalho mensal ou bimestral, sendo que regularmente deverá ser organizada uma sessão de esclarecimento aberta a toda a comunidade sobre um tema relacionado com a educação (com convidados exteriores ao Concelho e/ou especialistas na matéria).

---

#### Meios a utilizar:

- Ofício convite
- Salas para reuniões
- Economato (pastas, papel)

---

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Agrupamentos de escolas
- Escolas públicas e privadas
- Rede Social (técnico)
- Agenda 21 Local (técnico)
- Empresas
- Associações de pais
- Associação de apoio à educação
- Outros interessados

---

#### Obstáculos actuais:

- Existindo já no Concelho vários Fóruns (Agenda 21, Rede Social,...) este grupo poderá ser encarado como mais uma actividade/Fórum.
-

### Potencialidades a promover:

- Este grupo de reflexão poderá ser o elo directo de articulação entre a Rede Social e a Agenda 21 Local de S. João da Madeira, sendo feita uma organização conjunta destas iniciativas e integração dos esforços. O desafio está na integração deste grupo no “chapéu” Agenda 21 Local.

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (folhetos, despesas de deslocação e alojamento de convidados, entre outros)

### Programas de financiamento

**Programa:** Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação (SIQE) – Ministério da Educação (Departamento da Educação Básica)

**Medida:** 1- Desenvolvimento de projectos de inovação educacional nas escolas

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de realização

- Número de parceiros envolvidos
- Número de reuniões de trabalho efectuadas
- Número de presentes nas sessões públicas

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de medidas implementadas ao nível dos programas curriculares
- Taxa de insucesso escolar

## Acção 1.3

Eixo de Intervenção 1 – **Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura**

---

### RELANÇAMENTO DO PROGRAMA ESCOLAR DA AGENDA 21 LOCAL

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

#### Objectivos:

Dinamizar o esforço desenvolvido pelas escolas do Concelho em torno de um programa organizado, temático e que promova o intercâmbio entre todos.

Levar até à comunidade escolar temáticas que se relacionem com a sustentabilidade, fazendo-as desempenhar um importante papel na informação e promoção da participação activa dos jovens na comunidade.

Promover a participação da comunidade escolar em actividades que promovam a sustentabilidade do Concelho e reforcem o conceito de Agenda 21 Local.

---

#### Descrição:

O Programa Escolar deverá estimular o espírito da Agenda 21, pelo que se propõe que no ano lectivo 2004/2005 trabalhe especificamente a implementação da Agenda 21 na escola.

Todas as escolas dos vários níveis de ensino serão convidadas a estimular a criação de um grupo de trabalho interno para a implementação do processo e um Fórum Participativo (constituído por alunos, docentes, pais, funcionários).

Ao contrário de promover actividades sobre um tema específico, espera-se que os trabalhos efectuados se integrem neste “chapéu” da sustentabilidade e concorram para a melhoria do meio escolar a esse nível.

Deverá existir um forte envolvimento da Câmara Municipal (destacando um técnico para o efeito) para acompanhar/apoiar o trabalho desenvolvido nas escolas. Por exemplo, estar presente nas reuniões de trabalho mais importantes, efectuar visitas às escolas.

---

#### Meios a utilizar:

- Guia de Implementação da Agenda 21 Escolar (revisado e actualizado)
- Técnico destacado para esta tarefa (idealmente a tempo inteiro)

---

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Todas as escolas do Concelho
- Associações de pais
- Associação de apoio à educação
- Agenda 21 Local (técnico)
- Associação Nacional de Animadores Sócio-Culturais

---

#### Obstáculos actuais:

- O Programa Escolar em curso, sendo um programa piloto no Concelho, teve vários problemas associados, nomeadamente carência de recursos físicos. Este facto poderá criar alguma resistência à renovação do envolvimento de alguns potenciais interessados.

---

#### Potencialidades a promover:

- O Programa Escolar da Agenda 21 Local já foi promovido no ano lectivo 2003/2004, pelo que não é uma actividade que esteja a ser implantada de raiz na comunidade escolar: alguns processos de comunicação já estão facilitados e os intervenientes já se conhecem.
  - A aprendizagem conseguida no ano lectivo 2003/2004 permite apurar os aspectos menos positivos do Programa.
-

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (guia revisto e actualizado para o professor e/ou outras edições)

### Programas de financiamento

**Programa:** Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação (**SIQE**) – Ministério da Educação (Departamento da Educação Básica)

**Medida:** 1- Desenvolvimento de projectos de inovação educacional nas escolas

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de realização

- Número de escolas envolvidas
- Número de professores envolvidos
- Número de alunos envolvidos
- Número de reuniões de trabalho efectuadas

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de Agendas 21 Escolares implementadas (no mínimo até à fase de Plano de Acção)
- Número de Fóruns Escolares criados que tiveram mais de 3 sessões de trabalho por ano lectivo
- Número de acções concretas previstas em Plano de Acção que foram implementadas nas escolas
- Número de alunos envolvidos em actividades de cariz ambiental

## Acção 1.4

Eixo de Intervenção 1 – *Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura*

### PROMOÇÃO DO ACESSO ÀS BIBLIOTECAS

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

#### Objectivos:

Criar condições para que as bibliotecas sejam mais amplamente utilizadas pelos cidadãos, expandindo o seu horário, tornando-as espaços informais de busca de informação e melhorando os seus espólios bibliográficos.

Criação de uma pequena Ecoteca na Biblioteca Municipal e/ou na Biblioteca da Junta de Freguesia.

#### Descrição:

Além das medidas organizativas necessárias (para alargar, por exemplo, o período de abertura ao público) ou reduzir a formalidade dos espaços, será necessário levar a cabo uma campanha de promoção da nova imagem das bibliotecas (este objectivo pode ser cumprido igualmente pela iniciativa “Dia Aberto na Biblioteca”) junto dos Sanjoanenses.

A campanha de comunicação poderá recorrer aos meios tradicionais (folhetos e cartazes) mas também a outros métodos menos convencionais: por exemplo, promovendo concursos para crianças, jovens e idosos. Estes concursos acontecem no espaço da biblioteca e podem consistir na procura de uma determinada obra de acordo com algumas pistas dadas (prova tipo “peddy paper”). Pode inclusivamente ser chamado de “BiblioPaper”. Escolhemos as crianças e jovens porque é essencial reforçar e promover nestes os hábitos de leitura e acesso à cultura e informação. Investimos também nos mais idosos porque são grupos que perdem os hábitos de leitura ao longo do tempo, o que pode denotar alguma falta de interesse na sua formação pessoal ou auto-estima.

Sugere-se ainda a aquisição de novas obras na área do ambiente e sustentabilidade por forma a criar na Biblioteca Municipal ou na da Junta de freguesia um espaço aberto para todos aqueles que queiram desenvolver trabalhos ou pesquisas na área do ambiente (poderá ser extremamente útil para crianças/jovens e professores). Pode ainda ser dinamizado um ETL – Espaço de Troca de Livros entre cidadãos.

#### Meios a utilizar:

- Livros
- Campanha de comunicação
- Espaços das bibliotecas

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Biblioteca Municipal
- Biblioteca da Junta de Freguesia
- Rede de Bibliotecas Escolares
- Empresas (podem oferecer livros)
- Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
- Instituto Português do Livro e da Biblioteca
- Cidadãos

#### Obstáculos actuais:

- Possibilidade de ocorrer uma fraca adesão caso os programas não sejam devidamente divulgados.
- Falta de recursos humanos

#### Potencialidades a promover:

- Os espaços (bibliotecas) já existem, só basta promover ainda mais a sua utilização

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (folhetos, cartazes, anúncios nos jornais, livros, prémios para concursos)

### Programas de financiamento

**Programa:** Programa Operacional da Cultura (POC)

**Medida:** 2- Promoção de acesso a bens culturais

2.2- Utilização das novas tecnologias da informação para o acesso à cultura (Outros instrumentos de divulgação da informação de carácter cultural)

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de realização

- Número de novos livros adquiridos
- Número de empresas que oferecem livros
- Número de participantes no "BiblioPaper"

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de livros requisitados nas Bibliotecas
- Número de utilizadores das Bibliotecas
- Número de horas semanais que as bibliotecas de S. João da Madeira estão abertas ao público

## Acção 1.5

Eixo de Intervenção 1 – *Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura*

---

### CRIAÇÃO DE UMA “ESCOLA DE PAIS”

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

#### Objectivos:

Aumentar as competências dos adultos na área da cultura e cidadania recorrendo aos mais jovens como “tutores”.

#### Descrição:

Preparar dias de formação para os pais, organizados e levados a cabo pelos jovens. Estas acções podem decorrer nas instalações da escola, do agrupamento de escolas ou noutros espaços públicos.

Os temas deverão ser diversificados e identificados pelos próprios pais e filhos. O que se pretende é inverter os nexos da socialização, valorizando o que se transmite de filhos para pais.

---

#### Meios a utilizar:

- Salas para acolhimento dos pais
- Ofício convite aos pais

---

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Empresas
- Escolas e agrupamentos de escolas
- Associações locais
- Associação de Pais Nacional
- Associação de Apoio à Educação

---

#### Obstáculos actuais:

- Alguma ausência de ligação entre os pais e o meio escolar (filhos no meio escolar e professores) que poderá custar algum tempo a neutralizar
- Falta de tempo para actividades desta natureza

---

#### Potencialidades a promover:

- As relações de aprendizagem são reforçadas se existirem laços familiares fortes entre as pessoas
  - Os filhos têm hoje em dia acesso a muita informação à qual os pais não acedem (há que investir na partilha desta informação).
-

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Pessoa para organização
- Outros custos (folhetos, anúncios nos jornais)

### Programas de financiamento

**Programa:** Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação (**SIQE**) – Ministério da Educação (Departamento da Educação Básica)

**Medida:** 1- Desenvolvimento de projectos de inovação educacional nas escolas

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de realização

- Número de sessões efectuadas para os pais
- Número de pais que comparecem nessas sessões



## Acção 2.1

Eixo de Intervenção 2 – *Promoção de uma identidade própria e sentimento de pertença*

### PROMOÇÃO DE CONCURSOS “O MAIS...”

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

#### Objectivos:

Estimular a responsabilização pelos espaços e o sentimento de pertença e orgulho dos Sanjoanenses.

Promover o associativismo informal/formal.

Desenvolver um “bairrismo positivo”.

Melhorar os espaços de utilização comum.

#### Descrição:

Sugere-se o lançamento de três concursos:

“Concurso de Escolas”: um concurso dirigido a todas as escolas para premiar o melhor Plano de Acção da Agenda 21 Escolar e ainda para premiar as melhores medidas implementadas.

“O Bairro Mais Verde”: um concurso dirigido especificamente a associações informais ou formais de moradores que pretende promover o espaço em torno das habitações (espaços verdes, zonas de recreio para as crianças, espaços em torno dos ecopontos).

“O Prédio Mais Ecológico”: um concurso dirigido aos condomínios para premiar as medidas implementadas ao nível do edifício para o tornar mais ambientalmente correcto e cuidado (exemplos de acções a estimular: medidas para recolha de resíduos sólidos urbanos, poupança de energia, espaços ajardinados, energias renováveis e informação aos condóminos, entre outras).

O Júri poderá ser constituído por representantes de instituições do Concelho e/ou por indivíduos externos reputados na área em causa (ex.: convidar um arquitecto paisagista para avaliar a qualidade dos espaços verdes).

#### Meios a utilizar:

- Folhetos e cartazes para divulgação dos concursos
- Divulgação dos regulamentos na página na Internet da Agenda 21 Local e da Câmara Municipal
- Prémios para os vencedores
- Linha telefónica de apoio aos concursos/gabinete de acompanhamento dos concursos

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Associações de moradores
- Escolas e agrupamentos
- Conselho Nacional de Educação

#### Obstáculos actuais:

- Natural dificuldade em mobilizar os cidadãos para actividades comunitárias.

#### Potencialidades a promover:

- Os cidadãos estarão a trabalhar para melhorar o seu ambiente mais próximo: tornar mais agradável o local onde moram/trabalham.
- Espírito de comunidade (é uma excelente forma de conhecer melhor os vizinhos).

---



---

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (folhetos, cartazes, prémios, anúncios nos jornais)

---

### Programas de financiamento

**Programa:** Programa Operacional do Ambiente (POA), EIXO 2- Integração do Ambiente nas Actividades Económicas e Sociais

**Medida:** 2.1- Melhoria do Ambiente Urbano

---

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

---

### Possíveis indicadores de realização

- Número de inscrições em cada um dos concursos
- Número de patrocínios obtidos

### Possíveis indicadores de monitorização

- Escolas: Número de medidas de protecção ambiental implementadas
  - Bairros: Número de novos espaços verdes criados (pode ser quantificado em área)
  - Bairros: Número de novos espaços comunitários criados: parques infantis/zonas de lazer
  - Condomínios: Número de medidas de protecção ambiental implementadas
  - Condomínios: Número de novos espaços verdes criados (pode ser quantificado em área)
  - Condomínios: Número de áreas com informação sobre ambiente (pode ser quantificado em área)
- 
-

## Acção 2.2

Eixo de Intervenção 2 – **Promoção de uma identidade própria e sentimento de pertença**

### DINAMIZAÇÃO DE UM GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE “O FUTURO COMUM”

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

#### Objectivos:

Criar um debate aberto entre os vários intervenientes na comunidade Sanjoanense (das instituições ao cidadão em comum) para discutir a sua visão para o Concelho.

Concluir sobre a identidade desejada (e possível) para os Sanjoanenses

Envolver vários grupos no debate: fóruns de jovens, fóruns de idosos e fóruns de mulheres, entre outros a definir.

Dar uma continuidade evidente ao processo de implementação da Agenda 21 Local.

#### Descrição:

Um grupo de reflexão constituído por um conjunto de parceiros chave e que reflecta sobre as questões estratégicas para o futuro do Concelho de S. João da Madeira: quem somos? Como queremos parecer? Para onde queremos ir? Esta tarefa já foi iniciada no processo de lançamento da Agenda 21 Local no Concelho, mas necessita de um debate mais longo e aprofundado, organizado por grupos de interesses e posteriormente articulado com o Fórum Participativo. Este grupo deverá ser formalmente constituído por iniciativa da Câmara Municipal, convidando todas as instituições e indivíduos que possam dar contributos. Sugere-se que haja forte investimento na promoção de debates que envolvam grupos normalmente esquecidos neste tipo de consulta: crianças e jovens, idosos e mulheres, entre outros. Correndo o risco de estar aparentemente a propor mais um grupo de trabalho, reforçamos que a identidade dos Sanjoanenses é um tema estruturante para o futuro do Concelho: o que se fará ou não depende dessa essência que se quer para S. João da Madeira.

Recomenda-se uma reunião de trabalho mensal ou bimestral, sendo que regularmente deverá ser organizada uma sessão de esclarecimento aberta a toda a comunidade sobre o andamento das discussões.

A visão comum resultará de uma consulta alargada ao público, que poderá votar nas visões propostas após os debates dos vários grupos de trabalho.

#### Meios a utilizar:

- Ofício convite
- Salas para reuniões
- Economato (pastas, papel)

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Todos os possíveis, mas em particular grupos de mulheres, jovens e idosos
- Órgãos de comunicação social

#### Obstáculos actuais:

- O principal obstáculo, à semelhança do que acontece com o grupo de reflexão sobre educação, poderá ser a aparente criação de mais um grupo (o desafio está na integração deste grupo no “chapéu” Agenda 21 Local).

#### Potencialidades a promover:

- Este grupo de reflexão poderá ser o elo directo de articulação entre a Rede Social e a Agenda 21 Local de S. João da Madeira, através de uma organização conjunta destas iniciativas e integração dos esforços.
- O envolvimento de grupos normalmente excluídos deste tipo de debate poderá trazer contribuições inovadoras.

**Custos:**

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (folhetos, anúncios nos jornais)

**Programas de financiamento**

- A definir

**Calendarização:**

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

**Possíveis indicadores de realização**

- Número de reuniões efectuadas
- Número de cidadãos envolvidos no debate

**Possíveis indicadores de monitorização**

- Visão identitária reconhecida pela maioria da população

## Acção 3.1

Eixo de Intervenção 3 – *Promoção da informação sobre cidadania e ambiente*

### ORGANIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES SOBRE “FORMAÇÃO CÍVICA”

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

#### Objectivos:

Auxiliar os professores na aquisição de competências para leccionar o tempo lectivo de “Formação Cívica”.

Dotar os professores de ferramentas para que possam facilmente integrar no tratamento dos seus temas uma componente de educação para a cidadania (numa perspectiva horizontal).

Contribuir para a formação dos professores do Concelho na prática da cidadania activa.

#### Descrição:

Organizar acções de formação para professores que contemplem várias vertentes da cidadania: instituições, funcionamento das instituições, direitos e deveres, conduta em sociedade para questões chave como o ambiente, o consumo sustentável e a ética, por exemplo.

Além desta vertente da “formação cívica” seria essencial dar formação específica aos professores para que possam estabelecer a relação escola-família, promovendo a comunicação positiva e trabalhar com os pais para falar sobre temas importantes (enfoque nas relações interpessoais).

#### Meios a utilizar:

- Salas de formação devidamente equipadas
- Ofício convite
- Manuais de formação sobre cidadania

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Agrupamentos de escolas
- Todas as escolas
- Universidades da região Norte e Centro com competências na área
- Sindicatos de Professores

#### Obstáculos actuais:

- Alguma falta de tempo dos professores
- Existência de outras prioridades no meio escolar
- Alguma apatia na comunidade escolar

#### Potencialidades a promover:

- A cidadania activa no Concelho de S. João da Madeira através do fundamental papel dos professores (líderes de opinião).
- A ausência de formação nesta área foi um aspecto referido pelos próprios professores, pelo que se vai de encontro a uma necessidade declarada.

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (manuais de formação para 6 temas, formadores, convites, anúncios nos jornais)

### Programas de financiamento

**Programa:** Programa Operacional da Educação (PRODEP III)

**Medida:** 4 – Educação e Formação ao Longo da Vida

Acção 4.2- Acções de Formação de Curta Duração para Activos

**Programa:** Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)

**Medida:** 5- Promoção do Desenvolvimento Social

5.5- Apoio ao Desenvolvimento Cooperativo (Tipologia 3- Acções de Formação) - responsável pelo financiamento: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo – INSCOOP

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de realização

- Número de acções de formação efectuadas
- Número de professores que participam nas acções de formação

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de associações de estudantes criadas nas escolas
- Número de grupos temáticos criados nas escolas

## Acção 3.2

Eixo de Intervenção 3 – *Promoção da informação sobre cidadania e ambiente*

---

### EDIÇÃO DO “GUIA DO CIDADÃO” (PAPEL E VERSÃO ELECTRÓNICA)

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

#### Objectivos:

Disseminar informação sobre as instituições de S. João da Madeira, seus serviços e formas de participação possíveis e expectáveis por parte dos Sanjoanenses

Promover uma cidadania sã e activa

Melhorar os níveis de conhecimento e participação democrática

---

#### Descrição:

Preparar um Guia que explique ao cidadão vários aspectos da sua possível participação na comunidade.

Este guia poderá basear-se no excelente Guia já elaborado pela Rede Social com todas as instituições do Concelho e beberá ainda da informação recolhida no Diagnóstico da Educação Cívica em S. João da Madeira. Terá uma vertente de descrição dos vários serviços prestados pelas instituições aos cidadãos, mecanismos de participação disponíveis, procedimentos, nomes de contacto para determinadas questões e horários de funcionamento, entre outras informações úteis.

Este guia poderá contemplar uma área especial vocacionada para informações sobre o voluntariado (com um directório das instituições existentes e das actividades que o cidadão lá pode desenvolver).

O conteúdo será concebido para uma versão em papel e para colocação na página na Internet da Câmara Municipal..

A versão em papel deverá ser produzida num suporte facilmente actualizável – por exemplo uma pequena pasta de argolas onde as páginas sejam substituíveis individualmente.

---

#### Meios a utilizar:

- Internet
- Edição em papel

---

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Todas as instituições da cidade
- Associação Nacional de Municípios Portugueses

---

#### Obstáculos actuais:

- Não identificados outros que não o custo de uma edição desta natureza.

---

#### Potencialidades a promover:

- Um material que potencia as redes entre os cidadãos tem um valor incalculável.
  - Actualização regular facilitada permite que o material esteja sempre “em dia” e logo seja efectivamente útil ao cidadão.
-

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa (para definir o conteúdo, elaborar os textos e editar conteúdos)
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (design gráfico, produção)

### Programas de financiamento

**Programa:** Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), Eixo Prioritário 2 – Portugal Digital

**Medida:** 2.2- Conteúdos

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de sócios das associações locais
- Número de voluntários nas associações locais
- Número de participantes nas reuniões da Assembleia Municipal
- Número de participações efectivas em processos de participação pública
- Número de chamadas para o telefone do Atendimento ao Múncipe da Câmara Municipal (questões ambientais)



## Acção 3.3

Eixo de Intervenção 3 – *Promoção da informação sobre cidadania e ambiente*

### LANÇAMENTO DE CAMPANHAS TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DE SENSIBILIZAÇÃO

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

#### Objectivos:

Aumentar a informação disponível sobre questões ambientais e de conduta do cidadão responsável por forma a aumentar os níveis de sensibilização e de conhecimentos, para além de contribuir para uma evolução de atitudes e de comportamentos dos cidadãos.

#### Descrição:

É consensual entre os cidadãos do Concelho a necessidade de concretização de campanhas de sensibilização e informação sobre cidadania. O tema central mais referido para estas campanhas é o ambiente, destacando “como pode o cidadão contribuir para um melhor ambiente”. Os resíduos, em particular (como separar, como acondicionar, como se libertar de certos tipos de resíduos) e a limpeza urbana (principalmente os dejectos caninos) são prioridades elevadas.

Sugerimos que seja realizada uma campanha global com variantes, isto é, a imagem base, os meios e os suportes são coerentes, mas os temas tratados variam. A campanha temática será mais visível onde os cidadãos estejam mais receptivos a esta. Por exemplo, se queremos explorar um tema relacionado com a saúde deveremos privilegiar os espaços do centro de saúde, farmácias, clínicas e hospital para veiculá-la pois é aí que as pessoas são mais sensíveis ao tema.

A coerência de imagem da campanha permite que os cidadãos tomem consciência das várias vertentes da cidadania. Os temas prioritários da campanha neste momento serão: resíduos, dejectos caninos e limpeza urbana, condução e estacionamento (reforçar inclusive as novas actualizações ao código da estrada).

Propõe-se ainda uma sensibilização generalizada para o conceito “Tempo não é só dinheiro. É valor.” por forma a sensibilizar os cidadãos para a ideia de que a qualidade de vida não é só ter recursos financeiros ilimitados.

#### Meios a utilizar:

- Todos os meios que a autarquia tenha ao dispor sem custos adicionais: outdoors, mupis, revista municipal.
- Imprensa local (Regional, Labor, Calhau).
- Folhetos
- Campanhas de rua: animação, contactos personalizados com os cidadãos
- Criação de novos espaços de divulgação (painéis de cortiça nos condomínios)
- Guias de boas práticas: “bom cidadão ao volante”, “bom cidadão em casa”, “bom cidadão no trabalho”, “bom cidadão na rua”, “bom cidadão nas compras”, que foquem vários aspectos da cidadania de uma forma transversal, ou seja, não se deverá explorar somente a questão do ambiente, mas também da segurança, da saúde e do respeito pelo outro, em vários espaços de âmbito público e mais privado. Estes guias devem ter um formato e imagem compatível com o “Guia do Cidadão” (Acção 3.2)

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Associações locais
- Escolas
- ERSUC
- Euroreciclagem
- PSP, GNR
- Escola de Artes (lançamento de concurso de ideias sobre o tema “Tempo não é só dinheiro. É valor.”)
- Outras instituições

### Obstáculos actuais:

- Necessária definição/consolidação dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos (a campanha depende das estruturas existentes e forma de prestação do serviço).

### Potencialidades a promover:

- Eventos como a “Cidade no Jardim” podem reforçar grandemente os conceitos da campanha, pois reúnem muitos Sanjoanenses que procuram nestes dias conhecer um pouco mais do seu Concelho.
- Forte necessidade destas campanhas sentida pelos Sanjoanenses.

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa (para preparar o plano de comunicação e educação ambiental)
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (animações, anúncios nos jornais, folhetos, criação de novos espaços de divulgação, edição de guias de boas práticas)

### Programas de financiamento

**Programa:** Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)

**Medida:** 5- Promoção do Desenvolvimento Social

1- Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário (Tipologia 1 de Projectos – Rede Social para o Desenvolvimento)

**Programa:** Programa Operacional do Ambiente (POA), EIXO 1 – Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

**Medida:** 1.3- Informação, Sensibilização e Gestão Ambiental

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de monitorização

- Quantidade de resíduos recolhidos selectivamente para reciclagem
- Número de chamadas para recolha de monstros domésticos
- Número de multas por mau estacionamento no Concelho
- Número de acidentes rodoviários no Concelho

## Acção 3.4

Eixo de Intervenção 3 – *Promoção da informação sobre cidadania e ambiente*

---

### ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO/TERTÚLIAS SOBRE “QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA”

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

#### Objectivos:

Disseminar informação válida que contribua para uma boa cidadania e para o espírito de comunidade.

Promover a disseminação de informação útil ao cidadão de uma forma acessível (tentar atingir as camadas de população menos sensibilizadas falando dos problemas do dia-a-dia onde as pessoas vejam benefícios imediatos).

Incentivar nos cidadãos a aquisição do conceito de “Qualidade de vida” no sentido efectivo de “viver melhor” (com mais saúde, melhor ambiente, boas relações pessoais, mais feliz...).

Os espaços para estes encontros deverão ser o mais informais possível: cafés, espaços verdes.

---

#### Descrição:

Por exemplo o consumo, o ambiente, a toxicodependência, as relações geracionais e interpessoais, a higiene pessoal e a saúde são temáticas a abordar de uma forma tangível ao cidadão comum.

---

#### Meios a utilizar:

- Salas para o desenvolvimento das acções, idealmente descentralizadas no Concelho
- Cartazes e folhetos de divulgação

---

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Associações locais
- Hospital Distrital
- Centro de Saúde
- Bombeiros
- PSP, GNR
- Escolas
- Outros

---

#### Obstáculos actuais:

- Divulgar a actividade de forma a que o cidadão se motive para participar nela, sinta interesse: apelar ao interesse próprio.

---

#### Potencialidades a promover:

- Investimento em acções de proximidade física (ir até ao cidadão) e temática (explorar temas que permitam desde logo melhorar o desempenho).
-

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (animações, anúncios nos jornais, folhetos, cartazes, despesas de deslocação)

### Programas de financiamento

**Programa:** Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)

**Medida:** 5- Promoção do Desenvolvimento Social

5.1- Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário (Tipologia 2 de Projectos – Rede Social para o Desenvolvimento)

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de realização

- Número de palestras organizadas
- Número de participantes por palestra

## Acção 4.1

Eixo de intervenção 4 – *Promoção do associativismo*

---

**INCENTIVO À CRIAÇÃO DE UMA ONG DE AMBIENTE E CIDADANIA**

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

**Objectivos:**

Promover o desenvolvimento da participação da sociedade civil numa temática que tem estado ausente do associativismo no Concelho (objecto principal).

Criar mais um parceiro com competências para o desenvolvimento de actividades ambientais.

Promover o associativismo e diversificar os seus âmbitos.

---

**Descrição:**

Uma Organização Não Governamental de Ambiente e/ou cidadania é uma das medidas solicitadas pelos Sanjoanenses. Há carência do tratamento desta temática no Concelho.

Propõe-se a criação de uma ONG com este objecto principal. A Câmara Municipal poderá assumir um papel de promotor da iniciativa.

---

**Meios a utilizar:**

- Sede própria ou partilhada com outra associação

---

**Parceiros a envolver:**

- Cidadãos com interesse na área do ambiente e cidadania
- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Associações locais já constituídas

---

**Obstáculos actuais:**

- Identificação e mobilização dos potenciais membros fundadores da associação.

---

**Potencialidades a promover:**

- Interesse já existente por parte dos cidadãos.
  - Licenciados na área do ambiente à procura do primeiro emprego poderão contribuir com trabalho para a associação, tendo como contrapartida a aquisição de experiência profissional e hábitos de trabalho.
-

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (apoio financeiro anual à ONG)

### Programas de financiamento

**Programa:** Programa de Apoio às Associações Juvenis (PAAJ)

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de munícipes sócios da associação
- Número de membros fundadores reunidos
- Número de voluntários da associação

## Acção 4.2

Eixo de intervenção 4 – *Promoção do associativismo*

---

### CRIAÇÃO DE ESPAÇOS ASSOCIATIVOS NOS LIMITES DO CONCELHO

---

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

---

#### Objectivos:

Dotar as associações locais de estruturas que possam servir de base ao desenvolvimento das suas actividades.  
Estimular as associações a promover actividades culturais, recreativas e de lazer, bem como acções de formação e sensibilização.

---

#### Descrição:

O associativismo é um dos pontos fortes do Concelho e deverá ser promovido. A necessidade de espaços próprios para as associações, em particular as periféricas, traz limitações ao desenvolvimento das suas actividades. Algumas das actividades complementares da actuação pública que as associações providenciam ao Concelho poderão ser potenciadas com estes espaços de utilização comunitária.

---

#### Meios a utilizar:

- Estruturas já existentes que são cedidas às associações ou construção de equipamentos de base.

---

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- As Associações localizadas nas áreas periféricas do Concelho
- Empresas

---

#### Obstáculos actuais:

- A ausência de espaços que possam ser cedidos implicará a necessidade de construção de novos equipamentos.

---

#### Potencialidades a promover:

- A partilha de instalações promove a articulação entre as associações e a economia de meios (a Casa das Associações é referida pelos Sanjoanenses como um excelente apoio ao associativismo na cidade).
-

---

---

**Custos:**

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (instalação, aluguer, dinamização)

---

**Programas de financiamento**

- A definir

---

**Calendarização:**

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

---

**Possíveis indicadores de realização**

- Número de associações com interesse num espaço comunitário
- Número de projectos de utilização do espaço apresentado pelas associações

**Possíveis indicadores de monitorização**

- Número de acções na área da cidadania levadas a cabo nos espaços comunitários a criar
  - Número de pessoas que utilizam os espaços por trimestre
- 
-



## Acção 5.1

Eixo de intervenção 5 – *Incentivo à participação útil do cidadão*

### PROMOÇÃO DE AGENDAS 21 LUGARES/BAIROS/RUAS

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

#### Objectivos:

Promover a expansão do processo de Agenda 21 Local.

Envolver todos os cidadãos do Concelho no processo de tomada de decisão quanto às prioridades em direcção à sustentabilidade ao nível mais próximo (“ultra local”), melhorando a qualidade de vida destes.

Aumentar o envolvimento das várias instituições concelhias no processo.

#### Descrição:

Para promover as “Agendas 21 Local de Bairro” é necessário investir na criação de assembleias locais (bairros, lugares), estimulando a existência de espaços físicos e temporais próprios para estes debates. Os resultados parciais dos debates locais serão depois unificados no Fórum Participativo da Agenda 21 Local para a tomada de decisões ao nível concelhio.

A criação de assembleias de bairro poderá ser promovida contactando as associações de moradores já organizadas e promovendo a criação de novas.

O processo poderá ser estimulado promovendo Fóruns Participativos descentralizados – levando as reuniões aos lugares e convidando as estruturas locais (ex.: ATLs e associações de moradores) a estar presentes e dar o seu contributo.

#### Meios a utilizar:

- Folheto de feedback dos resultados da Agenda 21 Local até ao momento e de convite à criação de assembleias locais, explicando o conceito e forma de integração de resultados
- Técnicos especializados para contactos personalizados com os líderes locais
- Anúncios na imprensa local

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Associações e outras entidades públicas e privadas
- Todos os cidadãos
- ATL's e escolas (Jardins de infância e EB1)

#### Obstáculos actuais:

- Alguma desconfiança inicial quanto ao processo
- Necessidade de apoio técnico especializado.

#### Potencialidades a promover:

- O processo de Agenda 21 Local já não é novo para 30% dos Sanjoanenses, o que torna mais fácil a compreensão do conceito e dinamização de reuniões de trabalho.
- As associações locais desempenharão um papel fundamental na dinamização das reuniões de trabalho.

---



---

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa (dinamização de reuniões e fóruns locais, elaboração de relatórios, integração de actividades, prioridades ao nível concelhio)
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (brochuras, cartazes, anúncios nos jornais)

---

### Programas de financiamento

- A definir

---

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

---

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de Agenda 21 de Bairro em processo de implementação
  - Número de reuniões do Fórum Participativo de bairro levadas a cabo
- 
-

## Acção 5.2

Eixo de intervenção 5 – *Incentivo à participação útil do cidadão*

### DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE VOLUNTARIADO JOVEM E SÉNIOR

**Tipo de medida:** Estudo  Plano/projecto  Obra  Organizativa

**Prioridade:** Elevada  Média  Baixa

#### Objectivos:

Envolver grupos activos e disponíveis da sociedade mas que tradicionalmente são menos envolvidos em actividades úteis à comunidade: seniores e jovens.

Criar um banco de voluntários para acções de cariz comunitário, estimulando o crescimento da vida em comunidade.

Promover o conceito de “tempo é valor”.

#### Descrição:

Propõe-se a criação de um “Banco de Voluntários Jovens” e um “Banco de Voluntários Seniores” que possam constar numa base de dados gerida por uma instituição da cidade e à qual todas as outras instituições recorrem.

Deve existir uma gestão centralizada e profissional do voluntariado, formação específica regular, vantagens em algumas instituições e serviços e benefícios não económicos.

#### Meios a utilizar:

- Imprensa local
- Cartazes e folhetos
- Informação na Internet (página da Câmara Municipal)
- Boletim municipal
- Salas para a formação dos voluntários

#### Parceiros a envolver:

- Câmara Municipal de S. João da Madeira
- Associações locais

#### Obstáculos actuais:

- Possibilidade de ocorrer uma fraca adesão caso os programas não sejam devidamente divulgados e os apoios aos voluntários não estejam bem definidos
- A boa organização é essencial

#### Potencialidades a promover:

- Existe já um esforço para a promoção do voluntariado – transposto num Plano – apresentado por uma associação local (Ecos Urbanos) à autarquia

---



---

### Custos:

- Recursos humanos internos: técnico a tempo parcial
- Consultoria técnica externa
- Recursos comuns (linha telefónica, actualização da página na Internet)
- Outros custos (brochuras, cartazes, formação, compensações, anúncios nos jornais)

---

### Programas de financiamento

- A definir

---

### Calendarização:

Actividades	4º Trim. 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006	2º Trim 2006	3º Trim 2006	4º Trim 2006
Planeamento									
Implementação									
Monitorização									

---

### Possíveis indicadores de monitorização

- Número de munícipes inscritos no programa de voluntariado
  - Número de voluntários activos nas associações locais
- 
-

#### **4.5. Outras sugestões de acções a implementar**

Além das acções enumeradas nas Fichas sugerimos ainda, sem proposta concreta ao nível da implementação temporal, as seguintes intervenções:

##### **4.5.1. Criação de uma federação de associações**

Recomenda-se de uma forma geral um investimento nas associações locais – são um grande valor do Concelho, algo de real e percebido positivamente pelos cidadãos.

Para ter uma acção concertada ao nível do Concelho e em representações externas à área deste recomenda-se uma articulação ainda maior entre as associações. Esta articulação poderá, por exemplo, implicar a criação de uma Federação de Associações. Desta forma optimizam-se recursos, coordenam-se esforços e transmite-se uma imagem de organização para o exterior.

##### **4.5.2. Criação do Gabinete da Agenda 21 Local**

A Agenda 21 Local de S. João da Madeira é reconhecida pelos cidadãos como um importante processo para o Concelho. Estes destacam que, embora ainda esteja distante da generalidade das pessoas (devendo apostar-se mais na sua divulgação), a Agenda 21 é o maior processo de participação pública existente em S. João da Madeira e que é um processo importante que dá ideias ao executivo municipal sobre as prioridades dos municípios.

A Agenda 21 Local não deve ser encarada como mais um *guichet* de reclamações, mas sim como um estado de espírito positivo; é fundamental não estar sempre a criar processos novos mas reavaliar/integrar os que existem. Por isso, sugere-se a criação de um Gabinete da Agenda 21 Local que pode ser aquele que encabeça todas as iniciativas e formas de participação do cidadão. Este Gabinete pode ser essencial para o acompanhamento da expansão da Agenda 21 Local aos lugares e bairros.

#### **4.5.3. Reorganização de mecanismos de recepção e procedimentos quanto a reclamações e/ou pedidos**

Parece claro que existem no Concelho várias formas de participar na vida política e social. Apesar do aparente desconhecimento ou insegurança quanto a essas ferramentas de participação (para cuja solução apontamos uma acção concreta no Plano de Acção), sente-se que os Sanjoanenses têm um canal aberto com o executivo autárquico. Parece, no entanto, haver alguma descoordenação ou procedimentos excessivamente informais de tratamento das queixas/pedidos efectuados pelos munícipes através dos vários meios. Sugere-se uma reflexão sobre esta questão.

#### **4.5.4. Promoção do associativismo localizado**

Este associativismo – que tão bem caracteriza o espírito do Concelho e que presta serviços extremamente úteis à comunidade - deverá ser estimulado ao nível o mais local possível: da rua ao condomínio, passando pela escola. É a esse nível que os cidadãos podem desenvolver acções concretas de melhoria das suas condições de vida e ver facilitada a sua participação activa na comunidade.

## 5. Bibliografia

Almeida, J. F. *et al*, 2001. *II Inquérito Nacional “Os portugueses e o ambiente”*. Observa – Observatório de Ambiente, Sociedade e Opinião Pública. 39pp.

Baptista, I., 2001. Desenvolvimento sustentável e planeamento territorial. Novos desafios no envolvimento da sociedade civil. *Suplemento de Engenharia do Ambiente do Jornal Expresso de 3 de Novembro*.

CABRAL, Manuel Villaverde (1992), “Portugal e a Europa, diferenças e semelhanças”, *Análise Social*, nº 118/119

CABRAL, Manuel Villaverde (2003), “Globalização, poder e cidadania”, *Ideias à Esquerda*, nº 1

Connor, D. M., 1994. *The social profile. Constructive Citizen Participation*. II:1-2p.

Connor, D., 1997. *Constructive Citizen Participation: a resource book*. Development Press. 6th Edition

Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2002. *Rede Social: Diagnóstico Social*. Rede Social. 179 pp.

Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2002. *Rede Social: Pré-Diagnóstico Social (Documento sujeito a discussão pública)*. Rede Social. 179pp.

Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2003. *Rede Social: Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção 2003 (2º Semestre)*. Rede Social. 13pp.

Daveau, Suzanne, 2000. *Portugal Geográfico*. Ed. João Sá da Costa. 223pp

EORG, 2002. *Eurobarometer 58.0 – The attitudes of Europeans towards the environment*. Survey managed by Directorate-General Press and Communication “Public Opinion Analysis” written by The European Opinion Research Group for Directorate-General Environment. 42pp.

Farinha, J. *et al*, 2002. *Participação pública no combate à desertificação*. Ed. Direcção Geral das Florestas & Universidade Nova de Lisboa. 34pp.

Fernandes, M. António, 1996. *S. João da Madeira - Cidade do Trabalho*. Ed. Câmara Municipal de S. João a Madeira. 316pp

Fidélis, T., 2001. *Planeamento territorial e ambiente – o caso da envolvente à Ria de Aveiro*. Ed. Principia – Publicações Universitárias e Científicas. 315pp.

Giolitto, P. *et al*, 1993. *Como ensinar a educação cívica na escola*. Colecção “Questões da Educação”. Ed. Didáctica Editora. 110pp.

Gonçalves, M. E.(ed.) *et al*. 2001. *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*. Edições 70. 270pp.

Hallo, R. E., 1997. *Public Access to Environmental Information. Experts Corner number 1997/1*. Ed. European Environment Agency. 41pp.

Hernández, F. H., 2002. *EntreTantos - Guia prática para dinamizar procesos participativos sobre problemas ambientales y sostenibilidad*. Ed. Gea. 137pp.

ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives, 1996. *The Local Agenda 21 Planning Guide – An introduction to Sustainable Development Planning*. 211 pp.

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 2001. *Accelerating Local Sustainability – Evaluating European Local Agenda 21 Processes – Volume I*. ICLEI. 135pp.

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 2001. *Accelerating Local Sustainability – Evaluating European Local Agenda 21 Processes – Volume II*. ICLEI. 124pp.

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 1999. *Módulos para Workshop: um suplemento do Guia de Planeamento da Agenda 21 Local*. ICLEI.



INCM, 1997. Constituição da República Portuguesa 1997 (4ª revisão). Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 244 pp.

INGLEHART, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization – Cultural Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press

Marques, 2001. *Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências: a participação dos cidadãos no Concelho de Santa Comba Dão*. [www.ceg.ul.pt/invest/raul\\_marques\\_resumo\\_tese\\_1.htm](http://www.ceg.ul.pt/invest/raul_marques_resumo_tese_1.htm). 8pp.

Oliveira, R. & Baptista, I., sem data. *Guadiana Vivo: uma abordagem participada ao planeamento e gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana*. Ed. Associação de Defesa do Património de Mértola. 61pp.

PAIS, José Machado e CABRAL, Manuel Villaverde (coordenadores), (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo – Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses*, Lisboa, Celta Editora

Rede Social de S. João da Madeira, 2003. Plano Municipal de Gerontologia.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), *Democracia e Participação*, Porto, Afrontamento

Schmidt, Luísa, 2003. *Ambiente no Ecrã – emissões e demissões no serviço público televisivo*. Ed. Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais. 465pp.

Seitz, D., 1994. *Agenda 21 – The Earth Summit Strategy to Save our Planet*. Earthpress. 321pp.

Sendim, J. C., 2002. Guia Ambiental do Cidadão. Ed. CIDAMB/D. Quixote. 229pp.

Sendim, J. C., 2002. Guia Ambiental do Cidadão. Ed. Publicações D. Quixote. 229pp.

Site da CMSJM: [www.cm-sjm.pt](http://www.cm-sjm.pt)

Site do INE: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

UNCHS & UNEP, 1999. *Establishing and Supporting a Working Group Process. Sustainable Cities Programme Source Book Series*. Volume 3. 123pp.

UNDP, UNEP, WB, WRI, 2003. *World Resources 2002-2004: Decisions for the Earth: Balance, Voice and Power*. World Resources Institute, 315pp

Vasconcelos, L.T., Baptista, I., Henriques, T., 2002. *Sustainability at the local level - intellectual, social and political capital building*. Paper presented at the XV Conference: Planning and Regional Issues in the Border Regions. 18pp.

Viana, C. I., 2002. *Caracterização do Concelho de S. João da Madeira*. Trabalho de Pós-Graduação em Gestão Ambiental. Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa. 78pp

Weisbord, M & Janoff, S., 2000. *Future Search: an action guide to finding common ground in organizations and communities*. 2nd Edition. Berret-Koehler Publishers. 265pp.